Índice 2010 de sustentabilidade das ONGs da África subsaariana

Indice 2010 de pérennisation des ONG de l'Afrique sub-saharienne

ÍNDICE 2010 DE PERENIZAÇÃO DAS ONG DA ÁFRICA SUBSAARIANA

-- 1 de 162 --

Publicado por: Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) Escritório para a Democracia, Resolução de Conflitos e Assistência Humanitária Divisão de Democracia e Governança Escritório da África Divisão de Desenvolvimento Sustentável Índice 2010 de perenização das ONG da África subsaariana

-- 2 de 162 --

-- 3 de 162 --

NOTAS 2010 DE PERENIZAÇÃO DAS ONG PAÍS Contexto jurídico Capacidade organizacional Viabilidade financeira Advocacy Prestação de serviços Infraestrutura Imagem pública Perenização das ONG ÁFRICA ORIENTAL Burundi 5,8 5,9 6,0 4,5 4,5 5,6 4,3 5,2 RDC 5,4 5,1 5,8 4,5 4,5 5,6 5,0 5,1 Etiópia 6,2 5,1 5,9 6,0 4,9 5,3 5,1 5,5 Quênia 4,1 3,9 4,8 3,5 3,4 3,7 4,3 4,0 Ruanda 4,3 4,6 5,3 3,9 4,0 5,0 4,5 4,5 Tanzânia 4,5 4,4 4,9 3,9 3,4 4,3 4,2 4,2 Uganda 5,1 4,0 5,1 3,9 3,5 4,7 4,4 4,4 Média 5,1 4,7 5,4 4,3 4,0 4,9 4,5 4,7 ÁFRICA OCIDENTAL Gabão 6,0 5,5 6,1 5,1 5,1 5,1 5,0 5,4 Gana 3,9 3,9 5,6 3,9 3,8 4,7 4,3 4,3 Guiné 5,5 5,8 6,3 5,5 5,1 5,7 4,9 5,5 Libéria 4,9 5,1 5,8 4,2 4,4 4,8 4,7 4,8 Mali 4,2 4,2 5,6 3,9 3,7 4,7 4,5 4,4 Nigéria 5,0 4,7 5,6 3,8 4,2 5,0 4,0 4,6 Senegal 4,3 3,9 5,0 3,9 3,9 4,7 3,9 4,2 Serra Leoa 5,0 4,9 5,7 4,5 4,1 5,1 4,5 4,8 Média 4,9 4,8 5,7 4,4 4,3 5,0 4,5 4,8 ÁFRICA AUSTRAL Angola 6,0 5,7 5,9 5,5 5,3 5,7 5,4 5,6 Moçambique 4,8 5,4 5,0 4,5 4,0 5,1 4,8 4,8 África do Sul 3,3 3,7 4,0 3,4 3,2 3,8 3,6 3,6 Zimbábue 6,0 4,5 5,9 4,5 3,4 5,0 4,5 4,8 Média 5,0 4,8 5,2 4,5 4,0 4,9 4,6 4,7

-- 4 de 162 --

ÍNDICE 2010 DE PERENIZAÇÃO DAS ONG DA ÁFRICA SUBSAARIANA i ÍNDICE
INTRODUÇÃO iii
AGRADECIMENTOS ..... iv RESUMO
ANALÍTICO .....1 SEÇÃO 1: DIMENSÕES DA
PERENIZAÇÃO DAS ONG ..... 11 Contexto
jurídico ..... 11 Capacidade
organizacional ..... 12 Viabilidade
financeira..... 12
Advocacy ..... 13 Prestação de
serviços 13
Infraestrutura ..... 13 Imagem
pública ..... 14 SEÇÃO 2: NOTAS –
DEFINIÇÕES GERAIS ..... 15 SEÇÃO 3: NOTAS – ANÁLISE
DETALHADA ..... 16 Contexto
jurídico ..... 16 Capacidade
organizacional ..... 16 Viabilidade
financeira..... 17
Advocacy ..... 17 Prestação de
serviços 18

Infraestrutura ..... 19 Imagem pública ..... 19 SEÇÃO 4: RELATÓRIOS DE PAÍS ..... 21 África do Sul 21
Angola 28
Burundi ..... 34 República Democrática do Congo 41
Etiópia 47
Gabão 53
Gana..... 59
Guiné 65
Quênia 72
Libéria ..... 81 Mali 87
Moçambique 93
Nigéria 99
Ruanda 105
Senegal ..... 110 Serra Leoa 117
Tanzânia 123
Uganda 131
Zimbábue ..... 138 ANEXO A: DADOS ESTATÍSTICOS 145

INTRODUÇÃO A USAID tem o orgulho de apresentar a segunda edição do Índice de perenização das ONG da África subsaariana (IPONG). O IPONG relata a perenização global do setor das ONG em dezenove países da África subsaariana, a saber, os países da África Oriental, Ocidental e Austral. O IPONG vem de fato complementar o Índice de perenização das ONG da Europa Central, Europa Oriental e Eurásia, cuja quatorze edição foi publicada em novembro de 2010. Considerando o lugar crescente da sociedade civil e seu papel no desenvolvimento, o Índice se expandirá para duas novas regiões em 2011: o Oriente Médio e o Norte da África, bem como o Afeganistão e o Paquistão. Esta série de publicações então terá uma nova denominação. Dada a ampla gama de organizações da sociedade civil (OSC) sem fins lucrativos que sempre foram cobertas por esses relatórios, esta publicação será chamada a partir de agora de 'Índice de perenização das OSC'. O IPONG destaca os avanços e retrocessos das ONG, que são examinados coletivamente como um setor, e permite realizar ao longo do tempo comparações entre países e entre sub-regiões. O Índice constitui uma ferramenta útil e única em seu gênero para as ONG locais, governos, doadores, universidades, etc., e permite compreender e medir a perenização do setor das ONG, assim como as mudanças e a evolução das tendências. O Índice analisa e atribui notas a sete dimensões interdependentes: contexto jurídico, capacidade organizacional, viabilidade financeira, advocacy, prestação de serviços, infraestrutura e imagem pública. A média dessas notas é estabelecida para obter uma nota de perenização global. Um painel de praticantes e especialistas de ONG de cada país avalia o desempenho do setor em cada uma das sete dimensões. Um Comitê de redação baseado em Washington, composto por especialistas técnicos e regionais, analisa então as conclusões desse painel. Com base em suas notas, os

países são agrupados em três principais categorias de perenização das ONG: perenização reforçada, perenização em progresso e perenização dificultada. Detalhes sobre a metodologia aplicada para a elaboração das notas são fornecidos nas Seções 1 até 3 (páginas 10-18). Esse tipo de publicação não seria possível sem a contribuição de muitos atores. Os agradecimentos especiais dos responsáveis pelo Índice estão na página seguinte. Gostaríamos de expressar nossa profunda gratidão a todos os especialistas das ONG locais e a todos os doadores que participaram das discussões em grupo em cada país. Seus conhecimentos, observações e contribuições constituem o fundamento sobre o qual se baseia o presente Índice.

 AGRADECIMENTOS Angola Fern Teodoro, World Learning Burundi Melchoir Ndayimirije, Observatório da Ação Governamental (OAG) RDC Baudouin Hamuli Kabarhuza e Justin Kangwenyenye Kazige, Centro Nacional de Apoio ao Desenvolvimento e à Participação Popular (CENADEP) Etiópia Debebe Hailegebriel, Consultor Jurídico Independente Gabão Protet Judicaël Essono Ondo e Marc Ona Essangui, ONG Brainforest Gana Dr. Emmanuel Akwetey e Douglas Quartey, Instituto para a Governança Democrática (IDEG) Guiné Abdoulaye Diallo e Aziz Diop, Conselho Nacional das Organizações da Sociedade Civil Guineense (CNOSCG) Quênia Faith Kisinga Gitonga, ACT Libéria Pewu Subah e Precious Cee, Subah-Belleh Associates Mali Soumana Doumbia, Centro Nacional de Apoio e Formação para o desenvolvimento de Recursos Humanos (CENAFOD) Moçambique Phillip Machon e Joao Pereira, Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC) Nigéria Umaru Ibrahim Yakubu, Centro de Pesquisa e Documentação (CRD) Ruanda Jean Claude Ngendandumwe, Jean Bosco e Peter Muvara, Conselho de Concertação das Organizações de Apoio às Iniciativas de Base (CCOAIB) Senegal Momar Talla Kane, Boubacar Seck, Conselho das ONG de Apoio ao desenvolvimento (CONGAD) Serra Leoa Maynard Cox-George, A Associação de Organizações Não-Governamentais (SLANGO) África do Sul Yvette Geyer, Idasa Tanzânia Theo Macha e Georgia Beans, Pact Tanzania Uganda Arthur Larok e Festus Kahiigwa, Fórum Nacional de ONG de Uganda Zimbábue Maria Mache, Crise na Coalizão do Zimbábue

 Chefes de Projeto Management Systems International, Inc. Lisa Slifer-Mbacke Paul Diegert The International Center for Not-for-Profit Law Catherine Shea Jennifer Stuart Elaine Scudder Comitê de redação USAID: Mark Billera, Kellie Burk, Claire Ehmann, Edward Gonzalez, Jeremy Meadows, Eric Picard Fundação Aga Khan: Sarah Comer, Hussein Faruque MSI: Lisa Slifer-Mbacke ICNL: Stephan Klingelhofer, Catherine Shea Especialistas regionais: Boichoko Abraham Ditlhake, Jacob Mati, Paul Takow Tradução do inglês Kamar Bencrimo *Um financiamento adicional foi fornecido pela Fundação Aga Khan para ampliar este relatório incluindo o Quênia, Mali, Tanzânia e Uganda.

 RESUMO ANALÍTICO Seja para enfrentar deslizamentos de terra em Uganda, combater a corrupção em Burundi ou enfrentar a pandemia de HIV/AIDS em Moçambique, as ONGs da África subsaariana estão ativamente trabalhando para enfrentar os desafios que seus países enfrentam.1 O setor associativo dos 19 países cobertos pelo Índice deste ano apresenta uma grande diversidade tanto em termos de tamanho quanto de influência. Enquanto o Quênia abriga mais de 350.000

ONGs, na Serra Leoa o setor conta com apenas 285 ONGs registradas, das quais 118 são organizações internacionais. Na Tanzânia, o dinâmico setor de ONGs participa ativamente ao lado do governo nas políticas do país e fornece serviços vitais às comunidades vulneráveis. Em contrapartida, as ONGs angolanas devem lutar para atuar em um environmento restritivo que lhes deixa pouco espaço para participar de advocacy ou na prestação de serviços. A eficácia das ONGs em reunir as pessoas para identificar, defender e implementar soluções para os problemas inerentes às suas sociedades depende de diversos fatores medidos no Índice de perenização das ONGs, como o contexto jurídico, o acesso ao financiamento, a capacidade organizacional, o acesso à formação e aos serviços de apoio e a imagem pública, além de fatores históricos e culturais específicos. A mudança é o principal objeto do Índice deste ano. A primeira edição do Índice de perenização das ONGs da África subsaariana, publicada no ano passado, buscou estabelecer dados de referência precisos e descrever o estado geral do setor associativo dos países cobertos. O relatório deste ano foca na situação de 2010, enfatizando as mudanças, positivas ou negativas, que ocorreram ao longo do ano. O Índice deste ano mostra que houve mais melhorias do que degradações ao longo do ano passado. Cinco países — Burundi, Guiné, Quênia, Libéria e Mali — de fato melhoraram sua perenização global este ano. Se alguns países regrediram em certas dimensões da perenização, nenhum país experimentou uma deterioração global da perenização este ano. O ano de 2010 foi marcado por mudanças políticas significativas em vários dos países cobertos pelo Índice e as ONGs estavam no centro desses movimentos. Assim, a Guiné lançou uma transição democrática em 2010, que resultou em eleições presidenciais em novembro. As ONGs foram a vanguarda da luta por um retorno à ordem constitucional, pressionando a junta militar a se retirar e a participar do governo de transição. Elas desempenharam um papel fundamental nas eleições. Seus esforços em educação cívica dos eleitores e observação eleitoral garantiram a transparência das eleições. Na Nigéria, as ONGs conseguiram pressionar a Assembleia Nacional e o Gabinete Federal a transferir o poder ao vice-presidente da época, devido a problemas de saúde do presidente. O Quênia adotou uma nova constituição em agosto de 2010 que estabelece um quadro jurídico e institucional rigoroso que favorece a boa governança, os direitos humanos, o Estado de direito, bem como a segurança e a proteção de todos os cidadãos. As ONGs desempenharam um papel essencial em sensibilizar os cidadãos sobre as disposições da constituição antes e depois de sua adoção. As eleições dominaram o cenário político de 2010 em vários outros países. Em Burundi, por exemplo, o processo eleitoral altamente controverso foi marcado por um aumento de tensão e uma escalada da violência, como atentados com granadas e incêndios criminosos, assassinatos seletivos e prisões. Apesar da intimidação e das ameaças dos líderes no poder, as ONGs permaneceram ativas durante o período eleitoral. Elas exigiram que os partidos políticos publicassem seus programas, supervisionaram as eleições 1 O termo “ONG” é às vezes aplicado a um grupo relativamente restrito de organizações registradas oficialmente. Na presente publicação, o termo “ONG” refere-se a organizações sem fins lucrativos da sociedade civil, sejam elas registradas ou não:

associações de membros, organizações de advocacy, organizações de base comunitária (OBC), organizações de prestação de serviços e organizações confessionais.

 e contribuíram para a revisão da lei eleitoral. A Tanzânia, por sua vez, organizou eleições gerais em 30 de outubro. As ONGs debateram a independência e a imparcialidade da comissão eleitoral nacional e iniciaram a educação cívica e eleitoral e a observação das eleições. Em Zanzibar, as ONGs participaram ativamente das discussões que resultaram na adoção de uma nova constituição e de um governo de unidade nacional. As ONGs da Libéria e de Uganda também realizaram uma

infinidade de atividades em preparação para as eleições de 2011. Ao mesmo tempo, as ONGs de países tão diferentes quanto a Etiópia e a África do Sul tiveram que enfrentar pressões crescentes do Estado. Na Etiópia, um monopólio político virtual permitiu ao Frente Democrático Revolucionário do Povo Etíope (EPRDF) restringir radicalmente as liberdades de expressão, reunião e associação. Neste país, é de fato proibido que as ONGs se envolvam em atividades relacionadas a temas controversos, como direitos humanos e resolução de conflitos, conforme descrito de maneira mais detalhada a seguir. Na África do Sul, as ONGs resistem a uma mudança na política do governo e a práticas que tendem à centralização. Em 2010, as ONGs sul-africanas enfrentaram uma pressão política crescente do Estado, incluindo a retirada ou a recusa de financiar ONGs que são críticas ao governo. Curiosamente, essa tendência afetou particularmente as organizações de serviços sociais, que têm maior tendência a depender de fundos fornecidos pelo Estado. Os níveis de desenvolvimento dos diferentes setores associativos examinados neste relatório são caracterizados por uma grande diversidade. Mas todos continuam a evoluir: de fato, nenhuma nota do Índice da África é atribuída à categoria de desenvolvimento mais alta, a perenização reforçada. Mais de dois terceiros dos países cobertos pelo Índice continuam a estar na fase intermediária, a perenização em progressão, enquanto os seis países restantes (República Democrática do Congo, Burundi, Gabão, Etiópia, Guiné e Angola) estão na categoria de perenização obstaculizada, a categoria mais baixa. A África do Sul continua a ter o setor associativo mais forte entre os países cobertos pelo relatório deste ano. De fato, além de ter a nota global mais alta, a África do Sul tem as melhores notas em cada dimensão individual, exceto na infraestrutura. No outro extremo da classificação, Angola tem a nota global mais baixa e compartilha a última posição em certas dimensões com a Etiópia (contexto jurídico e advocacy), Burundi (capacidade organizacional) e Guiné (viabilidade financeira e infraestrutura). Nenhuma tendência sub-regional distinta é perceptível no Índice de perenização das ONGs deste ano. De fato, os três países mais bem classificados pertencem a cada uma das sub-regiões: África do Sul, Quênia (Africa Ocidental) e Senegal (África Ocidental), assim como os três países menos bem classificados: Angola (África Austral), Guiné (África Ocidental) e Etiópia (África Oriental). As médias regionais de perenização global são praticamente idênticas. O Índice de perenização das ONGs da África subsaariana foi focado na criação de uma base de referência precisa que descreve o estado dos setores associativos dos países envolvidos. Com um novo ano de dados disponíveis que oferecem uma imagem mais fiel dos setores associativos desses países, ficou claro que algumas das notas originais precisavam ser ajustadas para permitir comparações razoáveis entre países. Portanto, o Comitê de redação ajustou retroativamente algumas notas de 2009 para os seguintes países: Burundi, RDC, Gana, Quênia, Libéria, Mali, Moçambique, Ruanda, Senegal, Serra Leoa e Tanzânia. O ajuste das notas de certas dimensões resultou em uma leve variação na nota de perenização global do Burundi, da RDC, da Libéria e do Mali. Esses ajustes não foram feitos levianamente e o Comitê de redação não tem dúvida de que esses ajustes menores melhorarão a

comparabilidade das notas entre os países e com o tempo neste Índice, assim como nos Índices seguintes. As notas de 2009 indicadas nesta publicação são as notas ajustadas.

ÍNDICE 2010 DE PERENIZAÇÃO DAS ONGs DA ÁFRICA SUBSAARIANA 3 Contexto jurídico O ambiente político e o quadro jurídico em que as ONGs atuam afetam de maneira significativa sua capacidade de cumprir seus papéis como prestadoras de serviços e defensoras de direitos. O contexto jurídico das ONGs na África subsaariana varia enormemente de acordo com os países. Na África do Sul, as ONGs beneficiam do contexto jurídico mais permissivo entre os países cobertos pelo Índice deste ano, mesmo que elas sofram uma invasão progressiva de suas liberdades e uma pressão política crescente do Estado, como retiradas ou rejeições de

financiamento para ONGs que são críticas em relação a este último. Vários países melhoraram o ambiente operacional das ONGs em 2010. Assim, o contexto jurídico das ONGs no Quênia melhorou significativamente com a adoção, em 27 de agosto de 2010, de uma nova constituição que protege a liberdade de reunião, proporcionando assim à sociedade civil uma base jurídica forte para exercer suas atividades. O registro das ONGs em Gana foi facilitado pela descentralização do processo. Na Libéria, também foi facilitado em 2010 com a implementação de um balcão único destinado ao registro; mas neste país, o registro online, também esperado para 2010, foi, no entanto, adiado devido a uma mudança na direção da célula de coordenação das ONGs no Ministério do Planejamento. Após anos de advocacy realizado pelas ONGs no Mali, o Estado finalmente emendou a lei sobre as ONGs em 2010, descentralizando assim a distribuição de fundos públicos para as ONGs. Os governos intolerantes que temem o poder e a influência das ONGs frequentemente utilizam o contexto jurídico para controlá-las. A Etiópia possui, por exemplo, um dos contextos jurídicos mais restritivos da África subsaariana. Neste país, a lei sobre organizações de caridade e associações em vigor desde setembro de 2009, restringe consideravelmente o livre exercício das atividades das ONGs e seu acesso a fundos estrangeiros. As ONGs agora devem escolher se registrar como organizações etíopes, residentes na Etiópia ou estrangeiras. A vasta maioria das fontes de financiamento das organizações etíopes deve ser local; não mais do que 10% das receitas podem, de fato, vir de fontes estrangeiras. As organizações residentes e estrangeiras podem, por outro lado, beneficiar de fundos estrangeiros ilimitados, mas não podem intervir em áreas críticas como direitos humanos, igualdade de gênero, o direito das crianças e das pessoas com deficiência, resolução de conflitos e eficácia do setor de justiça. O ambiente em que as ONGs atuam também se deteriorou em vários outros países em 2010. Assim, na RDC, as ONGs que se dedicam à promoção e defesa dos direitos humanos sofrem há muito a intolerância do governo. A situação se agravou brutalmente em 2010 5.1 4.9 5.1 5.1 4.9 5.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Contexto Jurídico 2010 2009 África Meridional África Ocidental África Oriental Perenização Perenização Perenização Reforçada en Progressão Entravada

 com o assassinato, abusos e a detenção de ativistas da sociedade civil. Da mesma forma, em Uganda, o pessoal e os voluntários das ONGs que enfatizaram a educação cívica na aproximação das eleições de 2011 foram detidos e enfrentaram ameaças físicas e abusos psicológicos em 2010. No Senegal, as ONGs também tiveram que enfrentar um contexto jurídico mais rigoroso. Em novembro de 2010, o decreto que rege as ONGs foi unilateralmente modificado para conceder ao Estado um maior controle sobre as ONGs, incluindo uma avaliação anual de seus fundos pelo Ministério da Economia e Finanças. As ONGs senegalesas que ousaram criticar as ações ou os serviços do Estado também foram alvo de críticas e ameaças do governo. Em muitos países, as ONGs são elegíveis para isenções fiscais. No entanto, as ONGs da RDC, do Gabão, de Gana, da Guiné, da Libéria, da África do Sul, da Tanzânia e de Uganda relatam todas ter dificuldades em acessar esses benefícios devido a procedimentos burocráticos. De maneira geral, os juristas especializados em legislação de ONGs são poucos na África subsaariana e as ONGs têm dificuldade em contratar tais serviços quando eles existem. Capacidade organizacional A dimensão capacidade organizacional mede a capacidade interna do setor e diz respeito à criação de grupos de interesse, planejamento estratégico, gestão interna e governança, dotação de pessoal e avanço técnico. Apenas dois países (Ruanda e Mali) relataram uma mudança em sua capacidade organizacional este ano. As ONGs ruandesas, de fato, fortaleceram sua capacidade organizacional com o apoio de diversos programas de financiadores que enfatizaram as capacidades operacionais, as habilidades em comunicação e advocacy e a governança. No Mali, as ONGs têm recorrido cada vez mais a manuais de procedimentos internos e reuniões para

organizar seu trabalho e estão se beneficiando cada vez mais com um aumento do voluntariado de jovens e aposentados. A separação dos órgãos de gestão e de governança dentro de uma ONG é um problema comum na África subsaariana. Muitas vezes, os fundadores de ONGs tomam todas as decisões e os conselhos de administração existem apenas em teoria. Se as ONGs em Angola são, por exemplo, legalmente obrigadas a ter um conselho de administração, um estudo da World Learning conclui que menos de 10% dos conselhos das ONGs se reuniram desde a criação de suas organizações. Na maioria das organizações, uma única pessoa, sendo frequentemente o fundador, define as diretrizes e detém o poder executivo. 4.7 4.8 4.8 4.7 4.8 4.8 1.0 3.0 5.0 7.0 2010 2009 África Meridional África Ocidental África Oriental Perenização Perenização Perenização Reforçada en Progressão Entravada Capacidade Organizacional

 Devido a restrições financeiras, muitas ONGs não conseguem pagar salários competitivos a seu pessoal. Como resultado, as ONGs sofrem de uma alta rotatividade de pessoal. O Moçambique, Ruanda e África do Sul relatam que as ONGs frequentemente perdem recrutas que as abandonam em favor de ONGs internacionais, órgãos públicos ou empresas que podem oferecer mais estabilidade e melhores benefícios. Os voluntários constituem a espinha dorsal do setor em vários países. Assim, em Ruanda, muitas ONGs dependem dos esforços de voluntários locais. No Mali, a Agência para a Promoção do Emprego dos Jovens (APEF) colocou 2.000 jovens voluntários nas ONGs em 2010; os aposentados malienses também oferecem voluntariamente seus serviços às ONGs. As ONGs podem perceber que contar com voluntários traz, no entanto, custos. Moçambique e Senegal indicam que as ONGs frequentemente concedem indemnizações de transporte aos voluntários para preservar sua motivação. Além disso, as ONGs têm às vezes dificuldade em encontrar a combinação certa de habilidades no nível da mão-de-obra voluntária, bem como em motivar os voluntários a longo prazo, o que complica os esforços que elas empreendem em planejamento e implementação de projetos a longo prazo. O planejamento estratégico das ONGs da África subsaariana, quando implementado, continua a ser um exercício amplamente teórico, com as missões e planos mudando frequentemente de acordo com a disponibilidade de fundos dos doadores. Viabilidade financeira A viabilidade financeira continua a minar o setor associativo africano. A viabilidade financeira permanece a dimensão menos bem avaliada para todos os países e a única dimensão cujas notas médias para as três sub-regiões continuam a ser de perenização entravada. Apenas cinco países (África do Sul, Quênia, Tanzânia, Moçambique e Senegal) estão na categoria de perenização em progresso, dos quais quatro figuram perto da base da escala. Apenas um país, o Mali, registrou uma melhoria na dimensão viabilidade financeira em 2010, em grande parte devido a um importante programa de apoio à sociedade civil financiado por novos doadores. Vários outros países relataram uma deterioração da situação financeira em 2010. As ONGs etíopes enfrentaram uma situação muito mais difícil devido à nova lei que exclui principalmente o financiamento estrangeiro das organizações de advocacy. Vários programas de doadores estão chegando ao fim em Gana, reduzindo assim a disponibilidade de financiamento para o setor. Na Guiné, as ONGs continuam a sofrer 5.4 5.7 5.2 5.4 5.7 5.2 1.0 3.0 5.0 7.0 Perenização Perenização Perenização Reforçada en Progressão Entravada África Meridional África Ocidental África Oriental Viabilidade financeira 2010 2009

 do embargo econômico que congela a ajuda ao país após o golpe de Estado de 2009; de fato, mesmo que os doadores começem timidamente a retornar em 2010, eles ainda não recuperaram seu nível anterior de apoio às ONGs. Na África do Sul, a Rede Fundação Regency estima que o orçamento total das ONGs caiu em R3 bilhões (quase 367 milhões de dólares) em relação a 2009, em grande parte

devido à recessão econômica global. As ONGs da África subsaariana continuam a depender amplamente de doadores estrangeiros. A crise financeira mundial ainda afeta a disponibilidade de recursos financeiros das ONGs, com Angola, Burundi, RDC e Uganda tendo todos notado uma queda no apoio estrangeiro. No caso do Zimbábue, as ONGs sofrem porque os financiadores estão se voltando mais para o Estado para apoiar o governo de coalizão do qual participam os três principais partidos políticos e que dirige o país desde fevereiro de 2009. A dependência do financiamento dos doadores também tem outras consequências. Moçambique relata, por exemplo, que as ONGs continuam a prestar mais contas aos seus financiadores do que aos seus próprios constituintes. No Quênia, onde os doadores estrangeiros representam 88% do financiamento das ONGs, as ONGs são consideradas como organismos de capital estrangeiro com programas elaborados pelos doadore, em oposição às organizações enraizadas localmente, prejudicando assim os esforços das ONGs para arrecadar fundos a nível local. O financiamento corporativo, especialmente aquele de multinacionais petrolíferas ou mineradoras internacionais, emerge esporadicamente em alguns países, como Guiné, Nigéria e Libéria. No entanto, esse apoio tende a se restringir às ONGs presentes nas regiões produtoras de petróleo ou ricas em minérios e é geralmente destinado a serviços sociais e às artes; as ONGs focadas em direitos humanos e governança geralmente não têm capacidade para explorar essas fontes de financiamento. Na Serra Leoa, as empresas são legalmente obrigadas a destinar 3% de seus lucros anuais à responsabilidade social das empresas (RSE), embora nada indique que essa disposição esteja sendo aplicada. Essas empresas que se comprometem realmente com a RSE tendem a direcionar seu apoio a grupos comunitários ad hoc em vez de grandes ONGs. À medida que a situação financeira se torna ainda mais difícil, as ONGs começam a demonstrar criatividade para encontrar outras maneiras de gerar fundos, incluindo por meio de atividades geradoras de receita. No Senegal, por exemplo, muitas ONGs começaram a cobrar por seus serviços para esse fim. Um exemplo particularmente bem-sucedido é o da União pela Solidariedade e Ajuda, que utiliza as receitas geradas pela prestação de serviços de cirurgia oftalmológica para expandir suas atividades e recuperar parte de seus custos operacionais. Advocacy O advocacy continua a ser um ativo para as ONGs da África subsaariana, as médias regionais dessa dimensão sendo superadas apenas pelas de prestação de serviços nas três sub-regiões. As ONGs de 11 países relatam ter avançado em termos de advocacy em 2010. As ONGs quenianas, assim, registraram uma enorme melhoria nesse campo graças ao papel que desempenharam na elaboração da nova constituição. Elas também participaram de muitas atividades de educação cívica tanto antes quanto depois da promulgação da constituição para garantir que os cidadãos conheçam as novas disposições. Mas apesar do sucesso de suas ações de advocacy este ano, as ONGs quenianas ainda lamentam a falta de um ambiente jurídico favorável à participação pública, algumas ONGs reclamando que a relação entre as ONGs e o Estado é regida pelos “três ‘I’”: o governo convida primeiro as ONGs para uma reunião, depois as informa sobre uma política, para finalmente ignorar suas propostas. Como mencionado anteriormente, as ONGs estavam na linha de frente da luta pelo retorno à ordem constitucional na Guiné. Assim, o Conselho Nacional das OSC guineenses

(CNOSCG) liderou a

 plataforma que pressionou a junta militar a se retirar, resultando na criação de entidades de transição e na organização das eleições presidenciais de novembro de 2010. Os membros do CNOSCG também atuaram como delegados nas entidades de transição. As ONGs no Burundi enfrentaram a corrupção e desempenharam um papel fundamental em um processo eleitoral muito conturbado. Na Tanzânia, as ONGs pressionaram o governo a levar a sério a exigência constitucional de envolver

o público na tomada de decisões. Em virtude disso, o governo começa a consultar regularmente as ONGs antes de adotar uma política ou legislar. No outro extremo do espectro, os esforços das ONGs etíopes em advocacy foram ainda mais enfraquecidos pela Proclamação sobre organizações de caridade e associações. Devido às restrições impostas por essa lei, muitas ONGs que anteriormente participavam de campanhas de advocacy tiveram que interromper suas atividades, enquanto outras mudaram sua missão para se dedicar à prestação de diversos serviços. Essa Proclamação sobre organizações de caridade e associações proíbe ainda as ONGs prestadoras de serviços de conscientizar seus beneficiários sobre seus direitos ou de advogar por mudanças nas políticas associadas. Dada essa grave situação, a Etiópia continua a ser o país com a pior classificação na dimensão de advocacy. Prestação de serviços As ONGs da África subsaariana prestam serviços valiosos às suas comunidades em áreas como saúde, educação, água e saneamento, agricultura, proteção ambiental, aprovisionamento de energia e habitação. A prestação de serviços continua a ser a dimensão mais forte da perenização das ONGs. Além de ter a nota mais alta do Índice (3,2 para a África do Sul), a prestação de serviços tem a média sub-regional mais alta em todos os níveis e constitui a categoria mais bem classificada para a vasta maioria dos países cobertos pelo Índice. Apenas três países (Gabão, Guiné e Angola) estão na categoria Perenização obstaculizada para essa dimensão. Três países relataram uma melhoria em termos de prestação de serviços em 2010. Na Etiópia, a Proclamação sobre organizações de caridade e associações levou as ONGs, algumas das quais participavam anteriormente de atividades de advocacy, a se voltarem para a prestação de serviços. As ONGs quenianas prestam serviços extensivos. De acordo com o Conselho das ONGs, em 2009/2010, as ONGs prestaram 27 bilhões KES (cerca de 288 milhões de dólares) em serviços de assistência e saúde, 21 bilhões KES (quase 224 milhões de dólares) em serviços relacionados ao HIV e AIDS e 7 bilhões KES (cerca de 74 milhões de dólares) em serviços relacionados à agricultura e à água e ao saneamento. Na Serra Leoa, as autoridades nacionais e locais estão cada vez mais trabalhando em parceria com as ONGs para preencher as lacunas em termos de prestação de serviços sociais, aumentando assim a visibilidade do setor. Ao mesmo tempo, as ONGs estão cada vez mais utilizando avaliações para identificar as necessidades das comunidades que atendem e adaptar seus projetos de acordo. O Mali é o único país a registrar um declínio em termos de prestação de serviços este ano. De fato, as ONGs lá estão oferecendo menos serviços, com os doadores começando a conceder diretamente ao Estado seu apoio orçamentário, que não foi transferido para as ONGs. Apesar de exceções notáveis, as ONGs da África subsaariana raramente cobram pelos serviços que prestam, dependendo mais do financiamento externo, seja de doadores estrangeiros ou do Estado. As comunidades atendidas são geralmente pobres e acostumadas a receber serviços gratuitos. O apoio do Estado à prestação de serviços pelas ONGs, concedido no âmbito de contratos ou de subvenções, varia muito de um país para outro. Em Gana, as ONGs não recebem apoio do Estado que não costuma conceder diretamente contratos a elas. Na Nigéria, o Estado concede contratos às ONGs, mas geralmente apenas àquelas que têm contatos pessoais com o governo. No Gabão, o Estado reconhece a contribuição das ONGs, mas as subvenções e os contratos que lhes concede ainda são mínimos. No entanto, as ONGs gabonesas se beneficiam de contratos de subcontratação por meio de empresas e instituições, incluindo ONGs internacionais, adjudicatárias de contratos do Estado. Infraestrutura As ONGs têm mais oportunidades de se desenvolver quando têm acesso a uma infraestrutura setorial sólida que pode fornecer serviços em termos de formação, informação e networking. Infelizmente, até o momento, a infraestrutura das ONGs na África subsaariana ainda é fraca, com médias nas três sub-regiões que permanecem no fundo da categoria Perenização em progresso. O Quênia e a África do Sul têm a infraestrutura mais sólida, enquanto as ONGs angolanas, burundianas e congoleñas sofrem de uma infraestrutura excepcionalmente fraca. Se as organizações tradicionais de apoio intermediário (OSI), os centros de recursos e as

organizações locais doadoras de subvenções tendem a ser fracas e vulneráveis às flutuações do financiamento dos doadores na África subsaariana, a criação de redes e coalizões está florescendo em muitos 4.1 4.3 4.0 4.0 4.3 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Prestação de Serviços 2010 2009 África Meridional África Ocidental África Oriental Perenização Perenização Perenização Reforçada em Progresso Obstaculizada

 países. É assim que, por exemplo, o trabalho coletivo das ONG em Uganda aumentou exponencialmente en 2010 graças a coalizões como o grupo do Manifesto dos Cidadãos, a Coalizão sobre petróleo e gás e o Coletivo dos cidadãos pela democracia eleitoral em Uganda (CCEDU). As redes de organizações confessionais envolvidas na prestação de serviços e outras organizações prestadoras de serviços continuam também suas atividades. As ONG da África do Sul também intensificaram seus esforços para tecer redes e criar coalizões com o objetivo de permitir que a sociedade civil se faça ouvir melhor no nível nacional. A Coalizão Direito de saber, por exemplo, se opõe a um projeto de lei que restringiria o acesso à informação e criminalizaria a denúncia das atividades do Estado. Imagem pública Na maioria dos países da África subsaariana, as ONG enfrentam dificuldades para obter cobertura midiática. As ONG muitas vezes precisam pagar por esse serviço. Apesar disso, o público em geral reconhece o bom trabalho realizado pelas ONG em suas comunidades. A Libéria e a Serra Leoa relataram 4.9 5.0 4.9 4.9 5.0 4.9 1.0 3.0 5.0 7.0 Infraestrutura 2010 2009 África Meridional África do Ocidente África do Leste Perpetuação Perpetuação Perpetuação Reforçada en Progressão Obstruída 4.6 4.5 4.6 4.5 4.5 4.6 1.0 3.0 5.0 7.0 Imagem Pública 2010 2009 África Meridional África do Ocidente África do Leste Perpetuação Perpetuação Perpetuação Reforçada en Progressão Obstruída

 que, embora o público aprecie o trabalho das ONG de uma maneira geral, alguns acreditam que as ONG dispõem de recursos ilimitados. Por outro lado, a percepção que o governo tem das ONG varia consideravelmente. Em regimes mais democráticos, como na Tanzânia, no Quênia e em Gana, o Estado reconhece o setor associativo como parceiro na prestação de serviços e na elaboração de políticas. O governo congolês, por exemplo, aprecia o trabalho das organizações confessionais, mas tem uma imagem muito negativa das ONG de advocacia, o que se agravou ao longo do ano passado. No Zimbábue e em Burundi, o governo associa as ONG à oposição política. Em Gabão, o governo começa a reconhecer o valor das ONG, mas denuncia e às vezes até ameaça as ONG que criticam suas ações ou serviços. A autorregulação, incluindo códigos de ética e a transparência das atividades, é uma preocupação crescente entre as ONG africanas, embora os progressos nesse campo ainda sejam lentos. Ecoando outros países, o Ruanda relata que o público não faz reivindicações sérias em termos de responsabilidade; portanto, os esforços das ONG para serem transparentes tendem mais a satisfazer as exigências dos doadores. A maioria dos países declarou que apenas as principais ONG produzem relatórios anuais que são essencialmente destinados aos doadores. Burundi, Senegal, Tanzânia e Serra Leoa estão entre os poucos países que relatam a existência de um código de ética ao qual um grande grupo de ONG aderiu. Em Uganda, as ONG contribuíram há vários anos para a elaboração do Mecanismo de certificação da garantia de qualidade das ONG (QuAM), um quadro autorregulatório voluntário para todo o setor associativo. No entanto, menos de uma dezena de ONG adotaram o QuAM em 2010, colocando assim seu futuro em questão. CONCLUSÃO A edição do Índice de perpetuação das ONG da África subsaariana deste ano ilustra tanto as realizações do setor associativo ao longo do ano passado quanto os desafios que ainda precisam ser enfrentados. Graças aos dados comparativos fornecidos, os ativistas das ONG, os tomadores de decisão e a

comunidade internacional poderão acompanhar as tendências e usar essas informações para estabelecer suas prioridades e abordagens.

ÍNDICE 2010 DE PERPETUAÇÃO DAS ONG DA ÁFRICA SUBSAARIANA 11 SEÇÃO 1 : DIMENSÕES DA PERPETUAÇÃO DAS ONG Sete dimensões diferentes do setor das ONG são analisadas no Índice de perpetuação das ONG: contexto jurídico, capacidade organizacional, viabilidade financeira, advocacia, prestação de serviços, infraestrutura ONG e imagem pública. Cada uma dessas dimensões é examinada no Índice, com ênfase nas seguintes questões: Os critérios utilizados para avaliar cada dimensão de perpetuação são brevemente explicados a seguir: 1. O que foi realizado? 2. Quais são os problemas que persistem? 3. Os atores locais reconhecem a natureza dos principais desafios? 4. Os atores locais têm uma estratégia e a capacidade para enfrentar esses desafios? Uma breve explicação dos critérios utilizados para avaliar cada dimensão de perpetuação é apresentada a seguir: Contexto jurídico Para ser sustentável, o setor associativo necessita de um contexto jurídico e regulatório que apoie as necessidades das ONG. Esse contexto deve facilitar o acesso de novos entrantes, contribuir para prevenir a ingerência do Estado e conferir às ONG a base jurídica indispensável para que possam participar de atividades apropriadas de captação de recursos e atividades legítimas geradoras de receita. A dimensão do contexto jurídico do Índice analisa o status jurídico das organizações não governamentais. Entre os fatores que moldam esse contexto estão: a facilidade de registro; os direitos legais e as condições que regulamentam as ONG; e a medida em que as leis e regulamentos relativos à tributação, ao serviço dos mercados, ao acesso à informação e a outras questões são benéficos ou dissuasivos para a eficácia e viabilidade das ONG. A medida em que os responsáveis públicos, os representantes de ONG e os juristas privados têm o conhecimento jurídico e a experiência para trabalhar no contexto jurídico e regulatório das ONG e melhorá-lo também é examinada. As questões levantadas incluem: Existe uma lei favorável ao registro das ONG? Na prática, há ONG que podem se registrar e operar facilmente? A gestão interna, a extensão das atividades autorizadas, a informação financeira e/ou a dissolução das ONG estão bem detalhadas na legislação atual? Uma terminologia jurídica clara exclui um controle indesejado do Estado sobre as ONG? A lei é aplicada de acordo com seus termos? As ONG estão protegidas da possibilidade de o Estado dissolver uma ONG por razões políticas/arbitrárias? As ONG e seus representantes estão autorizados a operar livremente dentro da lei? Estão isentas do assédio do governo central, dos governos locais e das autoridades fiscais policiais? Podem abordar livremente questões de debate público e expressar críticas? Existem juristas locais familiarizados com a lei sobre as ONG? O aconselhamento jurídico está disponível para as ONG na capital e nas cidades secundárias? As ONG se beneficiam de algum tipo de isenção fiscal ou de dedução de impostos sobre subsídios, doações, taxas ou atividades econômicas? Os doadores individuais ou corporativos se beneficiam de deduções fiscais? Existe legislação que permite que as ONG ganhem receitas a partir da prestação de bens e serviços? As ONG estão legalmente autorizadas a concorrer a contratos do Estado nos níveis local e central?

12 ÍNDICE 2010 DE PERPETUAÇÃO DAS ONG DA ÁFRICA SUBSAARIANA Capacidade organizacional Um setor associativo sustentável conterá uma massa crítica de ONG geridas de forma transparente e publicamente responsáveis, eficazmente dirigidas e demonstrando competências essenciais em matéria d organização. A dimensão da capacidade organizacional do Índice aborda o funcionamento das ONG. As questões levantadas incluem: As ONG identificam claramente e buscam ativamente formar corpos constitutivos locais para suas iniciativas? Elas têm sucesso nesses esforços? As ONG definiram claramente as missões às quais aderem? Elas definiram claramente planos estratégicos e incorporaram técnicas de

planejamento estratégico em seu processo de tomada de decisão? As ONG têm uma estrutura de gestão claramente definida, incluindo uma divisão reconhecida das responsabilidades entre o conselho de administração e os membros do pessoal? O conselho está ativamente envolvido na governança das ONG? Os conselhos de administração operam de maneira aberta e transparente, permitindo que os contribuintes e apoiadores verifiquem o uso apropriado dos fundos? As ONG podem manter um pessoal permanente remunerado? As ONG têm práticas adequadas em matéria de recursos humanos para o pessoal, incluindo contratos, descrições de cargo, folhas de pagamento (encargos sociais) e políticas de pessoal? Os voluntários potenciais são recrutados e engajados em número suficiente? As ONG recorrem a serviços profissionais: contadores, informáticos ou juristas? Seus recursos geralmente permitem que tenham um equipamento de escritório básico (computadores e softwares relativamente recentes, telefones celulares, télécopieurs/scanners que funcionam, acesso à Internet, etc.)? Viabilidade financeira Uma massa crítica de ONG deve ser financeiramente viável e a economia deve ser suficientemente sólida para sustentar os esforços de autofinanciamento das ONG e suscitar doações do mecenato a nível local. Para de muitas ONG, a viabilidade financeira pode depender tanto de sua disponibilidade quanto de sua capacidade de concorrer por fundos de apoio de doadores internacionais. Entre os fatores que influenciam a viabilidade financeira das ONG estão o estado da economia, o degree de implantação do mecenato e do voluntariado na cultura local, bem como o grau de desenvolvimento dos serviços de mercado do Estado e as oportunidades de aumento das receitas comerciais. A sofisticação e a prevalência da captação de recursos e fortes competências em gestão financeira também são consideradas. As questões levantadas nesta dimensão incluem: as ONG coletam- elles uma porcentagem significativa de seus fundos de fontes locais? As ONG estão em condições de contar com um núcleo voluntário e não monetário em suas comunidades e membros? Existem fontes locais de mecenato? As ONG normalmente têm acesso a diversas fontes de financiamento? A maioria das ONG possui recursos suficientes para permanecer viáveis a curto prazo? Sistemas saudáveis de gestão financeira estão implementados? As ONG normalmente operam de maneira transparente, incluindo a realização de auditorias financeiras independentes e a publicação de seus relatórios anuais e estados financeiros? Qual é o número de ONG que cultivaram um núcleo fiel de apoios financeiros? As ONG se envolvem em algum tipo de programa para se aproximar de seus membros e desenvolver o mecenato? As receitas provenientes de serviços, produtos ou locação de bens complementam o rendimento das ONG? Os governos e/ou empresas locais concedem às ONG contratos de serviços? As associações de membros cobram contribuições?

 Advocacia O contexto político e de advocacia deve apoiar a criação de coalizões e redes e oferecer às ONGs os meios de comunicar suas mensagens através dos meios de comunicação ao grande público, articular suas demandas com os responsáveis do Estado e supervisionar as ações do governo para garantir a responsabilização. A dimensão de advocacia avalia o desempenho das ONGs em influenciar as políticas públicas. O Índice analisa a prevalência da advocacia em diversos setores e em diferentes níveis do Estado, bem como com o setor privado. A amplitude da criação de coalizões de ONGs em torno de certas questões e a existência ou não de um acompanhamento parcial por parte das ONGs das plataformas e do desempenho do governo são levadas em consideração. Esta dimensão não mede o nível de compromissos das ONGs com os partidos políticos. As questões levantadas incluem, entre outras: Existem meios diretos de comunicação entre as ONGs e os tomadores de decisão? As ONGs e os representantes do Estado trabalham juntos no âmbito de certos projetos? As ONGs criaram coalizões temáticas e realizaram amplas campanhas de advocacia? Essas campanhas foram eficazes em nível local e/ou nacional para sensibilizar sobre ou apoiar diversas causas? Existem mecanismos e relações que permitem às

ONGs participar em diferentes níveis dos processos de decisão do governo? As ONGs estão confortáveis com o conceito de lobby? As atividades de lobby resultaram, às vezes, em nível local ou nacional na adoção ou na alteração da legislação? A comunidade das ONGs como um todo sabe que um quadro jurídico favorável pode fortalecer a eficácia e a perpetuação das ONGs? Esforços de advocacia local das ONGs estão sendo realizados para promover reformas jurídicas que beneficiarão as ONGs, ao patrocínio local, etc.? Prestação de serviços A perpetuação do setor associativo requer que uma massa crítica de ONGs possa fornecer efetivamente serviços que atendam sistematicamente às necessidades, prioridades e expectativas de seus membros constitutivos. O Índice examina, em particular, as seguintes questões: As ONGs fornecem serviços em diversos domínios, incluindo serviços sociais básicos e outras áreas como desenvolvimento econômico, proteção contextual ou governança e empoderamento? Globalmente, a "linha de produtos" do setor é diversificada? Os bens e serviços fornecidos pelas ONGs refletem as necessidades e prioridades de seus membros e comunidades? Os bens e serviços que vão além das necessidades sociais básicas são fornecidos a um corpo constitutivo mais amplo do que o das ONGs? Alguns produtos, como publicações, ateliês ou estudos de especialistas são vendidos a outras ONGs, universidades, igrejas ou Estados? Quando as ONGs fornecem bens e serviços, elas recuperam alguns de seus custos cobrando taxas? Elas conhecem a demanda do mercado e a capacidade dos diversos corpos constitutivos de pagar por esses produtos? O governo, em nível nacional e/ou local, reconhece o valor que as ONGs podem agregar à prestação e supervisão dos serviços sociais básicos? Ele concede subsídios ou contratos às ONGs para permitir que elas forneçam esses serviços? Infraestrutura Uma sólida infraestrutura setorial é indispensável para dar às ONGs amplo acesso aos serviços de apoio locais. As organizações intermediárias (OI) devem ser capazes de informar, formar e aconselhar outras ONGs e fornecer acesso a redes e coalizões de ONGs para compartilhar informações e abordar questões de interesse comum. As questões levantadas incluem, entre outras: Existem OIs, centros de recursos ou outros meios para as ONGs acessarem informações relevantes, tecnologia, formação e assistência técnica em todo o país? As OIs e centros de recursos das ONGs atendem às necessidades das ONGs locais? Algumas receitas operacionais das OIs e dos centros de recursos vêm da receita de

 suas atividades (como taxas pelos serviços) e de outras fontes geradas localmente? As fundações comunitárias locais e/ou as OIs concedem subsídios, a partir de fundos coletados localmente ou realocando fundos de doadores internacionais, para atender às necessidades e projetos identificados em nível local? As ONGs compartilham informações entre si? Existe uma rede para facilitar essa troca de informações? Existe uma organização ou um comitê através do qual o setor defende seus interesses? Existem formadores locais competentes especializados em gestão de ONGs? A formação básica em gestão de ONGs está disponível na capital e nas cidades secundárias? Formações especializadas mais avançadas estão disponíveis em áreas como gestão estratégica, contabilidade, gestão financeira, captação de recursos, gestão do voluntariado e criação de conselhos de administração? As formações atendem às necessidades das ONGs locais? O material de formação está disponível nas línguas locais? Existem exemplos de ONGs trabalhando em parceria, officialmente ou informalmente, com empresas locais, o Estado e os meios de comunicação para alcançar objetivos comuns? Os diversos setores conhecem as possibilidades e os benefícios dessas parcerias? Imagem pública Para que o setor das ONGs seja sustentável, o governo, as empresas e as comunidades devem ter uma imagem pública positiva das ONGs, incluindo uma boa compreensão e apreciação do papel exercido pelas ONGs na sociedade. A conscientização pública e a credibilidade afetam diretamente a capacidade das ONGs de recrutar membros e voluntários e de incentivar doadores locais. O Índice examina a extensão e a

natureza da cobertura midiática das ONGs, a conscientização e a disposição dos responsáveis públicos em envolver as ONGs, bem como o conhecimento e a percepção do público em relação ao setor como um todo. As questões geralmente levantadas nesta seção incluem, entre outras: as ONGs recebem cobertura midiática positiva em níveis local e nacional? Existe uma distinção entre as mensagens de interesse público e as campanhas publicitárias das empresas? Os meios de comunicação analisam de forma positiva o papel desempenhado pelas ONGs na sociedade civil? O público tem uma percepção positiva das ONGs? Compreende o conceito de ONGs? É favorável à atividade geral das ONGs? O setor empresarial, as autoridades locais e os responsáveis do governo central têm uma percepção positiva das ONGs? Contam com as ONGs como um recurso comunitário ou como uma fonte de expertise e informação confiável? As ONGs anunciam suas atividades ou promovem sua imagem pública? Desenvolveram relações com jornalistas para incentivar uma cobertura positiva? Adotaram um código de ética ou tentaram demonstrar transparência em suas operações? As grandes ONGs publicam relatórios anuais?

ÍNDICE 2010 DE PERPETUAÇÃO DAS ONGs DA ÁFRICA SUBSAARIANA 15 SEÇÃO 2: NOTAS – DEFINIÇÕES GERAIS O Índice de perpetuação das ONGs da África subsaariana utiliza uma escala de sete pontos, 1 representando o nível mais alto e 7 o nível mais baixo de perpetuação. Essas notas são agrupadas sob três estágios generais: Perpetuação reforçada (1 a 3), perpetuação em progresso (3,1 a 5) e perpetuação obstaculizada (5,1 a 7). As grandes orientações a seguir podem ser usadas para determinar as notas de cada indicador e de cada dimensão: 1. Perpetuação do setor das ONGs sensivelmente reforçada pelas práticas/políticas neste domínio. Se as reformas necessárias podem ser incompletas, a comunidade local das ONGs reconhece quais reformas ou desenvolvimentos ainda são necessários e possui um plano e capacidades para prosseguir com elas. 2. Perpetuação do setor das ONGs reforçada pelas práticas/políticas neste domínio. A comunidade das ONGs locais demonstra seu compromisso em prosseguir com as reformas e em desenvolver seu profissionalismo neste domínio. 3. Perpetuação do setor das ONGs algo reforçada pelas práticas/políticas neste domínio ou compromisso significativo em desenvolver o aspecto em questão. 4. Perpetuação do setor das ONGs moderadamente afetada pelas práticas/políticas neste domínio. Os progressos podem ser obstaculizados por uma economia estagnada, um governo passivo, meios de comunicação desinteressados ou uma comunidade de ativistas bem-intencionados, mas inexperientes. 5. Perpetuação do setor das ONGs algo obstaculizada pelas práticas/políticas neste domínio. Os progressos podem ser obstaculizados por uma economia em recessão, um líder autoritário e um governo centralizado, meios de comunicação controlados ou reacionários, ou um baixo nível de capacidade, vontade ou interesse por parte da comunidade das ONGs. 6. Perpetuação do setor das ONGs obstaculizada pelas práticas/políticas neste domínio. Um contexto hostil, baixas capacidades e a falta de apoio público impedem o crescimento do setor das ONGs. 7. Perpetuação do setor das ONGs consideravelmente obstaculizada pelas práticas/políticas neste domínio, geralmente devido a um governo autoritário que se opõe agressivamente ao desenvolvimento de ONGs independentes.

16 ÍNDICE 2010 DE PERENIZAÇÃO DAS ONGs DA ÁFRICA SUBSAARIANA SEÇÃO 3 : NOTAÇÕES – DESTAQUE As seções a seguir examinam mais profundamente as características de cada uma das sete dimensões do desenvolvimento do setor. Essas características e estágios são baseados em observações empíricas do desenvolvimento do setor na região, em vez de uma teoria causal de desenvolvimento. Dada a natureza decentralizada do setor associativo, vários desenvolvimentos contraditórios podem ocorrer simultaneamente. Portanto, não tentamos dividir as características das sete dimensões em sete etapas distintas de desenvolvimento. Essas características são agrupadas em três estágios básicos: perenização reforçada, perenização em

progresso e perenização dificultada. O estágio de perenização reforçada, o nível mais alto de perenização e desenvolvimento, corresponde a uma nota de 1 a 3 pontos; o estágio de perenização em progresso corresponde a uma nota de 3,1 a 5 pontos; e o mais baixo nível de desenvolvimento, o estágio de perenização dificultada, corresponde a uma nota de 5,1 a 7 pontos na escala. Contexto jurídico Perenização reforçada (1-3) : O quadro legislativo e regulatório prevê disposições específicas para as necessidades das ONGs ou concede às organizações sem fins lucrativos benefícios especiais: deduções fiscais significativas das contribuições de empresas ou indivíduos, importantes isenções fiscais para as ONGs, competição aberta entre as ONGs para fornecer serviços financiados pelo Estado, etc. Neste estágio, os esforços depois em reformas legislativas são principalmente um esforço de advocacy das ONGs para reformar ou aprimorar as leis fiscais, os procedimentos de licitação, etc. A expertise local e comparativa do quadro jurídico das ONGs existe e serviços e documentos jurídicos estão disponíveis. Perenização em progresso (3,1-5) : As ONGs têm pouca dificuldade em se registrar e não sofrem assédio do Estado. Elas estão autorizadas a se envolver em uma ampla gama de atividades, embora as disposições fiscais, os procedimentos de licitação, etc. possam inibir suas operações e seu desenvolvimento. Os programas visam reformar ou esclarecer a legislação relativa às ONGs, para permitir que estas aumentem suas receitas e atividades comerciais e que o governo nacional ou as autoridades locais privatizem a prestação de certos serviços do Estado, para resolver as principais questões fiscais das ONGs, etc. A comunidade local de ONGs compreende a necessidade de se unir e advogar por reformas jurídicas favoráveis ao setor de ONGs como um todo. Um núcleo local de juristas começa a se especializar na legislação das ONGs, fornecendo serviços jurídicos às ONGs locais, aconselhando a comunidade de ONGs sobre as reformas legislativas necessárias, elaborando projetos de leis, etc. Perenização dificultada (5,1-7) : O contexto jurídico limita fortemente a capacidade das ONGs de se registrar e/ou funcionar, devido à ausência de disposições legais, à natureza confusa ou restritiva das disposições legais (e/ou à sua implementação) ou à hostilidade e assédio do governo em relação às ONGs. Capacidade organizacional Perenização reforçada (1-3) : Várias ONGs administradas de forma transparente e geridas com competência existem em diversos setores. A maioria das organizações tem claramente definidos os objetivos de sua missão e muitas delas utilizam técnicas de planejamento estratégico. Os conselhos diretores existem e há uma clara distinção entre as responsabilidades dos membros do conselho e o pessoal. As ONGs têm um pessoal permanente bem treinado e fazem amplo uso de voluntários. A maioria das ONGs possui equipamentos relativamente modernos que lhes permitem trabalhar de forma eficiente. As grandes ONGs conseguiram desenvolver fortes grupos de apoio local.

 Perenização em progresso (3,1-5) : Algumas ONGs demonstram uma capacidade reforçada de se dirigir sozinhas e organizar seu trabalho. Algumas outras têm pessoal em tempo integral e se têm orgulho de ter uma divisão do trabalho entre os membros do conselho de administração e os membros do pessoal. As ONGs têm acesso a equipamentos de escritório básicos, incluindo computadores e fax. Embora esses esforços possam ainda não ter dado resultados, as grandes ONGs reconhecem as necessidades e se esforçam para desenvolver grupos de apoio locais. Perenização dificultada (5.1-7) : As ONGs são essencialmente “shows de um homem só,” dependendo inteiramente da personalidade de uma ou duas figuras importantes. Elas frequentemente se desintegram devido a conflitos de personalidade. As ONGs não têm um senso claramente definido de sua missão. Neste estágio, as ONGs refletem pouco conhecimento ou lacunas em planejamento estratégico ou formulação de programas. As organizações raramente possuem um conselho de administração, estatutos ou no máximo uma mão cheia de membros ativos. As ONGs não compreendem o valor ou a necessidade de desenvolver grupos d

apoio local. Viabilidade financeira Perenização reforçada (1-3) : Uma massa crítica de ONGs adotou sistemas de gestão financeira saudáveis, incluindo auditorias independentes e a publicação de relatórios anuais com demonstrações financeiras, para conquistar a eventual confiança dos doadores. As ONGs levantam uma porcentagem significativa de seus fundos de fontes locais, incluindo do Estado, empresas e patrocinadores privados e da receita de suas atividades. A maioria das ONGs possui diversas fontes de financiamento, o que lhes permite permanecer viáveis no curto prazo. Uma economia em crescimento torna possíveis as doações locais. Perenização em progresso (3,1-5) : As ONGs estão abrindo caminho ao adotar diferentes abordagens em relação à autonomia e viabilidade financeira. Embora ainda sejam amplamente dependentes de doadores estrangeiros, algumas ONGs estão começando a aumentar suas receitas por meio da prestação de serviços e da obtenção de subsídios e contratos de serviços junto a municípios e ministérios ou tentam atrair membros que pagam suas contribuições ou doadores locais. No entanto, uma economia local morosa pode obstruir os esforços para arrecadar fundos de fontes locais. Os programas de formação abordam a gestão financeira e as ONGs começam a perceber a importância da transparência e da responsabilização em relação à arrecadação de fundos, mesmo que possam não ser capazes de implementar plenamente medidas de transparência. Perenização dificultada (5,1-7) : As novas ONGs sobrevivem de subsídio em subsídio e/ou dependem financeiramente de um patrocinador estrangeiro. Embora muitas ONGs sejam criadas na esperança de obter financiamento, a maioria está amplamente inativa devido ao seu fracasso em obter recursos financeiros de doadores estrangeiros. As fontes locais de financiamento são virtualmente inexistentes, em parte devido a uma economia local deprimida. As ONGs não têm sistemas de gestão financeira e não compreendem a necessidade de transparência ou responsabilidade financeira. Advocacy Perenização reforçada (1-3) : O setor das ONGs demonstra habilidade e capacidade de responder às necessidades, problemas e interesses em mudança da comunidade e do país. À medida que as ONGs asseguram sua base institucional e política, elas começam a 1) formar coalizões para promover questões de interesse comum, incluindo a legislação relativa às ONGs; 2) pressionar os partidos políticos e monitorá-los; e 3) pressionar os órgãos legislativos e executivos. As ONGs demonstram capacidade de mobilizar cidadãos e outras organizações para responder a necessidades, problemas e interesses em mudança. Neste estágio de desenvolvimento, as ONGs revisam suas estratégias e têm a capacidade de se adaptar e responder aos desafios de diversos setores. Um

importante incentivo à cooperação é o interesse

 pessoal: as ONGs podem formar alianças em torno de questões comuns às quais estão confrontadas como organizações não governamentais sem fins lucrativos. Perenização em progresso (3,1-5): Organizações de advocacy bem definidas emergem e tornam-se politicamente ativas em resposta a problemas específicos. Muitas vezes, as organizações nesta fase de desenvolvimento em evolução apresentam seus problemas a níveis inadequados do governo (local em vez de nacional e vice-versa). A fraqueza do poder legislativo pode se manifestar ou ser mal assumida, uma vez que os ativistas preferem se encontrar com responsáveis do aparelho executivo ("onde realmente reside o poder"). Trabalhos de análise de políticas alternativas começam a surgir nas universidades e grupos de reflexão. A troca de informações e o estabelecimento de redes permitindo ao setor das ONGs informar e pleitear suas necessidades dentro do governo começam a desenvolver-se. Perenização obstaculizada (5,1-7): Amplos movimentos guarda-chuva, compostos por ativistas preocupados com diversos setores e unidos por sua oposição ao governo, se desintegram ou desaparecem. Alguns países nesta fase ainda não tiveram um início de ativismo. As

preocupações econômicas são predominantes para a maioria dos cidadãos. O grande público demonstra certa passividade, cinismo ou medo. Os ativistas de ONGs têm medo de se envolver no diálogo com o governo, não se sentem à altura para dar suas opiniões e/ou não acreditam que o governo ouvirá suas recomendações. As ONGs não compreendem o papel que podem desempenhar nas políticas públicas ou o conceito de política pública. Fornecimento de serviços Perenização reforçada (1-3): Muitas ONGs fornecem uma ampla gama de bens e serviços, que refletem as prioridades da comunidade e/ou dos financiadores locais. Muitas delas oferecem produtos além dos serviços sociais básicos, em setores como desenvolvimento econômico, a proteção do contexto ou a governança democrática. As ONGs desenvolveram em vários setores conhecimentos suficientemente fortes sobre a demanda do mercado para seus serviços, sobre a capacidade do governo de oferecer mercados para esses serviços ou sobre outras fontes de financiamento como doações privadas, subsídios e taxas, se forem legalmente autorizadas pela lei. Um certo número de ONGs encontra maneiras de autofinanciar esses bens e serviços para os quais a recuperação total dos custos não é viável com receitas provenientes de bens e serviços mais lucrativos ou com fundos arrecadados de outras fontes. As autoridades públicas, especialmente em nível local, reconhecem as capacidades das ONGs e lhes concedem subsídios ou contratos para permitir que forneçam diversos serviços. Perenização em progresso (3,1-5): A contribuição das ONGs para cobrir a lacuna em serviços sociais é reconhecida pelo Estado, embora raramente lhes conceda fundos na forma de subsídios ou contratos. As ONGs reconhecem a necessidade de cobrar pelos serviços e outros produtos, como publicações e oficinas, mas mesmo quando são legalmente autorizadas, as taxas raramente cobrem os custos incorridos. Se os bens e serviços fornecidos pelas ONGs atendem às necessidades da comunidade, essas necessidades geralmente são identificadas por financiadores estrangeiros ou pelas ONGs de maneira não sistemática. Além dos próprios membros das ONGs, grupos de interesse pela expertise das ONGs como relatórios e documentos começam a se expandir para incluir outras ONGs, universidades, igrejas e o governo. Perenização obstaculizada (5,1-7): Um número limitado de ONGs é capaz de fornecer serviços sociais básicos, como saúde, educação, assistência ou habitação, embora em um nível de sofisticação ainda bastante baixo. Aqueles que fornecem tais serviços recebem pouco ou nada de subsídios ou contratos do Estado. As ONGs produzem publicações, serviços técnicos ou trabalhos de pesquisa frequentemente

 apenas para seus próprios membros ou seus doadores. Elas raramente tentam cobrar pelos bens ou serviços fornecidos. Infraestrutura Perenização reforçada (1-3): Organizações intermediárias (OI) e/ou centros de recursos de ONGs estão ativos em todas as regiões do país e oferecem treinamentos avançados, serviços de informação, apoio e consultoria jurídica, bem como atividades de desenvolvimento de patrocínio. Esforços estão em andamento para estabelecer e equipar fundações comunitárias, instituições autóctones de subvenção e/ou organizações para coordenar a arrecadação local de fundos. Existe um quadro profissional de especialistas, consultores e formadores locais especializados na gestão do setor sem fins lucrativos. As ONGs reconhecem o valor da formação, embora a falta de recursos financeiros continue sendo uma restrição para acessar os treinamentos oferecidos localmente. Os temas dos treinamentos disponíveis cobrem questões jurídicas e fiscais das ONGs, contabilidade e manutenção de livros contábeis, habilidades de comunicação, gestão de voluntariado, mídias e relações públicas, patrocínio e arrecadação de fundos. As ONGs trabalham juntas e compartilham informações através de redes e coalizões. Elas começam a desenvolver parcerias intersetoriais com empresas, governo e mídias para alcançar objetivos comuns. Perenização em progresso (3,1-5): OIs e centros de recursos estão ativos nas grandes aglomerações e fornecem serviços como a distribuição de subsídios, a publicação de boletins de informação, a manutenção de uma base

de dados sobre os membros, a gestão de uma biblioteca de literatura sobre ONGs e a prestação de treinamentos básicos e serviços de consultoria. Outras organizações guarda-chuva e redes começam a ser formadas para facilitar a criação de redes e coordenar as atividades dos grupos de ONGs. Os formadores locais têm a capacidade de oferecer treinamentos organizacionais básicos. Fóruns de financiadores são formados para coordenar o apoio financeiro de financiadores estrangeiros e desenvolver atividades locais de patrocínio corporativo. O valor das parcerias intersetoriais ainda não foi realizado. Perenização obstaculizada (5,1-7): Poucas, ou nenhuma, OIs ou centros de recursos, redes e organizações guarda-chuva estão ativos. Aqueles que estão operacionais trabalham principalmente na capital e fornecem serviços limitados: computadores, fax, email e espaço para reuniões. A formação local e a capacidade de desenvolvimento das ONGs são extremamente limitadas e subdesenvolvidas. São principalmente os programas de financiadores internacionais que garantem treinamentos e assistência técnica. Não há esforço coordenado para desenvolver tradições de patrocínio, melhorar a arrecadação de fundos ou estabelecer fundações comunitárias. Os esforços das ONGs para trabalhar juntas são limitados por uma percepção de competição em relação ao apoio de financiadores estrangeiros e pela desconfiança de outras organizações. Imagem pública Perenização reforçada (1-3): Esta fase é caracterizada pelo aumento da confiança do público em relação às ONGs, bem como pelas taxas de voluntariado. As ONGs se reúnem para organizar campanhas visando a incrementar a confiança do público. Existem exemplos amplos de boas relações de trabalho entre as ONGs e os governos nacionais e locais, que podem resultar em iniciativas público-privadas ou comitês consultivos de ONGs para conselhos municipais e ministérios. Os meios de comunicação cobrem o trabalho das ONGs e estas abordam os meios de comunicação e as relações públicas de maneira profissional. O setor das ONGs demonstra uma obrigação crescente de prestar contas, de transparência e autoregulação, especialmente pela adoção de um código de ética ou de um código de conduta geralmente aceito.

 Perenização em progresso (3,1-5): Os meios de comunicação não tendem a cobrir as ONGs porque as consideram fracas e ineficazes ou irrelevantes. Algumas ONGs percebem a necessidade de educar o público para se tornarem mais transparentes e buscarem oportunidades de cobertura midiática, mas não têm as competências. Como resultado, a população em geral não compreende realmente o papel das ONGs na sociedade. Algumas comunidades locais têm sólidas relações de trabalho com as ONGs locais, como atesta sua participação em comitês consultivos, consultas, iniciativas público-privadas e financiamento de subsídios ocasionalmente, mas isso ainda não é generalizado. Perenização obstaculizada (5,1-7): O público e/ou o governo estão mal informados ou céticos em relação às ONGs como instituições. A maior parte da população não compreende o conceito de "não governamental" ou "sem fins lucrativos", especialmente os responsáveis públicos, os líderes empresariais e os jornalistas. A cobertura midiática pode ser hostil, devido à desconfiança de mídias livres mas pouco informadas ou devido à hostilidade de um órgão de imprensa controlado por um governo autoritário. Acusações de traição podem ser feitas contra as ONGs. Devido a uma atmosfera hostil causada por um governo autoritário, indivíduos ou empresas que às vezes fazem doações para as ONGs frequentemente o fazem de forma anônima.

 SEÇÃO 4 : RELATÓRIOS DE PAÍS ÁFRICA DO SUL Capital: Pretória Regime político: República População: 49.004.031 (est. julho 2011) PIB per capita (PPA): 10.700 $ (est. 2010) Índice de desenvolvimento humano: 123 (2011) SUSTENTABILIDADE DAS ONGs: 3,6 O

número de ONGs na África do Sul continua a crescer rapidamente. As ONGs que desejam acessar financiamento e concursos do Estado devem se registrar junto ao Departamento de Desenvolvimento Social (DSD). Em 2010, o DSD relatou um aumento de 10% nos pedidos de registro, elevando para 65.633 o número total de organizações registradas. A distribuição geográfica dos pedidos reflete as populações das províncias, com os números mais altos em Gauteng (51%), KwaZulu Natal (30%) e o Cabo Oriental (30%). O Cabo do Norte apresentou o menor número de pedidos (4%). Milhares de organizações continuam a operar sem registro. As organizações de serviços sociais representam 33% de todas as ONGs, seguidas pelas organizações que atuam em desenvolvimento comunitário e habitação (21%). As organizações internacionais representam as associações sem fins lucrativos registradas (0,1%) que são as menos numerosas. Em 2010, houve um forte aumento nas iniciativas das ONGs relacionadas a atividades de advocacy em resposta 3.6 3.8 3.2 3.4 4.0 3.7 3.3 3.6 1.0 3.0 5.0 7.0 Sustentabilidade Sustentabilidade Sustentabilidade Reforçada em Progresso Obstruída Notas 2010: África do Sul Sustentabilidade das ONGs Contexto Jurídico Capacidade Organizacional Viabilidade Financeira Advocacy Fornecimento de Serviços Infraestrutura Imagem Pública * A capital, o regime político, a população e o PIB mencionados em todos os relatórios de países são extraídos da Central Intelligence Agency (CIA), The World Factbook, disponível online em: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/. Meus índices de desenvolvimento humano estão disponíveis em http://hdr.undp.org/en/statistics/.

 Contexto Jurídico na África do Sul em uma transição da política e das práticas do Estado para a centralização. De fato, os serviços de polícia foram remilitarizados, houve discussões sobre a redução do número de províncias de nove para quatro e as discussões foram retomadas sobre a nacionalização das minas. Como resultado, a sociedade civil reforçou o foco em sua independência e seu papel de vigilância. O setor também examina de forma mais crítica sua capacidade de realizar campanhas eficazes de conscientização. A sustentabilidade financeira das ONGs tornou-se mais precária em 2010. As ONGs continuam em grande medida dependentes do financiamento de doadores internacionais, que foi significativamente reduzido devido à recessão global. O setor começou a advogar por maior transparência e responsabilidade dos dois mecanismos de financiamento nacionais – a Agência de Desenvolvimento Nacional (NDA) e o Fundo da Loteria –diante das preocupações levantadas pela gestão financeira e manipulação política. Mesmo que sua missão vise apoiar a sociedade civil, a NDA e o Fundo da Loteria concederam, por exemplo, subsídios à Agência Nacional para o Desenvolvimento da Juventude, uma instituição pública, para o Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. CONTEXTO JURÍDICO: 3,3 Na África do Sul, as ONGs continuam a ser regidas pela Lei de 1997 sobre organizações sem fins lucrativos e pela Lei de 2008 sobre sociedades. As ONGs se registram junto ao DSD, que simplificou seus processos burocráticos para facilitar o registro ao fornecer modelos em seu site. O registro não é negado às ONGs por razões claramente políticas. No entanto, mais de um terço das candidatas tiveram seu registro inicialmente negado em 2010 porque não forneceram todas as informações técnicas exigidas. Embora não seja obrigatório, um número crescente de ONGs opta por se registrar. Isso é na verdade exigido pelos doadores, pela lei que regula o centro de inteligência financeira (FICA) segundo a qual uma ONG deve estar registrada para poder abrir uma conta bancária em seu nome, assim como pelo governo, pois uma ONG deve estar registrada para poder licitar em contratos de fornecimento de serviços. Para manter seu registro atualizado, uma ONG deve apresentar um relatório anual e demonstrações financeiras auditoras. Muitas organizações têm dificuldades em cumprir essas obrigações, mesmo que menos de 2% tenham sido canceladas por não cumprimento dessa condição. O DSD também tenta reforçar o

cumprimento dessa obrigação publicando modelos de relatórios. As ONGs estão sob crescente pressão política por parte do governo, como a retirada ou recusa de financiamento às ONGs que são críticas a ele. As organizações de serviços sociais, que são mais propensas a depender do apoio do Estado, foram avisadas por funcionários de que seu financiamento será interrompido a menos que estejam em conformidade. As ONGs estão cada vez mais buscando assistência jurídica em todas as regiões do país. As ONGs dos centros urbanos geralmente têm mais acesso ao apoio jurídico, mesmo que esse tipo de serviço também esteja disponível em pequenas cidades como Oudtshoorn, perto do Cabo. Independentemente de seu grau de acessibilidade, os serviços jurídicos continuam sendo inacessíveis para muitas ONGs. Em alguns casos, as

ÁFRICA DO SUL 23 3.7 3.7 1.0 3.0 5.0 7.0 Capacidade Organizacional na África do Sul ONGs preveem em suas campanhas de advocacy um orçamento para litígios. Nenhuma formação específica existe em matéria de legislação das ONGs. As ONGs são elegíveis para uma série de benefícios fiscais e isenções sobre impostos municipais (um benefício do qual poucas ONGs estão cientes). Mas elas continuam a enfrentar dificuldades para reivindicar esses benefícios fiscais devido a procedimentos burocráticos excessivamente pesados. A maioria das ONGs sofre de capacidades limitadas em termos de recursos humanos e simplesmente não possui o pessoal necessário para avançar com esses pedidos junto à administração. A receita gerada pela prestação de serviços relacionados à missão e às atividades básicas da ONG é isenta de impostos. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 3,7 O uso das ONGs de um processo estruturado de planejamento estratégico permanece desigual na África do Sul. As ONGs começam a demonstrar interesse pelo planejamento, mas acham difícil reagir ao contexto político e econômico em rápida evolução. As grandes ONGs baseadas em áreas urbanas tendem a se sair melhor nesse aspecto do que as organizações menores localizadas em bairros pobres e áreas rurais. As organizações nacionais de advocacy fizeram um eforço conjunto para formar coalizões e grupos de interesse para suas campanhas em 2010, enquanto o ambiente político se tornava mais centralizado e menos tolerante à crítica. Enquanto o governo critica cada vez mais as ONGs por não serem representativas, fica claro que elas precisam fazer mais para educar e envolver o público em suas atividades. Em particular, a Campanha 'O Direito de Saber' (R2K), que se opõe ao projeto de lei sobre proteção da informação – que limitaria o acesso à informação e criminalizaria a denúncia de ações do Estado – começou a fazer campanha de forma mais ampla. A gestão e a governança das ONGs continuam a variar dentro do setor. Alguns conselhos diretores têm uma atitude não intervencionista, enquanto outros se intrometem onde não deveriam. Um aumento nos pedidos às organizações de fortalecimento de capacidades para formação sobre a governança indica uma conscientização da necessidade de fortalecer as competências nessa área. Alguns conselhos de ONGs podem ser descritos como ativistas, visto que exercem pressão em nome de suas organizações e ajudam a arrecadar fundos, em vez de deixar essa atividade para o pessoal. A recessão global começa a ter um efeito sobre a capacidade das ONGs. Como há menos fundos disponíveis, o pessoal qualificado se volta para setores que oferecem empregos mais estáveis. A eficácia de uma ONG em termos de gestão de recursos humanos está frequentemente ligada ao seu tamanho e à sua longevidade. A maioria das ONGs tem acesso à tecnologia necessária para realizar suas atividades, mesmo que diferenças persistam entre as ONGs das áreas urbanas e rurais. Devido a um ambiente econômico cada vez mais competitivo, as ONGs correm o risco de começar a ficar para trás em relação aos recursos tecnológicos no futuro. VIABILIDADE FINANCEIRA: 4,0 Na África do Sul, a viabilidade financeira das ONGs mudou consideravelmente em 2010. A recessão econômica global começa de fato a fazer sentir seus efeitos sobre o setor, em particular sobre as organizações de advocacy e governança, que tendem a se apoiar exclusivamente no financiamento

-- 35 de 162 --

24 ÍNDICE 2010 DE PERENIZAÇÃO DAS ONG DA ÁFRICA SUBSAARIANA 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Viabilidade Financeira na África do Sul 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Advocacia na África do Sul internacional. A Regency Foundation Networx estima que o financiamento global das ONG na África do Sul caiu em um bilhão R3 (cerca de 367 milhões $) em relação a 2009. O Fundo da Loteria e a Agência Nacional de Desenvolvimento foram fortemente criticados pelo público em 2010. Esses mecanismos de financiamento nacional foram de fato acusados de favoritismo na alocação de fundos, de conflitos de interesse entre os membros do conselho de administração e os executivos, bem como de gestão ineficaz. Os membros dos conselhos não se recusaram, por exemplo, como deveriam, de participar de licitações onde havia conflitos de interesse, e isso mais de uma vez. Após uma audiência parlamentar onde as preocupações da mídia e das ONG foram levantadas, uma nova regulamentação foi implementada em julho de 2010 para dar mais transparência ao estabelecimento de prioridades, às alocações rurais/urbanas e à tomada de decisões. As fundações privadas tornaram-se mais rigorosas em relação a sistemas financeiros e de gestão sólidos, demonstrando toda a diligência necessária para as estruturas das ONG em termos de finanças, resultados, gestão de recursos humanos e relatórios. Isso afetou principalmente as organizações menores, que têm menos chances de ter sistemas bem desenvolvidos. As organizações de serviço dependem amplamente de contratos públicos, que podem ser vulneráveis e raramente economicamente viáveis. As ONG frequentemente submetem orçamentos irreais em resposta aos editais do Estado, o que pode resultar no fato de que elas subsidiam, de fato, os serviços públicos. Para responder a essas limitações, as ONG estão cada vez mais cientes da necessidade de diversificar suas fontes de financiamento. Elas continuam a explorar projetos de atividades geradoras de receita e outros programas que lhes fornecem financiamento flexível. Por exemplo, o Centro Goedgedacht na Cidade do Cabo possui um centro de conferências e vende azeite de oliva e produtos relacionados para financiar seus programas de combate à pobreza e de apoio aos jovens. Os sul-africanos demonstraram sua disposição de contribuir para causas que lhes são caras, como a campanha 'Salve o Rinoceronte' e os múltiplos esforços de ajuda humanitária do 'Gift of the Givers', como o apoio ao Japão após o tsunami e ao Paquistão após as inundações. As ONG precisam reavaliar as possibilidades de aproveitar esse apoio individual. ADVOCACIA: 3,4 Em 2010, a lei relativa à infância foi implementada após mais de uma década de advocacia sustentada pela Rede de Monitoramento da Justiça para Crianças (CJMN). Esta lei visa defender os direitos da criança, protegê-las contra os maus-tratos e garantir que seus interesses superiores sejam considerados em todas as áreas. A Campanha R2K ganhou visibilidade e fez adeptos a nível nacional este ano. Organizada por uma coalizão de ONG de direitos humanos e governança, a R2K se opôs ao projeto de lei sobre a proteção da informação, que está em fase de elaboração desde 2008. Com a crescente corrupção, a adoção deste projeto de lei daria um golpe fatal na democracia no país.

-- 36 de 162 --

ÁFRICA DO SUL 25 3.2 3.2 1.0 3.0 5.0 7.0 Fornecimento de Serviços na África do Sul As organizações de advocacia investiram mais energia para formar grupos de interesse a fim de aumentar o apoio da opinião pública às suas iniciativas em resposta ao contexto político em rápida mudança este ano. Durante as eleições das autoridades locais em 2010, os partidos da oposição receberam um apoio eleitoral muito maior a nível local. Essa reversão eleitoral impacta o trabalho das organizações a nível local, que provavelmente desenvolveram relações com o antigo partido no poder. A infraestrutura legislativa e as políticas, como os diversos fóruns e comissões legislativas em todos os níveis do Estado, continuam a permitir que a sociedade civil trabalhe junto ao Estado. Mas este último entretanto tolera cada vez menos as críticas e usa seu poder financeiro para influenciar e minar os esforços desenvolvidos pelo setor associativo em

termos de advocacia. Essas pressões resultaram em uma cooperação reforçada entre as ONG. Várias coalizões, por exemplo, enfatizam diversos aspectos do desenvolvimento da primeira infância para poder conduzir suas atividades de advocacia de maneira construtiva. As ONG hoje precisam melhorar suas habilidades e sua facilidade para se envolver em atividades de lobby. Muitas delas, particularmente aquelas que atuam no setor de serviços, hesitam em se envolver no lobby, temendo que isso possa ter possíveis repercussões em suas relações com o Estado. As habilidades em lobby são particularmente fracas nos níveis local e provincial. Tanto as ONG quanto os cidadãos tendem a se concentrar nas políticas nacionais e não dispõem dos recursos humanos necessários para advogar efetivamente em todos os pontos dos sistemas de governança. As habilidades de alto nível em termos de advocacia estão concentradas nas maiores ONG, embora tenha havido, ao longo dos últimos quatro anos, iniciativas para fortalecer as capacidades das OBC e das ONG menores nesse campo, iniciativas que devem dar frutos nos próximos anos. Quatro organizações da Cidade do Cabo lideram uma iniciativa para melhorar o registro e a tributação das ONG. Esses esforços, no entanto, não são bem conhecidos nem amplamente apoiados em todo o país, talvez porque o contexto jurídico seja geralmente favorável e haja muitos outros assuntos urgentes. FORNECIMENTO DE SERVIÇOS: 3,2 A orientação programática das ONG registradas junto ao DSD mudou em 2010. As organizações de serviços sociais representam hoje a maior parte do setor (33%), seguidas por aquelas que se dedicam ao desenvolvimento comunitário e à habitação (21%). As organizações que enfatizaram a educação – a maior categoria do setor em 2009 – ocuparam o terceiro lugar em 2010. A recuperação de custos continua a ser um desafio para as ONG. Estas não costumam ter as habilidades necessárias para elaborar orçamentos eficazes e compreender o mercado. Além disso, como mencionado anteriormente, elas frequentemente elaboram orçamentos irreais para obter contratos do Estado, o que resulta efetivamente em um subsídio. Ao mesmo tempo, há um debate no país sobre se as ONG deveriam se envolver na recuperação dos custos. Em geral, as OBC e as organizações de serviço estão muito atentas às necessidades das comunidades, enquanto as organizações maiores estão geralmente mais distantes das comunidades que atendem e podem não ser tão reativas à dinâmica em mudança a nível comunitário.

 INFRAESTRUTURA: 3,9 As organizações de apoio intermediário (OSI) e os centros de recursos continuam a estar disponíveis e amplamente acessíveis, particularmente nas grandes cidades como Cidade do Cabo, Joanesburgo, Durban e Tshwane. As pequenas organizações das cidades menores do país têm menos acesso aos serviços fornecidos pelos centros de recursos. A disseminação da informação é ampla e diversos boletins eletrônicos como NGO Pulse são amplamente distribuídos e utilizados. Organizações como a Fundação para os Direitos Humanos (FHR) e o Southern African Trust (SAT) redistribuem os fundos estrangeiros. A ONG Inyahtelo se dedica ao fortalecimento das capacidades do setor associativo, mas está baseada na Cidade do Cabo e, portanto, é difícil de alcançar para a maioria das organizações. Se a ACDI financia especificamente as atividades de fortalecimento das capacidades do setor associativo, a sociedade civil geralmente luta para encontrar recursos internos para poder pagar esse tipo de apoio. Uma universidade regional oferece um programa para líderes de ONG. Mas esse programa é, no entanto, bastante caro e, portanto, inacessível para muitas organizações. As redes e as coalizões continuam a ser amplamente temáticas. No entanto, em 2010, as ONG tentaram novamente formar redes e coalizões para dar à sociedade civil uma voz mais forte a nível nacional. Entre os exemplos estão R2K e o Fórum de Gauteng para a proteção social. Algumas empresas dedicam fundos à responsabilidade social corporativa (RSC), mesmo que esses fundos sejam amplamente distribuídos para as ONG prestadoras de serviços e não para

aquelas que são focadas na governança e nos direitos humanos. As parcerias intersetoriais são raras, mas há uma crescente conscientização sobre seu poder em termos de advocacia. IMAGEM PÚBLICA: 3,6 As campanhas de advocacia, especialmente aquelas de um certo nível e de natureza política, atraíram mais atenção da mídia em 2010. Os pequenos órgãos de imprensa em nível comunitário continuam a cobrir as questões de desenvolvimento e, portanto, as ONG de maneira mais aprofundada do que suas contrapartes nacionais. Mas essa cobertura midiática tende a ser passiva e a faltar consistência. Muito poucos jornalistas apreciam o papel da sociedade civil ou compreendem a importância de relatar as informações sobre as atividades do setor. No último ano, o governo adquiriu uma visão mais negativa das ONG, particularmente daquelas que são críticas em relação à prestação de serviços e à corrupção. Os funcionários e os políticos, por sua vez, mostram-se mais críticos em relação às ONG, destacando sua dependência dos contratos do Estado e fazendo ameaças veladas. Oficialmente, no entanto, o Estado encoraja o papel das ONG e reconhece sua dependência em relação a elas para a prestação dos serviços públicos. A RSC está longe de ser suficientemente desenvolvida. No entanto, uma conferência anual coordenada pela ONG Trialogue facilita as relações entre a sociedade civil e as empresas e foi seguida por um número consideravelmente maior de pessoas em 2010.

-- 38 de 162 --

ÁFRICA DO SUL 27 Mesmo que possa apreciar o trabalho realizado pelas ONG a nível das comunidades, o público ainda tem uma pobre compreensão do setor associativo. Isso é exacerbado pelo fato de que as ONG ainda não se envolvem nas relações públicas tão ativamente quanto deveriam. As ONG registradas devem publicar relatórios anuais contendo informações financeiras. Algumas ONG adotaram códigos de conduta, mas não há nenhum organismo de supervisão global para coordenar tais esforços.

-- 39 de 162 --

28 ÍNDICE 2010 DE PERENIZAÇÃO DAS ONG DA ÁFRICA SUBSAARIANA 5.4 5.7 5.3 5.5 5.9 5.7 6.0 5.6 1.0 3.0 5.0 7.0 Notas 2010: Angola Perenização das ONG Contexto Jurídico Capacidade Organizacional Viabilidade Financeira Advocacia Prestação de Serviços Infraestrutura Imagem Pública Perenização Perenização Perenização Reforçada en Progressão Obstaculizada 5.6 5.6 1.0 3.0 5.0 7.0 Perenização das ONG em Angola ANGOLA Capital:* Luanda Regime político: República População: 13.338.541 (est. julho 2011) PIB per capita (PPA): 8.200 $ (est. 2010) Índice de desenvolvimento humano: 148 (2011) PERENIZAÇÃO DAS ONG: 5,6 Em 1991, a introdução de um sistema multipartidário em Angola ofereceu teoricamente à sociedade civil oportunidades notáveis de desempenhar um papel na construção de uma sociedade democrática. Mas na prática, no entanto, as autoridades angolanas não aceitaram plenamente as funções de advocacia, de monitoramento ou de supervisão e o quadro jurídico das ONG permanece restritivo. A maioria das organizações é cautelosa em sua abordagem em relação ao governo, temendo represálias. Em abril de 2010, por exemplo, o governo impediu a OMUNGA, uma ONG que tenta impedi-lo de expulsar ilegalmente jovens de suas casas e terras, de realizar uma manifestação pacífica e ameaçou qualquer um que se manifestasse na rua. Uma das responsabilidades da Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária (UTCAH) é, entre outras, supervisionar e controlar as ONG do país em relação ao registro oficial. O Estado angolano não dispõe, no entanto, de dados exatos sobre as ONG do país, em nível nacional ou local, em parte porque muitas ONG registradas estão inativas e muitas ONG ativas não estão registradas. As estimativas disponíveis mais recentes datam de 2007, donde havia 127 ONG internacionais, 464 ONG nacionais, 25 organizações eclesiais e 19 fundações, somando-se aos milhares de organizações confessionais ativas em atividade em todo o país.

-- 40 de 162 --

ANGOLA 29 As ONG atuam em todas as regiões do país e em diversos campos, como direitos humanos, HIV/SIDA, educação, sáude e agricultura. Algumas ONG internacionais iniciaram, por meio da UTCAH, a coleta de dados sobre o trabalho das ONG em Angola para preencher as lacunas na área da informação. Entre os exemplos notáveis, vale mencionar o caso do mapeamento das organizações da sociedade civil elaborado pelo PAANE (Programa de apoio a atores não estatais financiado pela União Europeia) em abril de 2010 e o estudo do Estado sobre as ONG angolanas realizado pela World Learning no final de 2010, que estudou 302 ONG nas dezoito províncias do país. Um grande número de doadores deixou Angola nos últimos anos, devido à crise econômica e ao alto custo das atividades no país. Devido à escassez de recursos, muitas ONG deixaram de funcionar. Apenas 59,9% das 302 ONG incluídas no estudo da World Learning implementaram pelo menos um projeto em 2010. Ao mesmo tempo, os baixos salários que as ONG podem oferecer as impedem de atrair e reter pessoal qualificado. CONTEXTO JURÍDICO: 6,0 A lei sobre associações (Lei No. 14/91), a lei sobre o status de utilidade pública (Decreto No. 5/01) e a Regulamentação relativa às ONG (Decreto No. 84/02) constituem a base do contexto jurídico do setor associativo em Angola. Embora as leis pareçam facilitar o registro das ONG, o processo é extremamente longo e burocrático. Como resultado, a maioria das ONG ainda não concluiu o processo de registro. Muitas delas estão, de fato, impossibilitadas de obter todos os documentos de registro obrigatórios, especialmente o certificado notarial, a publicação de seus estatutos no Diário Oficial e os certificados do Ministério da Justiça. Os dados do estudo de 2011 da World Learning sobre o status das ONG revelam que, das 302 ONG estudadas, somente 85,1% possuem um certificado notarial, 81,5% foram publicadas no Diário Oficial e 70,5% têm um certificado de registro do Ministério da Justiça. Na prática, a maioria das ONG leva pelo menos cinco anos para obter esses três documentos. As ONG devem primeiro se registrar em nível local. Aquelas que pretendem exercer suas atividades em nível nacional devem, portanto, fazê-lo em nível nacional em Luanda. Essa situação traz problemas para as ONG estabelecidas fora da capital, pois elas precisam se deslocar à capital repetidamente, uma empreitada muito custosa. As ONG que trabalham na promoção e defesa dos direitos humanos, como a OMUNGA e a Associação para o Desenvolvimento das Comunidades (ACC), que se dedicam ambas aos direitos à terra e à habitação, enfrentam ainda mais dificuldades para se registrar, uma vez que o governo geralmente as considera "inimigas" da esfera política pública. Somente as ONG de utilidade pública podem se beneficiar de subsídios do Estado. Segundo o estudo da World Learning, apenas 13,2% das ONG obtiveram esse status, mesmo que a maioria delas atenda aos critérios estabelecidos. As ONG não conseguem isso porque o Estado não divulga informações suficientes sobre como obter o status de utilidade pública, as administrações municipais locais desconhecem as disposições a respeito e há ambiguidade nos critérios de aquisição do status. As ONG geridas por membros de alto escalão do partido o qual está no poder ou de seu círculo restrito têm mais chances de obter o status de utilidade pública e tendem, portanto, a ser mais poderosas e visíveis. Por exemplo, a filha do Presidente angolano dirige a Cruz Vermelha angolana (CVA), uma das maiores organizações 6.0 6.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Contexto Jurídico em Angola

 de utilidade pública do país. Em contrapartida, algumas ONG, especialmente aquelas que realizam ações de advocacia, não desejam obter o status de utilidade pública para manter sua independência. De fato, as ONG que obtêm o status de utilidade pública devem implementar atividades de acordo com os interesses do Estado e não têm o direito de realizar atividades de advocacia. Um anteprojeto de lei relativo às associações, chamado Lei sobre Associações Privadas, está em preparação desde meados de 2006. Se for aprovada, essa lei reduzirá o ambiente das ONG e lhes proibirá de exercer atividades de advocacia ou organizar manifestações. Seu processo de elaboração

careceu de transparência: as ONG independentes foram excluídas desse processo e o Estado proibiu a circulação do projeto de lei. A única maneira de obter uma cópia desse texto é por meio de contatos pessoais com os funcionários apropriados. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 5,7 As ONG angolanas geralmente carecem de transparência e comunicam-se mal com seus membros. Embora as ONG sejam obrigadas a ter conselhos de administração, estes raramente funcionam. De acordo com o estudo da World Learning, menos de 10% dos conselhos das ONG se reuniram desde a criação de suas organizações. Na maioria das organizações, uma única pessoa – muitas vezes o fundador – estabelece as políticas e detém os poderes executivos. As tentativas de separar os poderes de forma adequada ocasionalmente levam ao colapso de uma organização. Por exemplo, quando o conselho de administração da Okutiuka-Benguela, uma ONG respeitada por seu trabalho comunitário nas regiões afetadas pela guerra, tentou destituir o dinâmico diretor executivo dessa ONG por falta de responsabilidade e transparência, ele demitiu todo o pessoal e a organização gradualmente deixou de existir. O voluntariado é pouco desenvolvido em Angola. Considerando o alto custo de vida no país, as pessoas esperam ser compensadas por sua participação nas atividades. A maioria das ONG não reconhece a necessidade da planejamento estratégico. Embora algumas ONG tentem elaborar e implementar planos estratégicos, a falta de financiamento e a instabilidade do pessoal frequentemente interferem nas capacidades para fazer frente a tais esforços a longo prazo. O estudo sobre as ONG realizado pela World Learning confirma que elas têm equipamentos técnicos limitados em razão da falta de recursos. Além disso, as ONG frequentemente não conseguem garantir a manutenção do equipamento ou dominar seu uso. Das 302 ONG abrangidas pelo estudo, apenas 26,2% possuem seus próprios escritórios; 8,9% não têm local enquanto o restante aluga escritórios ou compartilha um espaço com outros. 87,7% das organizações estudadas possuem serviço de telefone, embora apenas 53% tenham acesso à Internet. 69,2% têm computadores e 65,2% têm impressoras. Menos da metade das organizações possui uma caixa postal e um fax. Uma minoria de organizações possui seus próprios veículos (28,1%), pequenas copiadoras (39,1%) ou acesso à Internet (45,4%). Os recursos humanos são limitados tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo. A insuficiência dos recursos financeiros para remunerar de forma adequada os funcionários e oferecer-lhes outros benefícios impede as ONG angolanas de reter um pessoal competente e qualificado. Este, muitas vezes, consegue melhores postos no setor público ou privado. Apenas 50,7% do pessoal das ONG completou o ensino médio e apenas 0,12% se inscreveram na universidade. Pelo menos 48,5% dos empregados das ONG têm outros empregos; 76,7% destes trabalham no setor público. 5.7 5.7 1.0 3.0 5.0 7.0 Capacidade Organizacional em Angola

ANGOLA 31 As ONGs angolanas enfrentam lacunas em termos de práticas de gestão de recursos humanos. Elas raramente utilizam ferramentas administrativas como contratos, termos de referência, escalas de salário ou sistemas de avaliação de pessoal. As poucas organizações que dispõem desses instrumentos os elaboraram para atender às necessidades de um projeto único, sem integrá-los em suas práticas organizacionais. As ONGs não selecionam os funcionários por meio de ofertas de emprego ao público. Pelo contrário, a preferência é dada a parentes e amigos, levando em conta pouco suas competências técnicas ou sua familiaridade com a informática moderna. VIABILIDADE FINANCEIRA: 5,9 A maioria das ONGs é incapaz de alcançar a viabilidade financeira, mesmo após uma década de existência. Quase a metade (49,3%) do financiamento recebido em 2010 pelas 302 ONGs incluídas no estudo da World Learning provinha de financiadores internacionais, ONGs ou empresas. As contribuições dos membros (39,4%) e os projetos generadores de receita (22,8%) representam a segunda e terceira fonte de receita. O Estado figura em último lugar, furnecendo apenas 10,6% do financiamento global das ONGs. Segundo o mesmo estudo, apenas 4,7% das ONGs receberam 200.000 $ ou

mais de financiadores estrangeiros, t enquanto 40,3% receberam menos de 50.000 $. Trinta e duas ONGs foram subsidiadas pelo Estado. Desses números, duas receberam 200.000 $ ou mais do Estado, enquanto as trinta restantes receberam menos de 50.000 $. As ONGs de interesse público destacam-se entre as organizações subsidiadas pelo Estado, notadamente a CVA e outras organizações com laços privilegiados com o governo. As ONGs recebem pouco apoio local. Em geral, as ONGs não têm um grupo permanente de doadores e não se esforçam para aumentar o número de seus membros ou promover o patrocínio. Nem o Estado nem as empresas locais atribuem contratos às ONGs para a prestação de serviços. Se as empresas petrolíferas praticam o patrocínio, seu apoio vai cada vez mais para fundações geridas por funcionários do Estado. Várias ONGs, incluindo a World Learning, têm se esforçado para fortalecer os sistemas de gestão financeira das ONGs angolanas. No entanto, a falta de fundos disponíveis para o setor associativo afetou essa ação. Das cinquenta ONGs às quais a World Learning forneceu apoio em capacidade organizacional em 2006, apenas vinte e duas continuaram a funcionar em setembro de 2010. A falta de transparência permanece um problema. Com exceção de uma única ONG - o Fórum dos Jovens para o Apoio à Saúde e à Prevenção do HIV/SIDA (Fojassida) – as organizações não estão sujeitas a auditorias financeiras anuais independentes, nem publicam seus balanços financeiros. ADVOCACIA: 5,5 Há uma diferença significativa entre o Estado e as ONGs nos níveis local e nacional. O Estado não considera as ONGs como parceiros estratégicos na implementação de políticas públicas. As ONGs que conseguiram trabalhar com o governo tendem a compartilhar a agenda deste último e são frequentemente, como a CVA, dirigidas por pessoas com laços estreitos com o governo. O estudo da World Learning relata que 26,4% das ONGs atuam na área de advocacia. As ONGs não 5.9 5.9 1.0 3.0 5.0 7.0 Viabilidade Financeira em Angola 5.5 5.5 1.0 3.0 5.0 7.0 Advocacia em Angola

 frequentemente conseguem elaborar estratégias de advocacia ou medir seu impacto em termos de mudanças nas políticas públicas. Apenas algumas delas, como a OMUNGA e a ACC, elaboraram estratégias de médio e longo prazo para influenciar as políticas públicas. Apesar de sua campanha 'Pare com as expulsões ilegais', o governo não pôs fim às expulsões forçadas. A baixa participação das ONGs angolanas na advocacia também corresponde à alta taxa de pobreza do país, que leva as ONGs a concentrar sua atenção na prestação de serviços básicos para atender a necessidades urgentes. Alguns líderes de ONGs também evitam fazer advocacia porque não desejam contrariar o governo, são membros do partido no poder ou esperam uma favor do governo, como um veículo ou uma moradia. A redação e a adoção da nova Constituição da República de Angola em 2010 mostram claramente o desprezo do governo pela participação da sociedade civil. Apesar das emendas propostas pela OMUNGA e outras ONGs, a sociedade civil foi completamente excluída desse processo. Da mesma forma, as ONGs não conseguiram se envolver com o governo sobre o tema da reforma jurídica do setor associativo. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: 5,3 As ONGs são fortemente dependentes do financiamento estrangeiro, mas não têm voz sobre as prioridades de financiamento dos doadores. Quando disponível, o financiamento estrangeiro tende a enfatizar o processo de construção da democracia e a reconciliação nacional, a pandemia do HIV/SIDA e a alta taxa de analfabetismo. Tudo isso explica por que os serviços das ONGs frequentemente se concentram nessas áreas. As intervenções nem sempre refletem as necessidades das comunidades-alvo, uma vez que a maioria dos doadores definiu mal os programas e não está aberta a mudanças. As ONGs são muito pouco reconhecidas ou apoiadas pelas autoridades locais. Os beneficiários pagam por alguns serviços, mas isso permanece uma exceção. INFRAESTRUTURA: 5,7 O número de redes, organizações de apoio intermediário (OSI) e centros de recursos é negligenciável. As poucas que existem são

fracas e atuam principalmente em Luanda, onde o telefone e as conexões de Internet são mais confiáveis. As ONGs não tomam nenhuma iniciativa para estabelecer parcerias com empresas locais, o Estado ou os meios de comunicação. As ONGs internacionais, como a World Learning, a Ajuda do Povo Norueguês e a Trocaire, destacam-se como principais fornecedoras de apoio financeiro, redes de comunicação, formação e assistência técnica. A World Learning atua em dez províncias, enquanto o Programa Norueguês de Ajuda ao Povo concentra seus esforços em Luanda e algumas províncias. A Trocaire atua em três províncias, mas encerra suas atividades em janeiro de 2012. Existe uma força de trabalho qualificada capaz de atender às necessidades de formação das ONGs em gestão. No entanto, essas capacidades estão concentradas principalmente na capital. 5.3 5.3 1.0 3.0 5.0 7.0 Prestação de Serviços em Angola 5.7 5.7 1.0 3.0 5.0 7.0 Infraestrutura em Angola

ANGOLA 33 IMAGEM PÚBLICA: 5,4 As ONGs são pouco visíveis. Os meios de comunicação demonstram pouco interesse pelo trabalho das ONGs e, portanto, fazem pouco para divulgá-lo ao público. Eles são amplamente controlados pelo Estado, que geralmente considera as ONGs como adversárias. As ONGs não têm uma estratégia midiática clara e não utilizam ou usam muito pouco ferramentas como jornais comunitários, boletins informativos e Internet para tornar públicas suas ações. A OMUNGA, uma das poucas ONGs a promover ativamente sua imagem, possui um blog onde compartilha regularmente informações. Em muitos casos, as pessoas confundem as ONGs com empresas privadas, o que sugere que a população em geral não compreende o conceito de ONG. O governo, por outro lado, compreende provavelmente o papel das ONGs, mas tende a ignorar sua existência ou tratá-las como partidos políticos ou seus afiliados. Assim como o governo, as empresas reconhecem o papel das ONGs na prestação de serviços sociais, mas têm preocupações quanto à sua legitimidade e dificuldades em compreender seu papel como defensoras de causas. A maioria das ONGs não documenta nem divulga suas atividades. Elas enviam, no máximo, relatórios para seus organismos doadores, que geralmente estão baseados na Europa e, portanto, só podem exercer um controle limitado. 5.4 5.4 1.0 3.0 5.0 7.0 Imagem Pública em Angola

34 ÍNDICE 2010 DE PERENIDADE DAS ONGs DA ÁFRICA SUBSAARIANA 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Perenidade das ONGs no Burundi BURUNDI Capital: Bujumbura Regime político: República População: 10.216.190 (est. julho 2011) PIB per capita (PPA): 300 $ (est. 2010) Índice de desenvolvimento humano: 185 (2011) PERENIDADE DAS ONGs: 5,2 Em 2010, o Burundi foi marcado por um processo eleitoral altamente controverso que resultou na reeleição do Conselho Nacional para a Defesa da Democracia - Forças de Defesa da Democracia (CNDD-FDD) como partido no poder. Os direitos humanos e as liberdades civis continuaram problemáticos durante o ano passado, pois as organizações da sociedade civil, particularmente aquelas que são ativas na área dos direitos humanos, foram alvo de intimidações e ameaças por parte dos responsáveis no poder. As atividades de formação política foram obstruídas e os ativistas do partido de oposição foram presos, levantando temores de uma deriva autoritária e um eventual boicote às eleições da Assembleia Nacional pelos principais partidos de oposição. O período eleitoral também foi marcado por uma crescente tensão e escalada da violência, incluindo ataques com granadas e incêndios criminosos, assassinatos direcionados e prisões. Os parceiros de desenvolvimento do Burundi continuaram a oferecer seu apoio durante esse período, especialmente ao processo eleitoral. No Burundi, as ONGs operam em um ambiente jurídico bastante difícil. A atual lei que rege as ONGs não estabelece nenhuma distinção entre ONGs, partidos políticos, cooperativas, associações profissionais e instituições religiosas. O registro leva muito tempo e é caro. As ONGs que criticam o governo são vítimas de assédio, incluindo a

ameaças de cancelamento de seu registro. No final de 2010, 3.964 ONGs foram registradas junto ao 4.3 5.6 4.5 4.5 6.0 5.9 5.8 5.2 1.0 3.0 5.0 7.0 Perenidade Perenidade Perenidade Reforçada em Progressão Entravada Notas 2010: Burundi Perenidade das ONGs Contexto Jurídico Capacidade Organizacional Viabilidade Financeira Advocacia Prestação de Serviços Infraestrutura Imagem Pública

BURUNDI 35 Ministério do Interior do Burundi, do qual apenas cerca de 10% têm pessoal permanente e escritórios. A maioria das ONGs enfrenta dificuldades operacionais e lida com problemas de governança democrática e profissionalismo. As ONGs continuam fortemente dependentes de fundos estrangeiros. O Estado não financia as ONGs e os outros recursos locais e contribuições dos membros não são suficientes para garantir a sustentabilidade das ONGs. As ONGs que dependem de recursos locais não têm boa visibilidade. O trabalho em rede é uma prática comum e as ONGs compartilham informações e trabalham juntas em diferentes iniciativas de advocacy, algumas das quais tiveram resultados positivos em 2010. Cerca de quinze coalizões de ONGs estão atualmente ativas no Burundi. As ONGs oferecem serviços valiosos em áreas como educação, saúde, assistência a órfãos e outras crianças vulneráveis, geração de renda, habitação, abastecimento de água, proteção ambiental, segurança alimentar e HIV/SIDA. O público entende e aprecia cada vez mais o papel das ONGs na sociedade e participa do planejamento e da implementação das atividades das ONGs. A percepção do governo em relação às ONGs é variável. Ele tende a associar às partes políticas as ONGs que abordam temas delicados como governança, corrupção, direitos humanos e democracia. Às vezes, é hostil a relatórios sobre abusos e à crítica, mesmo que se pretendam construtivos. Mas aprecia, por outro lado, as contribuições das ONGs para a prestação de serviços. CONTEXTO JURÍDICO : 5,8 O Artigo 32 da Constituição da República do Burundi garante a liberdade de reunião e associação, assim como o direito de criar associações ou organizações de acordo com a lei. O decreto-lei n° 1/11 de 1992 regula as associações sem fins lucrativos, mas não estabelece distinção entre ONGs, partidos políticos, cooperativas, sindicatos e instituições religiosas. Essa ausência de diferenciação gerou confusão por parte do governo e do grande público quanto à missão dos diferentes tipos de associações. Como a maioria dos textos legislativos, a lei sobre associações foi redigida em francês. O Serviço Nacional de Legislação ainda não traduziu essa lei para o kirundi, a língua nacional, o que a torna inacessível à vasta maioria da população. Ela também não é amplamente divulgada. Um projeto de revisão desse decreto-lei foi elaborado em julho de 2009, mas ainda não foi examinado pelo Conselho de Ministros. Além de estabelecer claramente uma distinção entre os diferentes tipos de organizações, esse novo projeto criaria uma Comissão Nacional de Associações e decentralizaria o registro. As condições necessárias para o registro das ONGs estão claramente definidas, mas o processo carece de transparência e permanece discricionário. A aprovação é obtida junto ao Ministério do Interior, localizado em Bujumbura, o que torna o registro logisticamente difícil e caro para as associações localizadas fora da capital. Além disso, os documentos exigidos para aprovação são numerosos, caros e demorados para obter. Por exemplo, o extrato do registro criminal é uma condição prévia para a obtenção do certificado de boa conduta, vida e costumes emitido pelo governador da província ou pelo prefeito de Bujumbura. Alguns dos documentos exigidos só são emitidos em Bujumbura. Uma vez submetidos os documentos, o registro deve ser aprovado em três dias. Na prática, no entanto, a rapidez do processo de registro depende do tipo de associação. Se os grupos de ajuda geralmente se registram rapidamente, aqueles que atuam na área dos direitos humanos ou da 5.8 5.8 1.0 3.0 5.0 7.0 Contexto Jurídico no Burundi

frequentemente enfrentam atrasos, pois o Ministério do Interior investiga as tendências políticas de seus fundadores. Uma vez aprovadas, as ONGs estão autorizadas a realizar atividades em todo o país. No entanto, em 2009, o Ministério do Interior começou a exigir que as organizações nacionais atuando na área de governança ou proteção dos direitos humanos solicitassem uma autorização especial para realizar atividades em localidades dentro do país. Além disso, o governo frequentemente obstrui certas atividades, especialmente manifestações públicas. Ele também se reserva o privilégio de cancelar a aprovação das associações. Em 2010, o ministério ameaçou cancelar a aprovação da Associação para a Proteção dos Direitos Humanos e dos Prisioneiros no Burundi (APRODH) e demitir seu presidente porque continuou a denunciar as violações dos direitos humanos pelo governo. As ONGs locais podem mobilizar fundos dentro e fora do país. Apenas as ONGs internacionais se beneficiam de isenções fiscais sobre a importação de certas mercadorias como veículos, cimento e outros materiais distribuídos para fins de assistência humanitária. As ONGs podem gerar receitas pela prestação de bens e serviços. Algumas ONGs licitam para contratos do Estado financiados por doadores como o Banco Mundial, o Fundo Global de Combate ao HIV/SIDA, tuberculose e malária (FMSTP) e a União Europeia. As autoridades públicas tendem a equiparar algumas associações sem fins lucrativos à oposição política e às vezes criam associações paralelas a certas organizações da sociedade civil para limitar o poder e a credibilidade das OSC. Por exemplo, o governo criou dois sindicatos “independentes” de professores para servir como parceiros nas negociações sobre a greve dos professores. Ele chantageia alguns dirigentes de organizações e de mídias consideradas críticas demais em relação às suas ações e os persegue, chegando até a detenção e expulsão de representantes de ONGs internacionais ou à recusa de aprovação. Em 2010, por exemplo, o governo ameaçou linchar o líder do Fórum para o fortalecimento da sociedade civil (FORSC). Não há juristas especializados na área de ONGs no Burundi. No entanto, há juristas membros de organizações da sociedade civil que defendem os interesses do setor quando necessário. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL : 5,9 A capacidade organizacional permanece limitada no Burundi. Muito poucas ONGs têm cobertura nacional ou regional ou dispõem de escritórios, equipamentos ou pessoal permanente. A maioria das ONGs gostaria de melhorar sua capacidade organizacional, mas carece dos recursos necessários para fazê-lo. Algumas organizações estabelecem estruturas de gestão transparentes, ou seja, documentos apropriados para reger seu funcionamento e gestão, como estatutos, regulamentos internos, manuais de procedimentos administrativos e financeiros e planos estratégicos e operacionais. Essas organizações produzem regularmente relatórios técnicos e financeiros e se submetem a auditorias financeiras anuais realizadas por firmas independentes contratadas para sua profissionalização. Algumas organizações têm comitês internos de supervisão que monitoram de perto o funcionamento e prestam contas à assembleia geral da ONG em questão. No entanto, muitas organizações enfrentam conflitos de interesse onde membros pertencem ao mesmo tempo aos órgãos de gestão, execução e controle. 5.9 5.9 1.0 3.0 5.0 7.0 Capacidade Organizacional no Burundi

BURUNDI 37 Algumas organizações – incluindo o FORSC, o Coletivo de Associações e ONGs Femininas do Burundi (CAFOB), o Coletivo de Associações de Jovens (CPAJ), o Observatório da Ação governamental (OAG), a Associação Feminina DUSHIREHAMWE e o Centro de Alerta e Prevenção de Conflitos (CENAP) – estão gradualmente formando grupos locais de apoio e redes para ampliar a implementação das atividades na base, melhorar sua visibilidade e o apoio no terreno. Apenas algumas ONGs têm planos estratégicos, que nem sempre são respeitados devido à falta de financiamento. Outras ONGs desenvolvem projetos pontuais alinhando-se a oportunidades de financiamento. Algumas ONGs não têm nem mesmo um plano operacional anual. Com o apoio de seus parceiros, algumas organizações estão cada vez mais realizando

avaliações de sua capacidade organizacional e elaborando planos operacionais para melhorar sua gestão. Em princípio, os coletivos são criados para fortalecer as capacidades das ONGs membros. No entanto, eles atualmente funcionam como simples associações, submetendo seus próprios projetos aos doador, o que pode resultar em concorrência direta e conflitos com seus membros. As organizações da sociedade civil não têm recursos suficientes para profissionalizar seu pessoal. Além disso, o setor associativo sofre de grande mobilidade, especialmente entre os gestores, que frequentemente são atraídos pelos salários mais altos oferecidos por ONGs internacionais ou agências de cooperação. Os recursos da maioria das ONGs não permitem que comprem ou modernizem seu equipamento de escritório nem tenham acesso à Internet. Muitas ONGs trabalham em áreas sem fornecimento de energia elétrica e sem acesso à Internet. VIABILIDADE FINANCEIRA : 6,0 Existem disparidades marcantes entre as situações financeiras das ONGs. A maioria delas formula projetos e submete propostas aos doadores, mas muitas organizações não conseguem mobilizar fundos devido à sua baixa capacidade e à ausência de estratégias para mobilização comunitária. O apoio institucional é particularmente difícil de obter. Algumas organizações desaparecem devido à falta de financiamento, mudança de direção ou missão ou prioridades do doador. A dependência em relação a doadores estrangeiros continua significativa. Alguns, aliás, deixaram o país em 2010, enquanto outros diminuíram seu apoio. Isso teve impactos significativos nas ONGs. É assim que, por exemplo, a Liga dos Direitos Humanos do Burundi (ITEKA) teve que fechar todos os seus escritórios fora da sede e demitir a maioria de seu pessoal central devido à falta de fundos naquele ano. Ainda não há uma cultura de mecenato no Burundi e as estratégias de mobilização das ONGs são fracas. Por outro lado, a população demonstra uma vontade evidente de fazer contribuições em espécie para projetos concretos de desenvolvimento comunitário, como a construção de escolas e centros de saúde. As contribuições dos membros são mínimas devido à fraqueza de suas rendas. Apenas algumas ONGs cobram por seus serviços. O Estado não concede subsídios às ONGs a partir do orçamento geral. No entanto, de acordo com as orientações dos doadores, o Estado recorre mais frequentemente às ONGs para a implementação de atividades no âmbito de subsídios ou contratos de subcontratação financiados pelo Banco Mundial, o FMLSTM e a União Europeia. 6.0 6.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Viabilidade Financeira no Burundi

 Os financiadores estão redobrando esforços para fortalecer a capacidade de gestão financeira das ONGs. Em 2010, algumas organizações receberam softwares de contabilidade e beneficiaram-se de treinamento a esse respeito. Além de formar o pessoal permanente do setor associativo nas práticas de gestão financeira, os financiadores supervisionam de perto as despesas e os relatórios para garantir a transparência. Além disso, muitos deles exigem que as ONGs se submetam a auditorias anuais; alguns financiadores impõem até mesmo escritórios de auditoria específicos. ADVOCACIA: 4,5 As ONGs advogam ativamente em favor da promoção e da proteção dos direitos humanos, da governança, da luta contra a corrupção, da consideração de gênero nos órgãos de decisão, do direito à sucessão para as mulheres, do HIV/AIDS, da educação para todos e da luta contra a violência baseada em gênero. As organizações profissionais, como sindicatos, a ordem dos advogados, as associações de jornalistas, também são muito ativas em matéria de advocacia. As organizações envolvidas na análise e monitoramento de políticas públicas continuam a se desenvolver. Isso inclui a OAG, a ABUCO (Associação Burundense dos Consumidores), o CENAP, o PARCEM (Palavra e ação para o despertar das consciências e a evolução das mentalidades) e o FORSC. As ONGs compartilham informações e fortaleceram suas capacidades de trabalho em sinergia para realizar iniciativas de advocacia. Em 2010, um coletivo de ONGs ajudou a aumentar a porcentagem do orçamento alocado ao financiamento da agricultura de 3,7% para 6,7%. Os esforços contínuos das ONGs em matéria de advocacia contra

a corrupção resultaram em uma mudança política em 2010, com o Presidente colocando seu novo mandato (2010 - 2015) sob o signo de tolerância zero em relação à corrupção; além disso, vários altos funcionários do Estado envolvidos em desvio de fundos foram presos durante o ano. As ONGs foram muito ativas durante o período eleitoral. Elas exigiram que os partidos políticos publicassem seus programas, supervisionaram as eleições e contribuíram para a revisão da lei eleitoral. Outras campanhas de advocacia realizadas pelas ONGs ao longo do ano abordaram os mecanismos de implementação de mecanismos de justiça de transição, como a Comissão Verdade e Reconciliação e o tribunal especial, os conflitos fundiários, a lei sobre sucessões, bem como a proteção dos defensores dos direitos humanos. Em 2010, as ONGs continuaram a advogar pela adoção do projeto de lei de revisão do decreto sobre as associações sem fins lucrativos em 2010. Apesar desses sucessos, as ações de advocacia das ONGs ainda enfrentam problemas importantes. Às vezes, é difícil para elas reagir às ações do governo em tempo hábil porque não recebem financiamento regular. As ONGs também precisam superar as dificuldades de remover os obstáculos políticos e culturais profundamente enraizados. Por exemplo, apesar da constante advocacia das ONGs, a lei sobre sucessões, os regimes matrimoniais e as liberalidades, que prevê que a filha possa beneficiar-se da herança de seus pais em igualdade de condições com seu irmão, continua a ser um entrave junto ao governo. As ONGs atribuem esse fracasso às velhas tradições culturais baseadas no sistema de transmissão de terras de pai para filho e ao medo de desordem social, uma vez que as parcelas de terras continuam a encolher devido à demografia crescente. Para atender às condições dos financiadores, o Estado continua a incluir as ONGs nos comitês de pilotagem e monitoramento, como o da iniciativa dos países pobres muito endividados (PPTE) e as consultas nacionais sobre temas como justiça de transição, compras públicas, emprego e segurança social. Mas esse tipo de colaboração ainda é amplamente formal. 4.6 4.5 1.0 3.0 5.0 7.0 Advocacia no Burundi

BURUNDI 39 4.5 4.5 1.0 3.0 5.0 7.0 Prestação de Serviços no Burundi Algumas ONGs com estruturas descentralizadas realizam ações de advocacia em nível local. Assim, a APRODH advoga, por exemplo, pelos direitos dos prisioneiros em todo o país e a Associação para a Defesa dos direitos da mulher (ADDF) pela reabilitação das vítimas de estupro e de violência baseada no gênero. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: 4,5 Muitas ONGs fornecem serviços em áreas como saúde, educação, moradia para pessoas vulneráveis, abastecimento de água, proteção do meio ambiente, segurança alimentar, o desenvolvimento de áreas úmidas e insumos agrícolas e pecuários. Devido à falta de know-how e à insuficiência de recursos financeiros, os serviços estão virtualmente ausentes em áreas como abastecimento de energia e proteção do meio ambiente. Dado o contexto de pobreza generalizada no país, as ONGs conseguem cobrir apenas uma pequena porcentagem das necessidades da população em termos de prestação de serviços. Em relação ao grande número de pessoas necessitadas, as ONGs ajudam um número muito limitado de pessoas vulneráveis como órfãos, crianças chefes de família, viúvas, pessoas vivendo com HIV/AIDS, pessoas com deficiência, a minoria Batwa e os albinos. Algumas ONGs, especialmente aquelas que atuam no setor de desenvolvimento, ajuda humanitária, boa governança e direitos humanos, fornecem serviços além de seus próprios membros. Os beneficiários participam da elaboração dos programas e da divulgação dos resultados, principalmente por meio dos meios de comunicação. As ONGs estão começando a formar grupos de apoio. O Estado reconhece a contribuição das ONGs na prestação de serviços, mas não lhes concede financiamento direto. As ONGs não vendem seus produtos, mas algumas delas solicitam uma contribuição de seus beneficiários. Elas geralmente não dominam a demanda do mercado por seus serviços. INFRAESTRUTURA: 5,6 As ONGs burundenses têm acesso a algumas OSIs e centros de recursos que fornecem acesso à informação, à tecnologia e à formação sobre temas como o início de projetos, captação de recursos, advocacia e habilidades de comunicação.

Vale destacar a Casa dos atores não estatais (MANE), que foi estabelecida no âmbito do projeto Apoio ao fortalecimento das capacidades dos atores não estatais (ARCANE) financiado pela União Europeia. Além de abrir uma filial em cada província, a MANE gerencia um site da sociedade civil (www.civilsociety-burundi.org), que fornece informações sobre as atividades da sociedade civil. A expertise nacional em matéria de formação está emergindo, mas o setor ainda não alcançou o nível desejado para atender às preocupações do público. Várias organizações locais realocam os fundos dos donadores para as organizações locais, como o Centro Nacional de Luta contra o HIV (CNLS), Global Rights e Twitezimbere. 5.6 5.6 1.0 3.0 5.0 7.0 Infraestrutura no Burundi

 Existem plataformas e redes de ONGs ativas, localizadas na maioria em Bujumbura. Essas redes contribuem geralmente para fortalecer as capacidades de seus membros por meio de programas de formação, discussões e oficinas de sensibilização. As redes estão começando a se estruturar e algumas delas têm sites na internet e boletins informativos. As coalizões foram fortalecidas durante o período eleitoral, graças às atividades do Plano de apoio comum aos meios de comunicação (PACAM), da Coalizão da sociedade civil para o monitoramento eleitoral (COSOME), da Sinergia dos parceiros pelos direitos da mulher (SPPDF) e da Sinergia dos meios de comunicação. As coalizões também desempenharam um papel em matéria de advocacia para os direitos dos sobreviventes de fogo Ernest Manirumva, um proeminente ativista na luta contra a corrupção que foi assassinado em circunstâncias obscuras. Em 2010, as redes de ONGs também foram fortalecidas por sua afiliação a redes sub-regionais como o Fórum das organizações da sociedade civil da África Oriental (EACSOF) e o Projeto dos defensores dos direitos humanos do Leste e do Chifre da África (EHAHRDP). Essas redes regionais apoiam os esforços de advocacia das organizações locais. IMAGEM PÚBLICA: 4,3 As ONGs e os meios de comunicação trabalham em estreita colaboração e os meios de comunicação públicos e privados cobrem voluntariamente a maioria das atividades das ONGs sob uma perspectiva positiva. Os meios de comunicação trabalham às vezes em sinergia com as ONGs para tratar de questões atuais. Estas continuam a organizar regularmente fóruns reunindo estações de rádio privadas com representantes do governo para discutir questões relacionadas à governança, à democracia e ao desenvolvimento. Algumas ONGs assinam convenções com os meios de comunicação para garantir a cobertura de suas atividades. Se algumas ONGs pagam os meios de comunicação para melhorar sua visibilidade, na maioria dos casos os órgãos de imprensa tomam a iniciativa de relatar de forma voluntária as atividades das ONGs e tratam estas últimas como fontes valiosas de informação. A população entende e apoia cada vez mais as ONGs e participa da implementação das atividades que elas organizam. A percepção do governo em relação à sociedade civil varia de acordo com o tipo de ONG e os interesses em jogo. O Estado tende a associar algumas organizações, especialmente aquelas que trabalham nos campos da governança e dos direitos humanos, à oposição política. A percepção das empresas do setor também é mista. Embora em geral o pessoal apoie as atividades das ONGs, os responsáveis podem se tornar hostis em relação a elas quando denunciam uma má gestão ou atribuição irregular de um contrato. Várias empresas públicas, incluindo a Companhia Açucareira de Moso (SOSUMO), o Escritório Nacional de Telecomunicações (ONATEL) e o Escritório de Transportes em Comum (OTRACO), criticaram as ONGs este ano, pois estas as criticaram por má gestão, corrupção ou outras práticas suspeitas. Em 2010, o FORSC finalizou um código de conduta ao qual já aderiram cerca de cem ONGs. Ao aderir a esse código, as ONGs comprometem-se a ter estruturas de gestão transparentes e democráticas, a neutralidade política, a gestão democrática e boas práticas de comunicação. A supervisão desse código é assegurada por um comitê especializado criado pelo Observatório da integridade da sociedade civil. Durante as

eleições, várias associações de jovens também adotaram um código de conduta convocando os jovens a se respeitarem mutuamente, independentemente de sua filiação política, a evitar a violência e a não se deixar instrumentalizar por atores políticos. 4.4 4.3 1.0 3.0 5.0 7.0 Imagem Pública no Burundi

-- 52 de 162 --

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO 41 4.5 4.7 3.7 3.9 5.6 4.2 4.2 4.4 1 3 5 7 Perpetuação Perpetuação Perpetuação Reforçada en Progressão Obstaculizada Perpetuação das ONGs Contexto Jurídico Capacidade Organizacional Viabilidade Financeira Advocacy Fornecimento de Serviços Infraestrutura Imagem Pública Notas 2010: República Democrática do Congo (RDC) 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Perpetuação das ONGs na RDC REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO Capital: Quinxassa Regime político: República População: 71.712.867 (est. julho 2011) PIB per capita (PPA): 300 $ (est. 2010) Índice de Desenvolvimento Humano: 187 (2011) PERPETUAÇÃO DAS ONGs: 5,1 O ano de 2010 foi rico em eventos na República Democrática do Congo (RDC). O país celebrou o cinquentenário da independência, fez um retorno notável à cena regional e internacional, acelerou as grandes obras no setor de infraestrutura e atingiu o ponto de conclusão da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (PPTE) com uma redução de quase 80% da dívida externa. No entanto, a pobreza permaneceu alta e a demanda por serviços sociais básicos, especialmente água, sáude, eletricidade e educação, efetivamente aumentou ao longo do ano. Segundo o anuário das ONGs publicado pelo Conselho Nacional das ONGs e os dados recentes da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO), o PNUD e o Ministério da Planejamento, cerca de 5.000 ONGs operam em todo o país, mesmo que novas organizações estejam sendo criadas enquanto outras desaparecem. As ONGs atuam em diversas áreas, incluindo a promoção e a proteção dos direitos humanos, recursos naturais, meios de comunicação, desenvolvimento comunitário, crianças e jovens, mulheres, sindicatos, governança econômica, redução da pobreza e microfinanças. 2010 foi um ano particularmente fatídico para as ONGs de direitos humanos. Ativistas dos direitos de

-- 53 de 162 --

42 ÍNDICE 2010 DE PERPETUAÇÃO DAS ONGs DA ÁFRICA SUBSAARIANA 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Contexto Jurídico na RDC homem e profissionais da mídia foram assassinados em circunstâncias suspeitas. Assim, o Rede Nacional das ONGs Congolesas de Direitos Humanos (RENADHOC) foi enfraquecido pelo assassinato em junho de 2010 de Floribert Chebeya, um ativista proeminente dos direitos humanos e secretário executivo do RENADHOC. Desde seu assassinato, vários jornalistas e ativistas dos direitos humanos foram assediados e agredidos pelos serviços de segurança, incluindo os líderes da Associação Africana para a Defesa dos Direitos Humanos (ASADHO), que têm vínculos com Nelson Mandela. Um jornalista independente de um canal de televisão foi assassinado em Kivu do Norte em abril de 2010. A atual crise financeira global continua a afetar a vida associativa na RDC. Ao mesmo tempo, lamenta-se uma forte dependência de financiamentos externos e uma baixa capacidade de mobilização de recursos financeiros, especialmente em nível local. Cada vez mais, há uma forte sinergia entre as ONGs, como demonstrado pela criação de diferentes redes temáticas focadas em questões como movimentos camponeses, direitos da mulher, direitos humanos e governança econômica. Essas redes melhoraram a qualidade do advocacy das ONGs e resultaram na aprovação de várias leis no nível da Assembleia Nacional e no Senado, bem como nas assembleias provinciais. A percepção do governo e do público em relação às ONGs não evoluiu de maneira significativa em 2010. O governo continua a considerar as ONGs como caixas de ressonância do Ocidente e apêndices da oposição política. As ONGs ainda têm muito a fazer para melhorar a percepção do público em relação ao setor associativo. CONTEXTO JURÍDICO: 5,4 As ONGs na RDC pertencem à

categoria mais ampla das associações sem fins lucrativos. A lei N° 004/2001 que estabelece disposições gerais aplicáveis às associações sem fins lucrativos, promulgada em 2001, rege todas as associações sem fins lucrativos e inclui uma seção específica sobre as ONGs. O registro das ONGs continua a ser um processo lento e caro. Para se registrar, uma ONG deve submeter vários documentos ao Ministério da Justiça para obter um documento administrativo, chamado F92, que serve como autorização provisória por um período de seis meses. Após esse prazo, o Ministério da Justiça deve conceder automaticamente a personalidade jurídica à organização. Na prática, no entanto, o ministério muitas vezes permanece em silêncio, o que dificulta as ONGs, que não sabem se estão oficialmente reconhecidas ou se podem agir legalmente sem esse documento oficial. O Artigo 7 da Lei sobre associações sem fins lucrativos enumera detalhadamente os elementos que devem estar contidos nos estatutos de uma ONG, incluindo a estrutura de gestão e seu mandato, o modo de elaboração das contas anuais, as regras a serem seguidas para a modificação dos estatutos. As ONGs são obrigadas a legalizar seus estatutos depositando-os junto ao Ministério da Justiça e ao ministério competente. As taxas administrativas devem ser pagas para todas essas formalidades. Como todo esse processo ocorre na capital, é particularmente longo e oneroso para as organizações baseadas em outras partes do país, devido às longas distâncias a serem percorridas para poder se registrar. A Lei sobre associações sem fins lucrativos reconhece às ONGs o direito de funcionar livremente. Esta lei não permite que o Estado exerça um controle indesejado e protege as ONGs da dissolução pelo Estado.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO 43 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Capacidade Organizacional na RDC No entanto, as ONGs que se dedicam à promoção e defesa dos direitos humanos frequentemente sofrem intolerância por parte dos atores políticos. A situação piorou abruptamente em 2010, com um assassinato e abusos cometidos contra atores da sociedade civil. Além do assassinato de Floribert Chebeya, outros ativistas da sociedade civil foram sequestrados, agredidos e detidos. Em contrapartida, as organizações confessionais ganharam a confiança das autoridades devido às suas atividades de combate à pobreza. Alguns juristas locais estão familiarizados com a Lei sobre associações sem fins lucrativos. Mas na maioria dos casos, as ONGs não têm recursos para pagar seus serviços. A Lei sobre associações sem fins lucrativos especifica as isenções fiscais e aduaneiras das ONGs, mas na prática apenas as grandes organizações confessionais e de caridade se beneficiam dessas isenções; demais ONGs, especialmente aquelas que se dedicam aos direitos políticos, liberdades fundamentais e à dignidade humana, são identificadas pelo governo como oposição política e, portanto, obrigadas a pagar. Além disso, as ONGs devem pagar taxas bancárias na mesma alíquota que as empresas comerciais. As ONGs podem vender seus produtos e serviços e participar de licitações do Estado. Na prática, no entanto, a falta de transparência é frequentemente relatada na seleção das ONGs beneficiárias. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 5,1 As ONGs congolesas geralmente constituem grupos de apoio formados por membros das comunidades locais que identificam os problemas e elaboram estratégias apropriadas. Os estatutos das ONGs frequentemente incluem uma visão bem definida, mas que nem sempre é apoiada por um plano estratégico. As ONGs carecem de capacidade de elaboração de planos estratégicos e enfrentam enormes dificuldades para implementá-los de forma eficaz devido à falta de recursos financeiros. As ONGs possuem uma estrutura de gestão e as responsabilidades entre os membros do conselho diretor e o pessoal são claramente definidas em seus estatutos. Mas na prática, muitas ONGs ainda não conseguem implementar um sistema de governança democrática interna. Algumas ONGs obtêm material de trabalho por meio dos diferentes projetos que executam. No entanto, devido à falta de apoio institucional, elas nem sempre têm recursos financeiros para manter esse material, muito menos para atualizá-lo ou renová-lo. Raras são as ONGs congolesas que têm recursos

adequados para contratar pessoal permanente e remunerado; aquelas que têm esse pessoal enfrentam dificuldades para pagá-lo regularmente e geralmente o oferecem apenas o suficiente para sobreviver. Não existe uma política clara sobre segurança social ou outros benefícios sociais em termos de recursos humanos. Houve uma forte migração de pessoal qualificado das ONGs em 2010 para ONGs nacionais maiores, organizações internacionais, o sistema das Nações Unidas e partidos políticos, especialmente em Quinxassa e no leste do país. A maioria das ONGs congolesas trabalha com voluntários devido ao seu orçamento limitado, mas raras são aquelas que conseguem funcionar de forma eficaz apenas com voluntários. VIABILIDADE FINANCEIRA: 5,8 O ano de 2010 foi difícil para as ONGs do ponto de vista financeiro e o orçamento de algumas organizações nacionais foi praticamente reduzido à metade. A maioria das ONGs depende de doadores bilaterais e

 multilateral. Muito poucas possuem recursos suficientes para se manter viáveis a médio e longo prazo. Muitas ONGs de desenvolvimento trabalham com recursos muito limitados que lhes permitem apenas implementar atividades a curto prazo. Embora algumas ONGs congolesas possam funcionar com base nas contribuições de seus membros, elas ainda são raras; a maioria das ONGs não faz muito esforço para arrecadar essas contribuições. O apoio local que as ONGs, especialmente as associações confessionais e os grupos de mútuas, podem mobilizar é geralmente pontual e insuficiente para gerenciar um programa a longo prazo. A maioria das ONGs congolesas conta com a ajuda de voluntários para a execução de projetos comunitários. Com exceção dos grupos religiosos, as ONGs congolesas têm capacidades limitadas para se constituir em um núcleo de grupos de apoio financeiro a nível local. Apenas algumas ONGs dispõem de ferramentas de gestão financeira adequadas, publicam seus relatórios anuais ou preparam demonstrações financeiras. No entanto, elas enviam seus relatórios anuais apenas para os parceiros financeiros que as apoiam e se submetem a auditorias financeiras externas. Muito poucas ONGs geram receita pela prestação de serviços ou outras fontes internas adicionais. A recorrência do Estado e das empresas locais aos serviços das ONGs é muito rara. ADVOCACIA: 4,5 Em 2010, as ONGs da RDC atuaram ativamente pela reforma agrícola, o acesso à informação pública, o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a transparência nas indústrias extrativas. Além disso, as ONGs continuaram a estar tão presentes quanto ativas em diversos setores da vida nacional, como saúde, educação, assistência, habitação, água e energia. Várias organizações exigiram que o Ministério das Finanças publicasse regularmente as receitas do governo para permitir que as ONGs realizassem um melhor acompanhamento. Existem cada vez mais oportunidades de diálogo interativo entre as ONGs e o governo nos níveis nacional, provincial e local. O Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, desenvolveu um quadro de concertação entre o governo e a sociedade civil sobre a redução dos efeitos da desmatamento e da degração. Além disso, o governo envolve as ONGs na definição de políticas e programas de desenvolvimento, como no caso do Documento das estratégias de redução da pobreza (DSRP) e na avaliação da eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Vinte grupos temáticos encarregados de refletir sobre as políticas nacionais e interagir com o governo foram estabelecidos após o Simpósio nacional da sociedade civil em 2009. Esses grupos de trabalho sofrem de uma escassez de recursos, o que impede a regularidade de suas reuniões. Os membros do grupo temático sobre governança econômica trabalharam com entusiasmo no desenvolvimento dos orçamentos nacionais de 2010, mas um financiamento limitado não lhes permitiu supervisionar efetivamente a execução do orçamento. O grupo sobre a gestão dos recursos naturais fez um trabalho notável durante a revisão dos contratos minerários e do processo de validação da RDC como signatário da Iniciativa Transparência nas indústrias extrativas (ITIE), mas esse grupo perdeu cada vez mais seu

entusiasmo

-- 56 de 162 --

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO 45 4.5 4.5 1.0 3.0 5.0 7.0 Prestação de Serviços na RDC 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Infraestrutura na RDC e sua energia. O Estado congolês deve demonstrar uma maior vontade política para financiar essas oportunidades de diálogo em vez de contar com a contribuição dos doadores. Se as ONGs na RDC estão confortáveis com o conceito de lobby, suas capacidades de influenciar os decisores devem ser fortalecidas. As ONGs sabem que um quadro jurídico e regulatório favorável poderia melhorar sua viabilidade estrutural e sua perenização, mas isso não parece ser uma prioridade para o Estado. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: 4,5 As ONGs fornecem uma variedade de serviços às populações mais carentes, especialmente nas áreas de saúde reprodutiva, microfinanças, nutrição, combate à pobreza, direitos sociais, desenvolvimento econômico, educação, acesso à água potável, acesso à informação, combate às doenças infantis e mortalidade materna. Os serviços e produtos fornecidos pelas ONGs geralmente refletem as necessidades e prioridades das comunidades locais, embora algumas ONGs não dediquem tempo para estudar as necessidades reais dessas comunidades. Outras ONGs se contentam com as prioridades definidas por seus parceiros financeiros. As ONGs congolesas ainda não desenvolveram capacidades suficientes para fornecer serviços e produtos a grupos mais amplos. É assim que, por exemplo, as publicações e estudos realizados pelas ONGs não são amplamente divulgados. As ONGs às vezes recuperam os custos incorridos, embora essas organizações nem sempre conheçam a demanda do mercado ou a capacidade de pagamento dos usuários. O governo congolês reconhece o valor das ONGs em termos de fornecimento de serviços sociais de base, mas não lhes fornece apoio financeiro. No entanto, ele apoia as ONGs na implementação de programas internacionais de acordo com as vontades dos doadores. Em 2010, trabalhou com ONGs em programas relacionados a doenças infantis, HIV/AIDS, tuberculose, doença do sono, pessoas com deficiência e assistência a crianças de rua. INFRAESTRUTURA: 5,6 Existem relativamente poucas organizações de apoio intermediário (OSI) e centros de recursos para as ONGs na RDC, o que impede a capacidade dessas últimas de acessar a informação. Esses centros de recursos financiados pela USAID funcionam em Maniema, Katanga, Bandundu e dentro do Sul-Kivu, enquanto uma variedade de centros de recursos funcionam em Kinshasa, incluindo aqueles desenvolvidos pelo PNUD, pelo Centro Carter, pela Comunidade de Wallonie, pelo Centro cultural francês e pela Comissão de justiça e paz. Esses centros geralmente oferecem algumas formações e acesso à Internet. As OSIs e os centros de recursos dependem do financiamento dos doador e não desenvolveram fontes alternativas de financiamento a nível local. As OSIs geralmente não praticam o subsídio e muito poucas fundações concedem subsídios locais para atender às necessidades comunitárias.

-- 57 de 162 --

46 ÍNDICE 2010 DE PERENIZAÇÃO DAS ONGs DA ÁFRICA SUBSAARIANA 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Imagem Pública na RDC As ONGs compartilham informações entre si nos níveis nacional e local no âmbito de suas plataformas e redes temáticas. As redes e coalizões reúnem as ONGs em torno de temas como combate à corrupção, mulheres e jovens, direitos humanos e desenvolvimento. Vários formadores locais qualificados e programas de formação em gestão de ONGs estão disponíveis. Em 2010, o PREFED SERACOB organizou várias formações na área de gestão, execução e acompanhamento de projetos, bem como de boa governança e resolução de conflitos. Outras organizações, como o Instituto da sociedade aberta para a África Austral (OSISA), o PNUD, a União europeia e a MONUSCO, organizaram formações para fortalecer as capacidades das OSC em termos de advocacia. O CENADEP, o CRAFOP e o DIOBASS organizaram cursos de formação para a revitalização das organizações comunitárias e camponesas. Os doadores externos financiam todas essas formações. Os módulos de formação devem ser

traduzidos para as línguas locais para alcançar grupos mais amplos. As ONGs congolesas começam a desenvolver parcerias com o Estado e as empresas privadas, mas principalmente com os meios de comunicação nos níveis nacional e local. A Fundação BRALIMA e a VODACOM apoiam, por exemplo, as ONGs locais na reabilitação de escolas, no acompanhamento de crianças órfãs e no fornecimento de água potável em vilarejos e bairros populares pobres. Mas as ONGs beneficiárias não implementam, infelizmente, estratégias apropriadas para manter tais parcerias. IMAGEM PÚBLICA: 5,0 As ONGs congolesas não trabalham de forma eficaz na promoção de sua imagem. Elas devem se aproximar ativamente dos meios de comunicação e pagar para obter uma cobertura midiática. Os meios de comunicação cobram por seus serviços sem distinção entre serviços públicos e anúncios comerciais. Eles convidam os líderes das ONGs a participar de programas especializados. Os meios de comunicação congoleses que fazem uma análise independente sobre o trabalho das ONGs são raros. O público nem sempre compreende bem o conceito de ONG. Devido à sua dependência de financiamentos externos, as ONGs às vezes têm problemas de ancoragem nas comunidades que atendem, de modo que é difícil para o público apoiar suas atividades. Embora aprecie o trabalho das organizações confessionais, o governo congolês e as empresas privadas têm uma imagem muito negativa da advocacia das ONGs, que se agravou ao longo do ano passado. Na maioria dos casos, os representantes do Estado só cooperam com as ONGs mediante solicitação expressa dos doador ou dos parceiros internacionais, como no caso do processo de Redução dos efeitos da desmatamento e da degradação (REDD) e o processo da Iniciativa Transparência nas indústrias extrativas (ITIE). As ONGs e os assassinatos de jornalistas em 2010 provocaram um clamor público e permitiram que o público compreendesse melhor o trabalho realizado pelas ONGs. Um código de ética para as ONGs de desenvolvimento e uma carta ética dos atores da sociedade civil foram elaborados, mas não são regularmente divulgados nem promovidos e não existe nenhum mecanismo forte para aplicá-los. Apenas as grandes ONGs publicam seus relatórios anuais.

ETIÓPIA 47 ETIÓPIA Capital: Adis-Abeba Regime político: República Federal População: 90.873.739 (est. julho de 2011) PIB per capita (PPA): 1.000 $ (est. 2010) Índice de desenvolvimento humano: 174 (2011) PERPETUAÇÃO DAS ONGs: 5,5 Foi em 1995 que a Etiópia adotou sua constituição atual, que enfatiza fortemente os direitos de humanos. A Etiópia também é parte de vários grandes instrumentos internacionais e regionais relacionados aos direitos de humanos. Mas, apesar de todos esses compromissos em matéria de democracia e direitos humanos, as ONGs etíopes operam em um ambiente extremamente restritivo. O Front Democrático Revolucionário do Povo Etíope (EPRDF) venceu as quatro eleições nacionais realizadas desde a adoção da constituição. Nas últimas eleições, em 2005, apenas um assento entre os 547 assentos do parlamento foi conquistado por um membro de um partido político de oposição. Após essa vitória esmagadora, uma série de leis foram adotadas para regulamentar os partidos políticos, os meios de comunicação e a sociedade civil, assim como uma legislação antiterrorista. Essas leis reduziram consideravelmente o espaço político do país, ao restringir fortemente as liberdades de expressão, reunião e associação. Entre essas leis está a Proclamação relativa às organizações de caridade e associações que entrou em vigor em setembro de 2009. Esta Proclamação restringe a liberdade de ação das ONGs, assim como seu acesso a financiamentos estrangeiros. Em outubro de 2010, o número total de ONGs reregistradas de acordo com a Proclamação relativa às organizações de caridade e associações era de 2.020, ou seja, 5.1 5.3 4.9 6.0 5.9 5.1 6.2 5.5 1.0 3.0 5.0 7.0 Perpetuação Perpetuação Perpetuação Reforçada en Progressão Obstruída Notas 2010: a Etiópia Perpetuação das ONGs Contexto Jurídico Capacidade Organizacional Viabilidade Financeira Advocacia Prestação de Serviços Infraestrutura Imagem Pública 5.5 5.5 1.0 3.0 5.0 7.0 Perpetuação das ONGs na Etiópia

48 ÍNDICE 2010 DE PERPETUAÇÃO DAS ONGs DA ÁFRICA SUBSAARIANA um pouco mais da metade do número de organizações que existiam antes do reregistro obrigatório. O setor associativo se caracteriza por um sentimento de medo, cinismo e passividade. As novas leis limitam de fato fortemente a capacidade das ONGs em matéria de advocacia. Muitas ONGs que antes realizavam atividades de advocacia foram obrigadas a se reregistrar como prestadoras de serviços. As ONGs continuam a fornecer diversos serviços em saúde, educação, meio ambiente, combate à pobreza, fortalecimento de capacidades e criação de empregos. As ONGs continuam a lidar com o baixo desenvolvimento de grupos de interesse, a insuficiente diversificação de recursos, a fraqueza da democracia interna e parcerias limitadas com outras ONGs. A nova lei resultou em uma redução significativa dos financiamentos estrangeiros, enquanto as fontes nacionais ainda precisam se desenvolver. As ONGs não têm as capacidades necessárias para informar eficazmente a sociedade sobre suas missões, realizações ou valor para contrabalançar a hostilidade do Estado em relação a elas. CONTEXTO JURÍDICO: 6,2 De acordo com a Proclamação relativa às organizações de caridade e associações, as ONGs devem se registrar ou como uma organização de caridade criada para ajudar os a outros, ou como uma associação criada para ser útil para seus membros. Além disso, as ONGs devem agora escolher se registrar como organizações etíopes, residentes na Etiópia ou estrangeiras. As associações etíopes devem receber a vasta maioria de seu financiamento de fontes etíopes; um máximo de 10% de suas receitas pode vir de fontes estrangeiras. Em contrapartida, as organizações residentes e estrangeiras podem receber fundos estrangeiros ilimitados, mas não podem atuar nas áreas estratégicas dos direitos humanos, da igualdade de gênero, dos direitos da criança e dos deficientes, da resolução de conflitos e da eficácia do setor da justiça. As ONGs que recebem mais de 10% de seus fundos de fontes estrangeiras têm negado o direito ao recurso judicial contra qualquer ação tomada contra elas pela Agência responsável pelas organizações de caridade e associações. De acordo com o artigo 104(3) da Proclamação, apenas as organizações registradas como organizações de caridade ou associações etíopes têm o direito de apelar de uma decisão da Agência junto ao Tribunal Supremo Federal. Todas as organizações da sociedade civil são obrigadas a se registrar; as associações informais são proibidas, independentemente de seu tamanho ou tipo. A maioria das ONGs (82%) se registrou como organizações de caridade residentes e estrangeiras prestadoras de serviços. Apenas 112 organizações (6%) estão hoje registradas como organizações caritativas etíopes e se dedicam aos direitos ou prestações dos outros com fundos locais, enquanto 261 organizações (13%) se registraram como associações etíopes trabalhando para o bem de seus membros. O novo quadro regulatório também tem um impacto significativo na criação de redes e na cooperação entre as ONGs. Uma diretriz da Agência responsável pelas organizações de caridade e associações proíbe o estabelecimento de redes envolvendo tanto organizações de caridade quanto associações ou organizações de caridade etíopes e organizações de caridade residentes na Etiópia e estrangeiras. Isso visa restringir o fluxo de fundos de organizações de caridade residentes na Etiópia e estrangeiras para organizações de caridade ou associações etíopes. A criação de redes entre organizações de caridade residentes na Etiópia e estrangeiras é permitida. Após essa diretriz, das trinta e três consórcios e redes registradas, apenas uma rede – a Rede das Associações Femininas Etíopes (NEWA) – foi criada como organização etíope. 6.1 6.2 1.0 3.0 5.0 7.0 Contexto Jurídico na Etiópia

ETIÓPIA 49 O Estado implementa e interpreta a nova lei de maneira bastante rigorosa. Assim, em dezembro de 2009 por exemplo, o Diretor da Agência encarregou quatro bancos privados de congelar os ativos do Conselho dos direitos humanos (HRCO). O HRCO havia se reregistrado como organização de caridade etíope, permitindo-lhe atuar na área dos direitos humanos desde

que 90% de suas receitas provenham de fontes nacionais. A Agência alegou que o HRCO deveria renunciar aos fundos estrangeiros que acumulou antes da adoção da nova legislação, enquanto o HRCO afirmava que a lei não deve se aplicar retroativamente. A Agência emitiu uma decisão semelhante contra a Associação das Mulheres Juristas Etíopes, outra organização local de defesa dos direitos humanos. Foi dito que a Agência não tem nem a capacidade nem a vontade de aplicar a lei de maneira uniforme e justa. Os responsáveis da Agência nem sempre têm a formação necessária para estimar ou avaliar a aplicação da lei pelas ONGs ou entender a lei ao pé da letra. Por exemplo, embora isso não seja legalmente proibido, a Agência é pouco disposta a registrar organizações de caridade que oferecem serviços de adoção. As ONGs estão isentas do imposto sobre a renda das subvenções. Além disso, os doadores têm direito a uma dedução fiscal sobre as doações feitas às ONGs certificadas pela Agência como tendo um dossiê excepcional em matéria de utilização transparente e responsável dos recursos. A Proclamação relativa às organizações de caridade e associações concede às ONGs o direito de realizar atividades remuneradas, mas prevê condições prévias excessivas. As ONGs devem de fato obter a autorização da Agência, que tem sido muito restritiva na implementação dessa disposição. Consequentemente, muito poucas organizações foram autorizadas a exercer atividades lucrativas. Além disso, as ONGs devem pagar impostos sobre a renda proveniente de atividades econômicas. Existem advogados que se especializam na representação das ONGs e na consultoria jurídica tanto em Adis- Abeba quanto em cidades secundárias. A Faculdade de Direito da Universidade de Adis-Abeba começou recentemente a oferecer um curso sobre as leis relativas às associações sem fins lucrativos. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 5,1 A maioria das organizações é guiada pela disponibilidade de financiamentos em vez de um compromisso com suas visões e missões. Devido às restrições financeiras da Proclamação, um número considerável de organizações que atuavam na área dos direitos humanos ou de advocacia reorientou sua missão para se dedicar à prestação de serviços. A maioria das ONGs enfatiza mais projetos de curto prazo do que programas de longo prazo baseados em planejamento estratégico. A maioria das ONGs na Etiópia pode ser qualificada como individuais e depende de um particular, geralmente o diretor executivo. Cada ONG registrada deve, de acordo com a lei, ter uma estrutura de governança claramente definida. No entanto, na maioria dos casos, os membros do conselho de administração não são muito ativos em assumir seus papéis de supervisão ou mobilização de recursos. A maioria das organizações não possui frequentemente documentos básicos como manuais de recursos humanos ou de gestão financeira. A maioria das ONGs conta com pessoal permanente e escritórios equipados com a infraestrutura necessária: veículos, computadores, Internet e serviço telefônico. No entanto, as associações locais têm dificuldades em recrutar e reter pessoal especializado e também podem carecer de computadores, acesso a Internet, telefone e espaço de escritório. A cultura do voluntariado na Etiópia é fraca. 5.1 5.1 1.0 3.0 5.0 7.0 Capacidade Organizacional na Etiópia

 VIABILIDADE FINANCEIRA: 5,9 As ONGs enfrentam desafios significativos de viabilidade financeira. O financiamento externo, do qual as ONGs locais dependem há muito tempo, está se reduzindo consideravelmente devido às novas restrições legais. Os financiadores estão, de fato, cada vez mais relutantes em fornecer apoio financeiro, particularmente às organizações de direitos humanos. No entanto, a maior parte das ONGs continua fortemente dependente de fundos externos e deve enfrentar dificuldades agudas de diversificação de suas bases de recursos. As ONGs carecem de experiência e têm pouco acesso às técnicas de mobilização de recursos nacionais e muito poucos indivíduos e empresas praticam o mecenato. O Estado não aloca subsídios para as ONGs e apenas aquelas com licença estão autorizadas a licitar para os contratos do Estado. A Proclamação relativa às organizações de caridade e às associações define

de forma geral os custos administrativos, como "os custos envolvidos com as remunerações, os salários, os benefícios, a compra de produtos e serviços, as viagens e as atividades necessárias à administração de uma organização de caridade ou de uma instituição de beneficência e limita essas despesas a um máximo de 30% do orçamento total de uma ONG". Se essa disposição é aplicada pela Agência de maneira incoerente, ela teve sérias repercussões sobre a viabilidade financeira das ONGs. As ONGs são legalmente obrigadas a se submeter a uma auditoria financeira independente e a enviar anualmente um relatório financeiro e de atividades à Agência responsável pelas organizações de caridade e das associações. ADVOCACIA: 6,0 As ações de advocacia foram consideravelmente enfraquecidas dentro do país pela nova lei. De fato, como exposto acima, essa lei abala fortemente a capacidade das ONGs de realizar ações de advocacia sobre questões como os direitos humanos, a igualdade de gênero, os direitos da criança e das pessoas com deficiência, a resolução de conflitos e acesso à justiça. O Estado as considera como atividades políticas que devem ser realizadas pelos cidadãos com recursos locais. A Agência relatou que dezessete organizações de direitos humanos e de advocacia foram obrigadas a mudar sua missão para se voltarem para a prestação de diferentes serviços. As organizações anteriormente focadas na justiça juvenil com crianças vítimas também interromperam suas atividades e se dedicam agora à prestação de serviços. Além disso, a Proclamação relativa às organizações de caridade e às associações proíbe as ONGs prestadoras de serviços de sensibilizar seus beneficiários sobre seus direitos ou de advogar por mudanças de política nesse campo. As atividades de advocacia também são limitadas pelas novas restrições sobre a criação de redes. Uma única rede de advocacia – que se dedica às questões de gênero – está hoje legalmente registrada, mas não funciona de forma alguma devido a sérias restrições financeiras. 5.8 5.9 1.0 3.0 5.0 7.0 Viabilidade Financeira na Etiópia 5.8 6.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Advocacia na Etiópia

ETIÓPIA 51 Não há linha de comunicação entre as ONGs e os tomadores de decisão e a comunidade das ONGs não está mais muito à vontade com a promoção de políticas devido às restrições da nova lei. Apesar da tentativa de algumas ONGs de envolver o governo em um diálogo sobre a emenda da lei e até mesmo organizar reuniões de concertação em vários níveis, esses esforços permaneceram em vão. As ONGs locais não realizaram, aliás, outros esforços de advocacia para promover reformas legais favoráveis às ONGs. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: 4,9 Desde o processo de re-registro, mais de 82% das ONGs se comprometeram com a prestação de serviços, um campo onde tanto as ONGs quanto o governo se sentem à vontade. Os serviços das ONGs abrangem diversas áreas como saúde, educação, meio ambiente, combate à pobreza, fortalecimento de capacidades e criação de empregos. As ONGs raramente cobram por seus serviços, limitando assim sua viabilidade financeira. Por definição, as associações, que atuam em benefício exclusivo de seus membros, fornecem bens e serviços que refletem as necessidades e prioridades destes. As organizações de caridade, por outro lado, raramente incluem os beneficiários na concepção e implementação dos projetos. As ONGs carecem de parcerias sólidas com os meios de comunicação, universidades, setor privado e público. O plano quinquenal de crescimento e transformação adotado pelo governo em setembro de 2010 reconhece o papel e o investimento do setor privado e da sociedade civil em educação, agricultura e atividades globais de fortalecimento de capacidades, mas define claramente a sociedade civil como as organizações de massa, cooperativas e associações profissionais. Não reconhece o papel das ONGs na implementação, monitoramento e avaliação de atividades de desenvolvimento. INFRAESTRUTURA: 5,3 Embora sejam poucos, os centros de recursos e as redes existentes nos níveis federal e regional fornecem apoio, como compartilhamento de informações, a tecnologia e o fortalecimento de capacidades, pelo menos para suas organizações membros. A maioria desses organismos foi, no entanto, estabelecida apenas

recentemente e não tem a capacidade de atender a uma gama de necessidades do setor associativo, particularmente das ONGs locais. Algumas organizações e redes realocam os fundos internacionais e algumas redes de organizações fornecem informações a seus membros sobre as possibilidades de obtenção de subsídios. O Consórcio das associações de ajuda cristã e de desenvolvimento (CCRDA), uma das organizações federais mais importantes e antigas do país, oferece formação a seus membros em gestão de ONGs, governança, gestão de projetos e gestão financeira. Vinte e cinco consórcios setoriais e regionais estão registrados no nível federal, mas nenhuma rede representa o setor em nível nacional. As redes de organizações existentes são criticadas por sua falta de cooperação, pela criação de alianças oportunistas, pela redundância e pela desconfiança mútua. Os parceiros intersetoriais são muito fracos. 5.0 4.9 1.0 3.0 5.0 7.0 Prestação de Serviços na Etiópia 5.3 5.3 1.0 3.0 5.0 7.0 Infraestrutura na Etiópia

52 ÍNDICE 2010 DE PERENIZAÇÃO DAS ONGs DA ÁFRICA SUBSAARIANA IMAGEM PÚBLICA: 5,1 A hostilidade do governo em relação ao setor teve repercussões negativas sobre a opinião dos meios de comunicação e do público. A cobertura midiática das atividades das ONGs é limitada e exacerbada ainda mais pelo fato de que as ONGs não têm estratégias em relação aos meios de comunicação. Como o Estado detém o monopólio dos meios eletrônicos, é praticamente impossível para as ONGs utilizarem a televisão ou o rádio para promover suas atividades. Além disso, o tempo de antena é tão caro que a maioria das ONGs não pode arcar com isso. Os meios de comunicação públicos geralmente descrevem as ONGs como organizações gastadoras que desperdiçam os recursos públicos para interesses pessoais. Em comparação com os meios de comunicação públicos, os meios de comunicação privados oferecem uma cobertura mais justa das ONGs, mas se interessam principalmente em relatar as atividades das ONGs, em vez de cobrir o setor de maneira mais aprofundada ou analítica. As ONGs etíopes são incapazes de se comunicar efetivamente sobre quem são, o que fazem, suas realizações ou seu valor para a sociedade, o que resulta em dificultar suas relações com o público. Elas são comumente percebidas como sendo suficientemente financiadas por financiadores externos e dedicando quantias consideráveis aos salários e benefícios de seu pessoal, assim como a outras despesas administrativas, em vez de à implementação direta de projetos. As relações de trabalho entre as ONGs e as empresas não são sólidas e estas últimas não fornecem apoio financeiro significativo ao setor associativo. O setor não possui um sistema auto-regulatório sólido, apesar das tentativas das principais redes de organizações, como o CCRDA e o grupo de trabalho da sociedade civil, um grupo ad hoc de OSC criado para criar um ambiente favorável para o setor, com o objetivo de revisar o código de conduta das ONGs elaborado em 1999. 5.1 5.1 1.0 3.0 5.0 7.0 Imagem Pública na Etiópia

GABÃO 53 GABÃO Capital: Libreville Regime político: República População: 1.576.665 (est. julho 2011) PIB per capita (PPA): 14.500 (est. 2010) Índice de desenvolvimento humano: 106 (2011) PERENIZAÇÃO DAS ONGs: 5,4 No Gabão, a perenização das ONGs não mudou de forma significativa ao longo do último ano. As ONGs continuam, de fato, a ser regidas por uma lei ultrapassada e os esforços empreendidos para sua revisão permanecem bloqueados. As ONGs, especialmente aquelas que tratam de questões de governança ou criticam a ação do governo, continuam a enfrentar a hostilidade do governo. Apesar dessas pressões, as ONGs começaram a se fazer um espaço em termos de advocacia. Em 2010, as ONGs foram defensores ferozes em questões de meio ambiente, governança e saúde, entre outras. A força relativa das ONGs em termos de advocacia e de lobbying é moderada por uma ausência de profissionalismo no setor. As ONGs não gerenciam bem seus recursos humanos e financeiros. Se algumas ONGs têm planos estratégicos, a maioria não tem nem mesmo um plano de ação para o médio prazo. A

falta de capacidades significa que apenas algumas ONGs são capazes de atrair financiadores potenciais, que são na sua maioria estrangeiros. Os subsídios do Estado são pouco significativos e o mecenato local é inexistente. As ONGs fornecem uma série crescente de serviços, como oficinas e estudos para o governo e as empresas. As redes de ONGs gabonesas fornecem um apoio valioso a seus membros e promovem o compartilhamento de informações. Se o público tem uma percepção geralmente 5.4 5.4 1.0 3.0 5.0 7.0 Perenização das ONGs no Gabão 5.0 5.1 5.1 5.1 6.1 5.5 6.0 5.4 1.0 3.0 5.0 7.0 Perenização Perenização Perenização Reforçada em Progressão Entravada Gabão: Notas 2010 Perenização das ONGs Contexto Jurídico Capacidade Organizacional Viabilidade Financeira Advocacia Prestação de Serviços Infraestrutura Imagem Pública

 positivo das ONGs, o setor deve reforçar sua cobertura midiática e fortalecer suas relações com o governo e as empresas para melhorar sua eficácia, particularmente em matéria de advocacy. É difícil estimar o número de ONGs registradas ou ativas em Gabão. Um diretório elaborado pelo Programa de fortalecimento de atores não estatais (PROGREANE) financiado pelo Fundo de desenvolvimento europeu em meados de 2010 identificou 700 ONGs e 14 redes temáticas nacionais. No entanto, somente 200 dessas ONGs estão ativas e nem todas estão registradas. O diretório não cobria todas as províncias do país. Em comparação, o Ministério do Interior relatou que 516 ONGs se registraram em 2009, mas não conseguiu fornecer informações para 2010. CONTEXTO JURÍDICO: 6,0 O quadro jurídico das ONGs não mudou em 2010. As intervenções das ONGs continuam a ser regidas, desde 1962, pela Lei 35/62, a Lei sobre associações. As ONGs continuam a operar nesse clima jurídico obsoleto enquanto discussões estão em andamento para uma atualização e uma modificação dessa lei. O artigo 3 da Lei sobre associações permite que as ONGs funcionem sem estarem registradas. As ONGs que desejam se registrar legalmente devem apresentar um pedido ou uma declaração contendo as informações pertinentes junto à prefeitura onde se encontra a sede da ONG e receber um recibo provisório. Assim que este recibo for emitido, uma ONG deve abster-se de realizar qualquer atividade por três meses, a menos que receba seu recibo definitivo antes desse prazo. Mas a lei não prevê nenhum prazo para a emissão do recibo definitivo. A lei não especifica a estrutura de gestão apropriada das ONGs. As operações de cada ONG são regidas por seu próprio estatuto, que deve ser depositado com a declaração na prefeitura competente. Em 2010, sob os auspícios do PROGREANE, as ONGs fizeram advocacy junto ao governo para uma revisão completa da Lei sobre associações. As modificações solicitadas incluem, entre outras, a necessidade de distinguir entre as simples associações e as ONGs e os aspectos fiscais relacionados ao funcionamento dessas últimas. As ONGs apresentaram suas propostas às autoridades competentes, mas nenhuma resposta foi dada até o momento. As ONGs tiveram que enfrentar a crescente pressão do governo em 2010 devido às tensões políticas persistentes em torno das eleições de 2009. Em particular, as ONGs que criticavam as instituições públicas ou os serviços públicos ou a situação política do país foram submetidas a pressões ou ameaças veladas. O Ministério do Interior, por exemplo, ameaçou dissolver a plataforma de ONGs Publiez ce Que vous payez e a Rede da sociedade civil para a boa governança em Gabão (ROLBG) após sua campanha por uma maior transparência dos processos eleitorais e uma reforma das instituições do Estado. Além disso, alguns membros receberam ameaças anônimas por telefone. O número de juristas familiarizados com a legislação relativa às organizações da sociedade civil está aumentando devido à crescente pressão do governo. As ONGs que contratam advogados devem garantir que têm fundos disponíveis para pagar os honorários destes, uma vez que ainda não existem consultas jurídicas voluntárias disponíveis para as ONGs. Poucas ONGs se beneficiam de isenções fiscais, uma vez que a lei é vaga a esse respeito e a maioria das ONGs ignora os benefícios que poderiam ser

proporcionados a elas. Além disso, o processo para solicitar a isenção do IVA, por exemplo, é longo e complexo. As ONGs são livres para cobrar por seus serviços. 6.0 6.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Contexto Jurídico em Gabão

GABÃO 55 No entanto, como qualquer outro prestador de serviços, as ONGs devem pagar aos impostos 9,5% de seus contratos de prestação de serviços, além do IVA. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 5,5 Exceto por um pequeno número de ONGs bem organizadas, são raras as ONGs locais que empregam um pessoal permanente e remunerado ou têm um conselho de administração. As ONGs recrutam mais voluntários e funcionários temporários para projetos específicos. Devido à falta de pessoal permanente, poucas ONGs elaboram planos estratégicos. Se os papéis apropriados podem ser definidos nos estatutos e regulamentos internos, na prática, apenas algumas ONGs têm uma distribuição de responsabilidades claramente definida. Muitas ONGs não possuem nem instalações nem equipamentos modernos de escritório. A maioria das ONGs depende de cyber cafés para acesso à Internet; algumas ONGs também utilizam esses serviços para seu processamento de texto e contabilidade. Algumas pessoas usam seu próprio computador ao iniciar uma associação e compram o material da organização após receber uma subvenção. Os telefones celulares são relativamente acessíveis e a maioria das ONGs só pode ser contatada por esse meio. VIABILIDADE FINANCEIRA: 6,1 A maior parte do financiamento das ONGs vem de fontes estrangeiras, como organizações e parceiros internacionais, bem como embaixadas. Um número crescente de ONGs, especialmente do setor de meio ambiente, participa de chamadas de propostas para fornecer serviços ao Estado e a outros atores em Gabão. Esses contratos são geralmente atribuídos a ONGs locais pré-identificadas para pequenos estudos a curto prazo. As fontes locais de financiamento são praticamente inexistentes. A única verdadeira fonte local de filantropia é a Fundação Sylvia Bongo Ondimba, criada pela primeira-dama do Gabão. Os ricos particulares politicamente envolvidos criam e financiam suas próprias ONGs para promover seus fins políticos, por exemplo, defendendo certas questões ou candidatos políticos. As contribuições dos membros raramente são pagas, mesmo que estejam previstas nos estatutos e regulamentos internos. A viabilidade financeira das ONGs está ameaçada, pois as fontes de financiamento permanecem muito limitadas. Os fundos disponíveis são frequentemente destinados a atividades de curto ou médio prazo. A falta de financiamento confiável impede o profissionalismo das ONGs. Fora algumas ONGs bem estruturadas, os sistemas de gestão financeira são praticamente inexistentes. ADVOCACY: 5,1 As ONGs participam de fóruns e grupos de trabalho do governo sobre uma variedade de questões, como a triagem e gestão de doenças sexualmente transmissíveis, serviços de planejamento familiar, apoio a pessoas que vivem em favelas de Libreville e HIV/AIDS. A sociedade civil também está representada na Iniciativa para a transparência das indústrias extrativas (ITIE) e nos Acordos de parceria voluntária no âmbito do processo de Aplicação da Lei Florestal, Governança e 5.5 5.5 1.0 3.0 5.0 7.0 Capacidade Organizacional em Gabão 6.1 6.1 1.0 3.0 5.0 7.0 Viabilidade Financeira em Gabão

 Comércio (APV-FLEGT) apoiado pela UE. Apesar de uma certa apreensão entre as duas partes, a cooperação das ONGs com o governo está se fortalecendo cada vez mais no plano técnico. No entanto, as ONGs ainda têm um acesso limitado ao nível decisional do Estado. Embora ainda não exista legalmente um mecanismo que permita às ONGs participar do processo político e legislativo, estas frequentemente dão sua opinião sobre questões relacionadas à transparência eleitoral e à boa governança. No entanto, as ONGs ainda não dominam suficientemente o lobbying, o que limita um pouco seu impacto na legislação. No entanto, algumas ONGs estão sendo cada vez mais

consultadas para a revisão de certas leis, embora sua opinião nem sempre seja levada em consideração. Desde a eleição presidencial de 2009, o ROLBG e o Observatório Nacional para a Democracia (OND) se comprometeram em uma campanha para permitir que a sociedade civil participe mais plenamente da vida política do país. Em maio de 2010, a Rede para a defesa dos direitos humanos em Gabão (REDDHGA) formou uma centena de observadores eleitorais com o apoio da embaixada dos Estados Unidos. Em junho de 2010, a HADASSA lançou uma campanha para coletar doações alimentares para pessoas economicamente desfavorecidas. A Federação Mussobini, que reúne mais de uma dezena de ONGs, organizou uma série de conferências sobre corrupção no âmbito de uma campanha intitulada "Todos contra a corrupção." Atividades de conscientização sobre HIV/AIDS e doenças sexualmente transmissíveis foram organizadas pelo Movimento gabonense para o bem-estar familiar (MGBEF) e outras organizações. Em fevereiro de 2010, as ONGs denunciaram publicamente a poluição radioativa na região de Mounana (província do Alto Ogooué) pela AREVA, o grupo industrial francês especializado em energia nuclear, bem como o despejo de resíduos tóxicos por um laboratório na mesma região. Após essas campanhas, o Estado foi obrigado a enviar uma missão de investigação e informar o público. Um representante da sociedade civil da ONG Brainforest foi escolhido posteriormente para integrar o comitê encarregado de acompanhar a implementação das recomendações da missão de investigação. Todas as ONGs sabem que um quadro jurídico e regulatório favorável pode fortalecer sua eficácia e sua perenização. Com o apoio do PROGREANE, as ONGs fazem advocacy em favor da revisão da Lei sobre associações para alinhá-la ao contexto atual das ONGs. Embora algumas ONGs e plataformas tenham vínculos com atores políticos favoráveis à reforma, não há vontade política suficiente para melhorar o ambiente jurídico para as ONGs neste momento. FORNECIMENTO DE SERVIÇOS: 5,1 A gama de produtos e serviços fornecidos pelas ONGs está constantemente se expandindo de acordo com as necessidades dos grupos de apoio, mas também com os processos em andamento em Gabão. Assim, em 2010, as ONGs forneceram diversos produtos e serviços, como oficinas, estudos de caso e publicações em diferentes áreas disponibilizadas a diversas partes interessadas, e mais particularmente ao governo. As ONGs do setor ambiental estão cada vez mais ativas na prestação de serviços. A plataforma Ambiente Gabão realizou uma análise do quadro regulatório do setor florestal. As ONGs também realizaram uma avaliação de impacto das explorações minerais na província do Alto- Ogooué. Elas também realizaram estudos socioeconômicos em vários setores. 5.3 5.1 1.0 3.0 5.0 7.0 Advocacy em Gabão 5.1 5.1 1.0 3.0 5.0 7.0 Fornecimento de Serviços em Gabão

GABÃO 57 As ONGs geralmente identificam as necessidades dentro de seus grupos-alvo e adaptam seus serviços em consequência. Algumas ONGs se envolvem na recuperação de custos, essencialmente as ONGs que atuam na área da saúde e saneamento, que frequentemente oferecem serviços de coleta de lixo a preços razoáveis. Além disso, em outubro de 2010, a MGBEF estabeleceu um laboratório de análises médicas e uma clínica modelo de saúde reprodutiva e sexual que fornece serviços a preços muito acessíveis. Outras organizações estão cada vez mais desenvolvendo atividades generadoras de receita para cobrir os custos operacionais que normalmente não são cobertos pelos fundos de subsídios. O governo reconhece cada vez mais as contribuições das ONGs e as convida a participar de diversos grupos de trabalho. Os subsídios do Estado para as ONGs ainda são mínimos e o Estado não concede diretamente contratos às ONGs, exceto um número limitado para a prestação de serviços sociais. No entanto, as ONGs se beneficiam de contratos de subcontratação por meio de algumas empresas e instituições, como as ONGs internacionais, que receberam contratos do Estado. INFRAESTRUTURA: 5,1 As OSIs, os centros de recursos de ONGs e as organizações que fazem doações a nível local são quase inexistentes. O PROGREANE, que foi criado para desempenhar o papel de OSI, enfrentou dificuldades de funcionamento antes de seu

fechamento em meados de 2010. Discussões estão em andamento para lançar a segunda fase do PROGREANE a fim de consolidar as realizações do projeto. As ONGs gabonesas estão estabelecendo cada vez mais redes e plataformas para resolver problemas comuns e compartilhar informações, na maioria das vezes por meio de listas de discussão ou reuniões formais. A plataforma Rede Ambiente Gabão, por exemplo, continua a unir um certo número de ONGs locais envolvidas nas negociações entre a União Europeia e o Gabão sobre questões florestais. O Centro Nacional de Apoio às Organizações de Mulheres (CENAF) fornece apoio a seus beneficiários. No final do ano de 2010, o CENAF recebeu um prêmio pela promoção dos ODM por suas ações realizadas no fortalecimento das capacidades de cinco redes de associações femininas para melhorar sua participação na governança política, econômica e social. Existem competências para formações específicas, mas não há um banco de dados para identificar os formadores competentes. Isso faz com que a escolha dos formadores seja muitas vezes feita por afinidades, em vez de pelas qualificações e expertise do formador. O material de formação raramente está disponível nas línguas locais. O financiamento local é praticamente inexistente e as parcerias intersetoriais só são observáveis durante oficinas ou grupos de trabalho específicos. IMAGEM PÚBLICA: 5,0 Como outros atores, as ONGs devem pagar por sua cobertura midiática. Se os programas de rádio e TV dedicados aos temas acompanhados pelas ONGs começam a emergir, a vasta maioria dos meios de comunicação ainda desconhece concretamente o papel desempenhado pelas ONGs na sociedade. Geralmente, os meios de comunicação se contentam em relatar as atividades das ONGs, mas não realizam análises aprofundadas para explicar melhor esse papel. Isso pode estar relacionado ao fato de que o número de jornalistas especializados em questões das ONGs é muito limitado. 5.1 5.1 1.0 3.0 5.0 7.0 Infraestrutura no Gabão

-- 69 de 162 --

58 ÍNDICE 2010 DE PERENIDADE DAS ONGs DA ÁFRICA SUBSAARIANA Mesmo que ainda não compreenda verdadeiramente o conceito de ONG, o público geralmente tem uma percepção positiva do trabalho das ONGs, especialmente aquelas que fazem lobby em favor da boa governança econômica, política e ambiental. As ONGs e a sociedade civil em geral começam a ser percebidas como as verdadeiras vozes do povo. A percepção do governo em relação às ONGs é mais ambígua. Embora comece a reconhecer o valor das ONGs, o governo as teme quando se tornam críticas, especialmente quando defendem a boa governança. O governo denunciará ou até ameaçará as ONGs que cruzarem essa linha, como fez este ano com a plataforma 'Publique o que você paga' e o ROLBG. Exceto por alguns editais para estudos específicos, as relações das ONGs com as empresas são frequentemente tensas e marcadas por uma falta de confiança, que pode ser exacerbada por objetivos conflitantes. As ONGs tentam, na medida do possível, fazer conhecer suas atividades. Aqueles que têm a capacidade implementam ferramentas e suportes de comunicação como sites, boletins informativos e flyers. Algumas ONGs desenvolvem relações com jornalistas ou órgãos de imprensa para melhorar sua cobertura midiática. As ONGs gabonesas se esforçam, seja em seu nível ou dentro de plataformas e redes, para tornar suas operações mais transparentes. No entanto, elas ainda não possuem um código de ética. Algumas ONGs líderes publicam seus relatórios anuais e os disponibilizam a todas as partes interessadas. 5.0 5.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Imagem Pública no Gabão

-- 70 de 162 --

GANA 59 GANA Capital: Acra Regime político: Democracia constitucional População: 24.791.073 (est. julho 2011) PIB per capita (PPA): 2.500 (est. 2010) Índice de desenvolvimento humano: 135 (2011) PERENIDADE DAS ONGs: 4,3 A perenidade das ONGs em Gana continua a evoluir. As ONGs atuam virtualmente em todos os setores da economia e estão distribuídas nas dez regiões do país. As ONGs em Gana não enfrentam dificuldades maiores a nível local ou nacional durante

seu registro ou no início de seu estabelecimento. Os dados do departamento de proteção social indicam que existem 4.772 ONGs registradas em Gana, o que indica um leve aumento em relação ao ano anterior. O ano passado foi marcado por uma forte melhoria na comunicação entre o governo e as ONGs. Estas últimas desempenharam um papel importante no desenvolvimento de várias políticas significativas, como a lei sobre organizações sem fins lucrativos (Non-Profit Organizations Bill) e o Programa de Ação de Gana para crescimento e desenvolvimento compartilhados (GSGDA) (2010-2013), o quadro de desenvolvimento de médio prazo do governo ganense. A maior parte do financiamento das ONGs ainda provém de doadores estrangeiros. Sob a influência da crise financeira mundial, vários programas de doadores estrangeiros sofreram cortes ou foram completamente abandonados. Mesmo que o Estado e o setor privado reconheçam o papel único das ONGs, eles fornecem pouco financiamento direto ao setor. Através de suas atividades de advocacy, as ONGs - especialmente as organizações de pesquisa e advocacy (ORP) e os 4.3 4.7 3.8 3.9 5.6 3.9 3.9 4.3 1 3 5 7 Perenidade Perenidade Perenidade Reforçada em Progressão Entravada Notas 2010: Gana Perenidade das ONGs Contexto Jurídico Capacidade Organizacional Viabilidade Financeira Advocacy Prestação de Serviços Infraestrutura Imagem Pública 4.3 4.3 1.0 3.0 5.0 7.0 Perenidade das ONGs em Gana

 grupos comunitários das áreas mineradoras – beneficiam de uma ampla cobertura midiática. Para melhorar os padrões e apoiar as operações, a Coalizão das Redes de ONGs de Gana (CONnet-Ghana) recentemente iniciou, por meio da Coalizão Ganense contra a Corrupção (GACC), um projeto para avaliar a capacidade e as operações das redes de ONGs do país. CONTEXTO JURÍDICO: 3,9 O regime jurídico das ONGs em Gana é favorável. A Constituição de 1992 garante os direitos civis e políticos, permitindo que as ONGs funcionem sem interferência do Estado, desde que suas atividades estejam em conformidade com as leis do país. Nenhuma lei específica regula as ONGs em Gana. Estas se registram no âmbito do Código das Sociedades de 1963 (Lei 179) como associações sem fins lucrativos limitadas por garantia, com seus membros atuando como garantidores. O número de ONGs registradas continua a aumentar à medida que os obstáculos administrativos do processo de registro se reduzem por meio de iniciativas como a descentralização dos escritórios de registro, que começou em 2010 e permite que organizações fora da capital se registrem localmente. As ONGs ganenses denunciam o Trust Bill proposto pelo governo nos últimos dez anos. O governo de fato elaborou este texto de lei para regular as atividades das ONGs, bem como as relações entre as ONGs, o Estado e a comunidade de doadores. As ONGs trabalharam arduamente para advogar por um novo texto de lei por meio do Grupo Consultivo Nacional (NCG), um fórum que inclui representantes de diversas ONGs, o Estado e seus parceiros de desenvolvimento. Em relação às mudanças, o NCG pediu a separação da legislação relativa às ONGs do Trust Bill, considerando as diferentes necessidades desses dois tipos de entidades. O NCG trabalhou com renomados juristas em 2010 para produzir um projeto de lei relativo às organizações sem fins lucrativos. Este projeto de lei está atualmente em fase de finalização no departamento do procurador geral. As ONGs não têm dificuldades com o Estado, a menos que infrinjam as leis do país. Em 2010, por exemplo, algumas ONGs que infringiram leis relacionadas à guarda de crianças foram rigorosamente inspecionadas. Se as ONGs podem contratar advogados para aconselhá-las sobre o Código das Sociedades, os juristas ou organismos especializados em assistência jurídica às ONGs são raros. A eventual adoção de uma lei sobre as OSBL deve abrir caminho para os juristas especializados. As ONGs são elegíveis para isenções fiscais, mas os procedimentos de solicitação são longos e trabalhosos. As ONGs não são impedidas de gerar receita e também podem licitar contratos do Estado em níveis local e nacional. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 3,9 As ONGs em Gana geralmente definem sua

missão descrevendo suas atividades e grupos constitutivos. As grandes ONGs, frequentemente localizadas em áreas urbanas, conseguem seguir mais fielmente suas missões. Essas organizações podem ter planos estratégicos de longo prazo, mas são incapazes de implementá-los devido a restrições financeiras. Por outro lado, as ONGs menores tendem a encontrar fontes de financiamento sem se preocupar com o cumprimento dos objetivos que estabeleceram. Para atender às condições de registro, mesmo as ONGs de pequeno porte se dotaram de estruturas de gestão, como conselhos de administração, com uma definição de papéis claramente estabelecida em seus estatutos. No entanto, a extensão da influência do conselho sobre o planejamento e funcionamento a longo prazo da 4.0 3.9 1.0 3.0 5.0 7.0 Contexto Jurídico em Gana

GHANA 61 A maioria das organizações é mínima. A maioria dos conselhos não se reúne regularmente e, portanto, não está em condições de exercer adequadamente suas atividades de monitoramento. Apenas as grandes ONGs conseguem empregar pessoal permanente. A maioria das ONGs contrata seu pessoal por meio de contratos de curto prazo. Está se tornando cada vez mais difícil para as ONGs, grandes e pequenas, manter um pessoal permanente devido à falta de financiamento a longo prazo para suas atividades. O voluntariado, que geralmente fornecia uma grande parte do pessoal necessário para implementar essas atividades, particularmente em nível local, está em declínio devido à mobilidade profissional e geográfica e à queda geral da ética de trabalho em todo o país. As ONGs menores não dispõem de escritórios bem equipados, mas o advento dos modems móveis Internet permitiu que muitas delas acessassem regularmente a Internet. Algumas ONGs dependem de empresas comerciais para o uso de fax e scanners. VIABILIDADE FINANCEIRA: 5,6 A situação financeira de várias ONGs se enfraqueceu no ano passado. Os doadores estrangeiros continuam sendo a principal fonte de financiamento das ONGs ghanesas. A crise financeira global reduziu os fundos disponíveis junto aos doadores estrangeiros, com vários doadores fiéis encerrando seu financiamento este ano. O projeto da Iniciativa 'Direito de Falar' (RAVI) financiada pelo DFID, que forneceu fundos a muitas pequenas ONGs, terminou em 2010, assim como o Programa ghanês de pesquisa e advocacy (G-RAP) financiado por vários doadores, que forneceu financiamento básico às ONGs, incluindo organizações de arte regional. A perda dessas fontes de financiamento teve um efeito prejudicial na sustentabilidade organizacional. As organizações menores que dependem de subsídios de curto prazo ou anuais para implementar suas atividades foram as mais afetadas. Um punhado de novos programas, no entanto, preenche algumas dessas lacunas. Espera-se que a criação da Autoridade de Desenvolvimento Acelerado da Savannah (SADA) para desenvolver a parte norte do país traga algum apoio do Estado às atividades das ONGs, especialmente atividades de sensibilização junto às populações para promover a participação, bem como a responsabilização social e o monitoramento da implementação do projeto. O programa Mwanachi, um componente do Fundo de Transparência Governamental (GTF) do DFID, financia ONGs de pequeno porte para permitir que realizem atividades visando fortalecer o engajamento dos cidadãos na governança e no desenvolvimento. O sucessor do G-RAP – Fortalecer a Transparência, a Responsabilidade e a Reatividade (STAR) em Gana – não estava plenamente operacional em 2010 e, portanto, não fez grandes desembolsos para as atividades das ONGs. Espera-se que comece a liberar fundos em 2011. O Estado não fornece ajuda financeira às ONGs. As empresas locais e multinacionais estão se envolvendo ativamente na responsabilidade social corporativa (RSC), mesmo que ofereçam apenas um apoio direto limitado às ONGs. As empresas de telecomunicações começaram a criar fundações, das quais algumas oferecem subsídios a CBOs focadas em educação e saúde. A filantropia individual 3.9 3.9 1.0 3.0 5.0 7.0 Capacidade Organizacional em Gana 5.5 5.6 1.0 3.0 5.0 7.0 Viabilidade Financeira em Gana

62 ÍNDICE 2010 DE SUSTENTABILIDADE DAS ONGs DA ÁFRICA SUBSAARIANA ainda não existe, além de algum apoio técnico ou profissional fornecido por amigos ou pessoas próximas. As ONGs podem gerar receitas a partir de consultorias e outros serviços prestados ao Estado e ao setor de empresas; no entanto, essas oportunidades geralmente são realistas apenas para as grandes ONGs com maiores capacidades técnicas, como as RAOs. Redes e coalizões geralmente exigem contribuições de seus membros, mas a arrecadação – especialmente pelas ONGs de pequeno porte - continua sendo problemática. A redução do financiamento obrigou tanto as grandes quanto as pequenas ONGs a implementar práticas de gestão financeira prudentes. As ONGs estão, de fato, cada vez mais atentas e evitam atividades duplicadas, aprofundam a colaboração com a mídia para reduzir o custo da publicidade e iniciam alguns programas de recuperação de custos, como a venda de publicações. ADVOCACIA: 3,9 A comunicação entre o governo e as ONGs melhorou consideravelmente no ano passado, com uma cooperação sustentada em várias grande questões estratégicas tanto em nível nacional quanto local. Assim, por exemplo, um representante de ONG foi nomeado para o comitê de gestão do programa público de alimentação escolar. Várias ONGs trabalham juntas para revisar o Programa de Ação de Gana para a Crescimento e Desenvolvimento Compartilhado (GSGDA 2010- 2013), o quadro de desenvolvimento nacional de médio prazo. Em agosto de 2010, as ONGs apresentaram um estudo de dezessete páginas das seções temáticas do GSGDA; a maioria de suas recomendações foi incluída no documento final. A plataforma das OSC sobre o petróleo e gás realizou ações sustentadas de lobby e advocacy ao longo do ano, revisando a Lei de Gestão de Receitas de Petróleo e contribuindo de maneira substancial. A coalizão Direito à Informação (RTI) continuou a advogar pela adoção da lei sobre o direito à informação. As ONGs, tanto em áreas urbanas quanto rurais, participaram das consultas públicas sobre a constituição e a descentralização que ocorreram ao longo do ano para coletar a opinião dos cidadãos. Além disso, como mencionado anteriormente, as ONGs participaram no âmbito do NCG na elaboração do projeto de lei NPO, que foi submetido ao departamento do procurador geral. As ONGs continuam a pressionar ativamente o departamento para que envie o projeto de lei ao gabinete para exame. A colaboração entre o Parlamento e as ONGs foi central nos debates sobre várias propostas de leis, como a proposta de lei relativa à gestão das receitas do petróleo e a SADA. FORNECIMENTO DE SERVIÇOS: 3,8 As ONGs ganesas fornecem bens e serviços úteis em todos os setores. Em 2010, as ONGs desempenharam um papel crucial em responder a desastres naturais. Elas forneceram ajuda vital às populações afetadas por inundações em Ashaiman na região de Grande Accra e Agona Swedru na região central em junho de 2010. A mídia e as organizações religiosas foram centrais na mobilização de recursos para as vítimas. As ONGs continuam também a colaborar com as autoridades locais para 4.0 3.9 1.0 3.0 5.0 7.0 Advocacia em Gana 3.8 3.8 1.0 3.0 5.0 7.0 Fornecimento de Serviços em Gana

 fornecer acesso à água para comunidades não atendidas pelo Estado com infraestrutura de distribuição de água. Os produtos das ONGs, como publicações, são normalmente amplamente comercializados. As publicações são geralmente vendidas a preço de custo ou a um preço inferior ao custo, exceto em raros casos em que a demanda pelo produto supera a produção inicial. Além disso, os serviços de expertise do pessoal das ONGs em elaboração de políticas e fortalecimento de capacidades são muito procurados pelo Estado e pelo setor privado. INFRAESTRUTURA: 4,7 As ONGs têm acesso a alguns centros de recursos, principalmente em Acra, que são dirigidos por financiadores multilaterais. O Centro de Recursos da Sociedade Civil do PNUD e o centro de informação pública do Banco Mundial são os mais conhecidos, embora o primeiro tenha cessado de funcionar este ano devido a cortes

orçamentários. As organizações de arte regional estão abrindo cada vez mais bibliotecas, enquanto continuam a oferecer acesso à Internet. Algumas organizações redistribuem os fundos dos donantes internacionais, embora raramente, para atender às necessidades e projetos identificados localmente. As coalizões e as organizações de cúpula reúnem ONGs que trabalham pelas mesmas causas, principalmente para iniciativas específicas de advocacy. Devido à falta de um financiamento estável a longo prazo, essas coalizões lutam para funcionar de maneira sustentável, o que significa que a troca contínua de informações é limitada. O CONnet-Gana, que inclui vinte e uma redes e coalizões, visa fortalecer a eficácia da sociedade civil em Gana, desenvolvendo as capacidades das redes membros. Por meio do GACC, o CONnet avaliou a adesão das redes membros a certos princípios e referências, como a responsabilização, a eficácia e as operações. As redes participantes concordaram em passar por uma avaliação anual para avaliar sua melhoria. Programas de formação foram elaborados para fortalecer as capacidades das ONGs, incluindo programas de gestão de projetos oferecidos em nível universitário. Além disso, consultorias e OSCs desenvolveram programas de formação privados facilitados por formadores locais. O Instituto da Sociedade Civil da África Ocidental (WACSI) organizou, por exemplo, no início do ano, cursos para atores da sociedade civil sobre gestão de ONGs, captação de recursos e gestão de projetos. As ONGs trabalham em parceria com a mídia e o setor privado em várias questões. Por exemplo, o GACC envolveu a Câmara Ghanense de Minas, a Associação das Indústrias de Gana (AGI) e alguns grupos de mídia na luta contra a corrupção nos setores público e privado da economia. IMAGEM PÚBLICA: 4,3 A imagem das ONGs em Gana é geralmente boa. As ONGs recebem ampla cobertura da mídia sobre suas atividades, tanto em nível local quanto nacional. A proliferação de estações de rádio FM em Gana também ajudou a aumentar a cobertura das atividades das ONGs em línguas locais. No entanto, a ênfase dada pela mídia, especialmente pelas estações de rádio FM, nas atividades dos partidos políticos reduz o espaço midiático das ONGs. Em várias ocasiões, a associação dos jornalistas de Gana e a 4.7 4.7 1.0 3.0 5.0 7.0 Infraestrutura em Gana 4.3 4.3 1.0 3.0 5.0 7.0 Imagem Pública em Gana

-- 75 de 162 --

64 ÍNDICE 2010 DE SUSTENTABILIDADE DAS ONGs DA ÁFRICA SUBSAARIANA Comissão Nacional de Mídia criticaram os profissionais da mídia por não terem conseguido considerar questões de desenvolvimento em suas reportagens. As comunidades geralmente se unem em torno das ONGs envolvidas na prestação de serviços sociais. Mesmo que o Estado e o setor empresarial tenham uma opinião positiva sobre as ONGs e consultem think tanks sobre muitas questões relevantes, geralmente não estão dispostos a financiá-las. As ONGs maiores situadas em áreas urbanas publicam seus relatórios anuais. As ONGs já haviam feito tentativas para melhorar seu desempenho por meio de um órgão independente chamado Comissão de Normas que examinou as normas das ONGs, mas essa iniciativa não está mais ativa devido a problemas financeiros e organizacionais. Embora o GACC realize avaliações por pares das redes de ONGs sob a égide do CONnet-Gana, não há um código de ética reconhecido para as ONGs individuais.

-- 76 de 162 --

GUINÉIA 65 GUINÉIA Capital: Conacri Regime político: República População: 10.601.009 (est. julho 2011) PIB per capita (PPA): 1.000 $ (est. 2010) Índice de desenvolvimento humano: 178 (2011) PERPETUAÇÃO DAS ONGs: 5,5 Em 2010, a classe política guineense se comprometeu em uma série de diálogos visando sair da crise política nascida da tomada de poder pelo exército em dezembro de 2008. Ao final de intensas negociações, as partes envolvidas concluíram acordos para uma transição democrática, abrindo caminho para a eleição de Alpha Condé como presidente da República em 7 de novembro de 2010. Os preparativos para a eleições presidenciais dominaram o ano. O ano de 2010 foi marcado por uma tentativa de retorno dos

parceiros de desenvolvimento que haviam deixado o país após o golpe de Estado. A maioria dos doadores financiou apenas atividades relacionadas à eleição presidencial, o que provocou uma corrida das ONGs para projetos de mobilização de eleitores e de observação do pleito presidencial. O foco foi na efetiva participação de jovens e mulheres no processo eleitoral. Os fundos dos doadores também permitiram que as ONGs de defesa dos direitos humanos investigassem as graves violações dos direitos humanos ocorridas ao longo do processo eleitoral. Essas atividades foram amplamente implementadas no âmbito de consórcios, dos quais os mais ativos são o Conselho Nacional das Organizações da Sociedade Civil guineense (CNOSCG), a Coalizão para a Observação das eleições por nacionais (CODE) e a coalizão das organizações de direitos humanos (CODDH). 4.9 5.7 5.1 5.5 6.3 5.8 5.5 5.5 1 3 5 7 Perpetuação Perpetuação Perpetuação Reforçada en Progressão Entravada Notas 2010: Guiné Perpetuação das ONGs Contexto Jurídico Capacidade Organizacional Viabilidade Financeira Advocacy Fornecimento de Serviços Infraestrutura Imagem Pública 5.6 5.5 1.0 3.0 5.0 7.0 Perpetuação das ONGs na Guiné

 É difícil fazer a contagem exata das ONGs na Guiné, uma vez que o registro pode se desenrolar em nível de prefeitura, regional ou nacional. Em 2009, o Serviço Nacional de Assistência à Coordenação das Cooperativas e das ONGs (SACCO) relatou que havia registrado 125 ONGs internacionais, 555 ONGs nacionais e 1.257 coalizões. Mas menos de 30% delas são estimadas como sendo verdadeiramente operacionais. A retirada dos parceiros de desenvolvimento nos últimos anos reduziu consideravelmente as recursos financeiros à disposição das ONGs, impedindo-as de melhorar sua infraestrutura ou de reforçar sua capacidade organizacional. No entanto, a escassez de recursos também levou as ONGs guineenses a formar consórcios para realizar ações de advocacy em favor de um retorno rápido à ordem constitucional, o que resultou em uma melhoria significativa de sua imagem pública. Se a perpetuação das ONGs pouco evoluiu em 2010, o setor associativo está hoje otimista em relação às suas perspectivas futuras após a eleição do primeiro presidente democraticamente eleito, o retorno gradual dos parceiros tradicionais de desenvolvimento e o crescente interesse internacional pelo país. CONTEXTO JURÍDICO: 5,5 Desde 2005, duas leis, a lei L2005/013/AN e a lei L2005/014/AN, regem o funcionamento das associações, cooperativas, grupos, redes e plataformas. As ONGs têm a possibilidade de se registrar em nível de subprefeitura, de prefeitura, de região ou em nível nacional. O SACCO, uma instituição pública autônoma criada pelo Estado para coordenar e apoiar as ONGs, continua a ser responsável pela certificação das ONGs. Essa certificação pode ser obtida mediante o simples pagamento de uma taxa; nenhum mecanismo de controle foi implementado para verificar os antecedentes dos fundadores de ONGs. A ausência de disposições jurídicas precisas fixando os custos de registro é problemática. As ONGs não sendo a prioridade do governo de transição, o SACCO e suas filiais locais são pouco controlados, o que às vezes resultou em abusos de autoridade e na fixação arbitrária das tarifas de registro das ONGs. A lei define claramente o dispositivo operacional normal das ONGs, como a gestão interna, o campo de atividades, obrigações de apresentar relatórios financeiros e de se submeter a auditorias internas e externas. No entanto, o nível de aplicação dessas disposições permanece baixo. As poucas ONGs que respeitam essas disposições legais geralmente o fazem sob a pressão de seus parceiros e doadores estrangeiros. As ONGs são geralmente livres para expressar críticas públicas sobre questões de políticas setoriais em matéria de desenvolvimento. Em 2010, o governo de transição, cuja missão era essencialmente organizar a eleição presidencial, estava pouco inclinado a restringir a liberdade de expressão das ONGs. A presença de atores da sociedade civil dentro desse governo também contribuiu para reduzir as tensões com as ONGs. Alguns escritórios jurídicos na Guiné dominam as leis e regulamentos

relacionados às ONGs. Se as grandes ONGs às vezes recorrem a eles quando necessário, a maioria das ONGs não tem os recursos financeiros para acessar os serviços relacionados a consultas jurídicas. É importante ressaltar que os escritórios de advogados estão principalmente concentrados na capital, o que os torna amplamente inacessíveis às ONGs do interior do país. A lei de finanças oferece às ONGs a possibilidade de se beneficiarem de isenções fiscais, mas a maioria delas não consegue acessá-las devido à complexidade dos procedimentos, ao desconhecimento das 5.5 5.5 1.0 3.0 5.0 7.0 Contexto Jurídico na Guiné

-- 78 de 162 --

GUINÉIA 67 condições para obter essas isenções, mas também à corrupção dos agentes públicos encarregados disso. Não existe uma lei específica permitindo que as ONGs obtenham receitas de sua prestação de bens e serviços, mas não há, no entanto, nenhuma restrição a esse respeito. As ONGs que se envolvem em atividades generadoras de receita não enfrentam problemas jurídicos, mas devem reinvestir suas receitas em suas atividades. O Estado raramente convida as ONGs a licitar contratos públicos. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 5,8 O número de ONGs guineenses que recorrem à planejamento estratégico ou definem missões claras para guiar seu trabalho é menor. As ONGs desconhecem essas práticas, não possuem recursos humanos qualificados nessa área e não têm os recursos financeiros para contratar consultores para orientá-las nesse processo. Algumas ONGs guineenses estabelecem grupos de apoio que servem como comitês de gestão no âmbito de projetos específicos. Se os textos legislativos são categóricos sobre o dispositivo organizacional das ONGs, o mau funcionamento dessas estruturas é notório na prática. Muitas organizações confundem de fato os papéis de governança e de gestão, transgredindo as disposições regulamentares. Na maioria dos casos, o presidente, seu adjunto e o tesoureiro tomam todas as decisões que afetam a organização. Os outros membros do escritório são frequentemente marginalizados e pouco informados. As assembleias gerais são raramente realizadas, o que deixa os membros marginalizados com poucas oportunidades de sancionar a equipe dirigente. Quando a assembleia geral é realizada, o presidente da ONG muitas vezes compra antecipadamente o silêncio dos membros marginalizados. Estes geralmente não opõem resistência à pressão do presidente, que muitas vezes também é o fundador da ONG e que eles consideram como o “proprietário” da organização. As ONGs guineenses não possuem planos de emprego ou políticas de recursos humanos. Em geral, a gestão das ONGs está sujeita nesse aspecto às regras do doador que financia seu programa ou projeto. O voluntariado constitui a força motriz do funcionamento da maioria das ONGs guineenses. Isso permite certamente que muitos grupos funcionem, mas também exacerba a má qualidade dos serviços, sendo pouco provável que os voluntários tenham as mesmas competências que um pessoal permanente ou sejam capazes de se comprometer a longo prazo com uma organização. A insuficiência da cobertura elétrica e do acesso à Internet em grande parte do país, assim como a fraqueza dos recursos financeiros, dificultam a capacidade das ONGs de adquirir e usar corretamente as tecnologias da informação e da comunicação. VIABILIDADE FINANCEIRA: 6,3 A maioria das ONGs guineenses depende dos doadores estrangeiros. Em 2009, a maioria dos doadores estrangeiros e parceiros se retirou da Guiné para protestar contra a tomada de poder pela junta militar. Todas as embaixadas ocidentais congelaram sua cooperação com o país, e por medo de violência, some embaixadas retiraram seu pessoal não essencial do país. O embargo econômico limitou tanto a 5.8 5.8 1.0 3.0 5.0 7.0 Capacidade Organizacional na Guiné 6.2 6.3 1.0 3.0 5.0 7.0 Viabilidade Financeira na Guiné

-- 79 de 162 --

68 ÍNDICE 2010 DE PERENIZAÇÃO DAS ONG DA ÁFRICA SUBSAARIANA diversificação das fontes de financiamento e os montantes alocados pelos diferentes parceiros bilaterais e multilaterais e

dificultou a perenização das ONG a curto prazo. Em 2010, os doadores iniciaram um retorno tímido a Guiné, sem, no entanto, retomar o nível de apoio que concediam anteriormente às ONG. As comunidades participam e contribuem para a realização de microprojetos. Alguns doadores exigem uma contribuição das comunidades, que pode ser fornecida em espécie e varia de 5 a 10% do custo total do projeto. O Programa de apoio aos coletivos rurais (PACV) financiado pelo Banco Mundial, que apoia o investimento a nível das comunidades locais, exige 8% do orçamento total do projeto como participação comunitária. As contribuições dos membros são bastante raras e não são suficientes para cobrir as despesas administrativas da maioria das ONG. Poucas ONG guineenses possuem um número significativo de membros simpatizantes capazes de oferecer apoio de natureza voluntária ou filantrópica às ONG que, geralmente, não dispõem de nenhuma estratégia de comunicação destinada a alcançar potenciais novos membros. Um pequeno grupo de ONG é capaz de gerar alguma receita fornecendo serviços profissionais em nome do Estado e das empresas locais, o que ajuda a garantir sua viabilidade. As empresas mineradoras pagam ONG para ajudar as comunidades locais das áreas mineradoras a elaborar seu plano de desenvolvimento local e a realizar campanhas de conscientização e implementar projetos visando promover relações pacíficas entre as empresas mineradoras e as comunidades locais. Uma ONG, por exemplo, recebeu financiamento de uma empresa mineradora para colocar sentinelas em cada ponto de passagem do trem que transporta o minério para o porto de Conacri, a fim de reduzir o número de acidentes. A maioria das ONG é incapaz de atender aos padrões básicos de governança financeira, como a realização de auditorias financeiras independentes e a publicação de relatórios anuais e demonstrações financeiras. ADVOCACIA: 5,5 No meio da década de 80, o Estado guineense criou um estabelecimento público de caráter autônomo, o SACCO, para assegurar a coordenação e o acompanhamento das ONG em seu funcionamento. O SACCO também deveria ajudar o governo a entender melhor o setor. Mas, infelizmente, não possui uma política coerente nem um mecanismo para promover efetivamente as ONG. Em 2010, as ONG estavam no centro da luta pelo retorno à ordem constitucional e, consequentemente, tiveram um grande impacto sobre o Estado. Em particular, o CNOSCG estava à frente da plataforma que pressionou a junta militar para que se retirasse, o que levou à criação dos órgãos de transição, incluindo o governo e o Conselho Nacional de Transição (CNT), assim como as eleições de novembro. Os membros do CNOSCG também serviram como delegados nos órgãos de transição. Graças aos dispositivos de observação das eleições implementados pelas ONG, a eleição presidencial ocorreu com transparência. Os resultados divulgados pelas ONG foram quase idênticos aos anunciados pela Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI). Assim, os atores políticos abandonaram qualquer intenção de contestar os resultados do pleito presidencial. Em alguns casos, as redes de ONG trabalham com o Estado para desenvolver políticas públicas. Por exemplo, em 2010, a Coalizão Nacional da Guiné para os Direitos e a Cidadania das Mulheres (CONAG-DCF) realizou intensas ações de advocacia e influenciou a elaboração do Código da Família e sua adoção, 5.7 5.5 1.0 3.0 5.0 7.0 Advocacia na Guiné

 durante a qual a Coordenação das ONG Femininas da Guiné (COFEG) pressionou para aumentar o papel das mulheres nas instâncias de decisão. Essas duas redes participam cada vez mais da formulação e implementação de políticas públicas relativas à questão da mulher. Fortes dessa posição de força, as ONG pressionaram o Estado, que permitiu o fim da transição organizando eleições legislativas e locais para acelerar o retorno dos parceiros ao desenvolvimento que apoiam as ações que elas realizam. As ONG também exerceram pressões direcionadas sobre o Estado para melhorar o status das ONG. Assim, por exemplo, graças a essa advocacia, algumas categorias de ONG são hoje reconhecidas como organizações de interesse público e são elegíveis para apoio financeiro do Estado. FORNECIMENTO DE SERVIÇOS: 5,1 A

maioria das ONG guineenses fornece serviços para ajudar as comunidades a implementar suas prioridades de desenvolvimento. As ONG atuam na comunicação voltada para a mudança de comportamentos, atividades geradoras de renda, microcrédito, realização de infraestruturas básicas e prestação de serviços sociais. Elas também organizaram amplos programas de formação em cidadania e observação das eleições em 2010. Mas, apesar dessa ampla gama de serviços e produtos, as ONG guineenses ainda carecem de profissionalismo, o que compromete a qualidade e a eficácia das prestações realizadas. Graças ao Programa de apoio às comunidades rurais do Banco Mundial (PACV), as comunidades rurais guineenses estão todas dotadas de um plano de desenvolvimento local (PDL) que identifica as prioridades locais. Algumas ONG e associações implementam atividades que não se inserem nos PDLs municipais; mas esse tipo de intervenção está fadado ao fracasso na maioria dos casos. A capacidade das ONG guineenses em pesquisa e estudos é fraca. Elas enfrentam dificuldades para divulgar suas publicações e diferentes produtos junto a outras ONG, mas também junto às universidades e ao governo. O Estado guineense praticamente não atribui contratos diretos às ONG. As ONG especializadas às vezes conseguem obter contratos, mesmo que muitas vezes sejam obrigadas a pagar quantias indevidas a agentes corruptos para ganhar as licitações. Além disso, os parceiros de desenvolvimento frequentemente exigem que o Estado conceda contratos de prestação de serviços às ONG, mais frequentemente na área da construção de infraestruturas escolares, onde os doadores exigem que o Estado assine contratos com as ONG para supervisionar os trabalhos executados pelas empresas que eles contratam. A inflação e a instabilidade do mercado, no entanto, complicam os esforços das ONG para gerar receitas. INFRAESTRUTURA: 5,7 Em teoria, o SACCO e seus escritórios em todo o país deveriam agir como organizações de apoio intermediário e centros de recursos. Mas, infelizmente, devido à falta de recursos financeiros, o SACCO não é mais capaz de desempenhar eficazmente seu papel desde a saída de seus parceiros italianos de desenvolvimento no meio da década de 90. Em consequência, as ONG geralmente não têm acesso suficiente a formação e à informação. Desde 2007, o PNUD disponibiliza às associações de jovens centros de informação de proximidade (PIC) para ajudá-los a reforçar suas capacidades. Os PIC oferecem formações que abordam, entre outras, a 5.1 5.1 1.0 3.0 5.0 7.0 Fornecimento de Serviços na Guiné

 comunicação e gestão de projetos, técnicas de mobilização social, planejamento estratégico e operacional e acompanhamento e avaliação de projetos. Infelizmente, esses centros estão disponíveis até o momento apenas em Conacri e em outras grandes cidades e, portanto, só apoiam um número muito limitado de grupos de jovens. As ONG compartilham informações dentro de diferentes redes. No entanto, não existe nenhuma plataforma operacional para uma troca unificada de informações em todo o setor como um todo. O CNOSCG continua a exercer, em certa medida, seu papel de federador das ONG. No entanto, por sua posição de força de vigilância, essa organização dedica bastante tempo a realizar atividades de advocacia e lobby para melhorar a vida dos cidadãos. Em 2010, o CNOSCG se destacou por suas implicações na transição e nas eleições presidenciais, chegando até a delagar alguns de seus membros para ocupar cargos no governo e no CNT, este último desempenhando temporariamente o papel de assembleia nacional. A presença do CNOSCG no governo foi interpretada pelos atores da sociedade civil de várias maneiras, mas a maioria não a apreciou. Assim, as ONG na Guiné não têm mais comitê ou organismo por meio do qual possam defender seus interesses. Algumas redes de ONG, assim como algumas empresas privadas, oferecem formações às ONG. No entanto, a qualidade e o conteúdo dessas formações não são regulamentados nem monitorados. Algumas formações fornecidas por empresas e consultores independentes não atendem às necessidades dos beneficiários. A Guiné não possui uma instituição capaz de oferecer formações especializadas e

avançadas em áreas como gestão estratégica, contabilidade, gestão financeira, captação de recursos, técnicas de gestão voluntária ou a criação de conselhos de administração. Nenhum progresso foi registrado nesse campo em 2010. As organizações de apoio e as fundações comunitárias redistribuem às ONG locais os fundos dos doadores estrangeiros para atender às necessidades identificadas a nível local. Em geral, as ONG que atuam em setores específicos sentem a necessidade de estabelecer uma parceria com os departamentos públicos envolvidos. As parcerias entre ONG e empresas são pouco frequentes. Apesar da fraqueza das parcerias intersetoriais, há um ressurgimento de interesse nos últimos anos por parte das ONG, empresas, governo e mídia em formar redes para alcançar objetivos comuns. IMAGEM PÚBLICA: 4,9 Em geral, as ONG recebem uma boa cobertura midiática a nível local e nacional. As ONG costumam pagar tarifas reduzidas para divulgar suas atividades. A imprensa, em sua grande maioria, tem uma percepção positiva do papel desempenhado pelas ONG no processo de desenvolvimento socioeconômico. A população guineense continua a ter uma impressão muito boa do papel das ONG, como mostra a ativa participação das comunidades locais na implementação dos projetos. O Estado e a maioria das empresas também têm uma opinião positiva sobre as ONG, especialmente aquelas que desenvolvem uma expertise e oferecem serviços na área solicitada. Cada vez mais empresas recorrem às ONG para mobilização social, campanhas de conscientização e proteção do meio ambiente. 5.7 5.7 1.0 3.0 5.0 7.0 Infraestrutura na Guiné 4.9 4.9 1.0 3.0 5.0 7.0 Imagem Pública na Guiné

GUINÉ 71 Apenas algumas ONG guineenses utilizam ferramentas de gestão que favorecem a transparência de suas atividades. As ONG guineenses ainda não possuem um código de desenvolvimento. Se algumas delas submetem demonstrações financeiras e relatórios de atividades a seus doadores e parceiros, a publicação de relatórios anuais ainda não é uma prática comum entre as ONG da República da Guiné.

72 ÍNDICE 2010 DE PERENIZAÇÃO DAS ONG DA ÁFRICA SUBSAARIANA QUÊNIA Capital: Nairóbi Regime político: República População: 41.070.934 (est. julho 2011) PIB per capita (PPA): 1.600 $ (est. 2010) Índice de desenvolvimento humano: 143 (2011) PERENIZAÇÃO DAS ONG: 4,0 O ano de 2010 foi o início de uma nova era para o Quênia. Após a eleição presidencial contestada de dezembro de 2007 e a violência que se seguiu, os atores internacionais e locais pressionaram o governo para que revisasse a constituição. A nova constituição foi promulgada em 27 de agosto de 2010. Ela estabelece um sólido quadro legal e institucional promovendo a boa governança, os direitos humanos, o estado de direito, a segurança para todos. Além disso, o fato de enfatizar a liberdade de associação fornece à sociedade civil uma base jurídica sólida para operar. A implementação da nova constituição é hoje fundamental para garantir a estabilidade política, social e econômica do país. A constituição convoca a participação pública na formulação de leis e políticas para que os direitos que ela garante possam ser realizados. O termo organização da sociedade civil (OSC) é generalmente utilizado no Quênia para se referir ao amplo espectro de organizações que atuam entre o indivíduo e o Estado e são criadas para promover os interesses de seus membros ou o interesse público. O termo ONG refere-se especificamente às 6.000 entidades nacionais e internacionais de interesse público que estão registradas pelo Conselho de Coordenação das ONG (NGO Board). Embora as ONG constituam apenas uma pequena parte do setor das OSC, elas são as mais visíveis. Entre os outros tipos de OSC estão as organizações de base 4.3 3.7 3.4 3.5 4.8 3.9 4.1 4.0 1 3 5 7 Perenização Perenização Perenização Reforçada en Progressão Obstaculizada Notas 2010: Quênia Perenização das ONG Contexto Jurídico Capacidade Organizacional Viabilidade Financeira Advocacy Prestação de Serviços Infraestrutura Imagem Pública 4.1 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Perenização das ONG no Quênia

QUÊNIA 73 comunitária (OBC), que são mais de 300.000, as sociedades (32.000), as sociedades de responsabilidade limitada sem fins lucrativos por garantia e os trusts. CONTEXTO JURÍDICO: 4,1 A nova constituição queniana é a realização mais significativa das OSC na história recente. Ela estabelece as bases para uma reforma legislativa e institucional holística e um ambiente mais favorável para as OSC e garante a liberdade de associação. No Quênia, as OSC têm a opção de se registrar como ONG, sociedades de responsabilidade limitada por garantia, trusts (sob a lei de sucessões), organizações de base comunitária (como grupos de solidariedade e grupos de mulheres ou jovens) ou sociedades. A constituição deixa espaço suficiente para as ONG prosperarem mesmo sem necessidade de registro, proíbe a recusa de registro por motivos não razoáveis e protege as ONG da dissolução arbitrária. As organizações que atuam em interesse público se registram como ONG de acordo com a lei de coordenação das ONG de 1990. As ONG se registram no Conselho das ONG, um órgão público encarregado também de coordenar e facilitar seu trabalho. Em teoria, o registro das ONG é relativamente fácil. Mas na prática, pode ser muito demorado. As leis não estabelecem prazos nos quais as autoridades devem responder a um pedido de registro. Além disso, o registro requer um processo de aprovação, que geralmente é realizado pela agência de segurança nacional e pode demorar bastante. A aprovação visa verificar a integridade das pessoas que criam a ONG e que os requerentes não representam uma ameaça à segurança nacional. O Conselho das ONG interveio em alguns casos onde o processo de aprovação durou mais de seis meses. Entre os outros obstáculos para o registro está a necessidade de expertise jurídica em matéria de elaboração de estatutos. Ao contrário de 2009, as ONG de advocacy não enfrentam mais obstáculos de registro relacionados ao seu campo de atuação. As OSC que optam por se registrar como trusts ou sociedades de responsabilidade limitada por garantia estão sujeitas a taxas de registro bastante elevadas. A lei e as regulamentações relacionadas às ONG fornecem orientações gerais sobre temas como gestão interna e relatórios anuais e financeiros. As ONG são livres para estruturar seus sistemas de gestão e governança dentro das diretrizes legais. As ONG são obrigadas a publicar demonstrações financeiras em seus relatórios anuais. No entanto, devido a seus recursos humanos insuficientes e outras capacidades limitadas, o Conselho das ONG enfrenta dificuldades para aplicar essas regulamentações. As ONG são hoje amplamente livres para operar sem interferência do Estado. Mesmo os grupos de advocacy são, desde que atuem dentro da lei. As ONG podem, de fato, abordar livremente questões de debate público e criticar as ações do governo. Em alguns casos, a manifestação ou os protestos – mesmo que autorizados pela nova constituição – resultaram em prisões. Por exemplo, em 27 de agosto de 2010, imediatamente após a cerimônia de promulgação da nova constituição, dois homens foram presos enquanto protestavam contra o convite feito pelo governo ao presidente sudanês Omar al-Bashir. As pessoas presas foram acusadas e liberadas dentro de vinte e quatro horas. Em alguns casos, a administração provincial e as autoridades locais não conhecem os direitos das ONG e tentam impor restrições ilegais. Também há casos de interferência de políticos locais nas práticas de emprego das ONG. Por exemplo, as ONG – principalmente nas partes mais remotas do 4.5 4.1 1.0 3.0 5.0 7.0 Contexto Jurídico no Quênia

74 ÍNDICE 2010 DE PERENIZAÇÃO DAS ONG DA ÁFRICA SUBSAARIANA país – às vezes empregam pessoas não qualificadas que são parentes ou conhecidos de legisladores locais para evitar problemas em seu trabalho. Um número de juristas trabalha com o setor associativo, mas poucos escritórios são especializados na lei sobre ONG per se. Os juristas estão concentrados nas cidades, especialmente em Nairóbi. As doações para organizações sem fins lucrativos cujas atividades são de interesse público são dedutíveis do imposto. As ONG estão isentas do imposto

de renda proveniente de subsídios e atividades econômicas, bem como do IVA para a aquisição de bens e serviços relacionados à missão das ONG. No entanto, a isenção não é automática. Uma organização deve solicitar a isenção do imposto de renda a cada três anos e também sempre que necessário a isenção do IVA. As ONG reclamam que o processo de solicitação de isenções é longo e trabalhoso. Esses benefícios também não são amplamente divulgados. Se o Conselho das ONG compartilha informações sobre esses benefícios durante o processo de registro das ONG, o Registro de Empresas não disponibiliza as informações para as organizações que buscam se registrar como sociedades de responsabilidade limitada por garantia. Muitas ONG também temem a auditoria da Autoridade de Receita do Quênia (KRA), a agência nacional de coleta de receitas, que provavelmente ocorrerá se isenções fiscais forem concedidas a elas. A lei sobre imposto de renda permite que uma ONG ganhe receitas, que estão isentas de imposto se a receita provém de atividades realizadas no âmbito das missões e finalidades das ONG, realizadas pelos beneficiários das ONG ou se provém de aluguéis ou locação de terras. Em teoria, as ONG podem licitar para contratos do Estado. No entanto, elas não são muito competitivas e não existem disposições legais específicas a esse respeito. Um número de ONG licita para subsídios do Estado junto ao Ministério do Planejamento, ao Fundo de Desenvolvimento das Comunidades (CDTF), ao Fundo do Programa de Apoio às Microempresas (MESPT) e ao Fundo Global. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 3,9 A maioria, mas não todas as ONG, envolve seus grupos constituintes e grupos-alvo na concepção e na implementação de seus projetos e atividades. Aqueles que não o fazem geralmente carecem de legitimidade e não recebem apoio local suficiente. As ONG confessionais geralmente têm constituintes claramente identificados dispostos a dedicar voluntariamente tempo e recursos. Após um treinamento intensivo, muitas ONG disponibilizam planos estratégicos com missões, uma visão e objetivos estratégicos. No entanto, não está claro se o planejamento estratégico é percebido como importante ou simplesmente realizado para agradar aos financiadores e aos constituintes, uma vez que poucas ONG seguem seus planos, especialmente para a tomada de decisões do dia a dia. As ONG locais menores, as OBC e as organizações locais não registradas geralmente não dispõem de planejamento estratégico institucionalizado porque não têm recursos para contratar consultores com as qualificações necessárias. Muitas ONG locais também mudam suas missões para atender às oportunidades de financiamento. As ONG internacionais, que representam cerca de 25% das organizações registradas no Conselho das ONG, estão significativamente mais dispostas a aderir a suas missões. As grandes ONG tendem a ter estruturas de gestão mais claramente definidas e a separar as responsabilidades da direção e do conselho de administração. As organizações locais, por outro lado, não 3.9 3.9 1.0 3.0 5.0 7.0 Capacidade Organizacional no Quênia

 geralmente não possuem estruturas de gestão e governança bem definidas, a menos que seus financiadores exijam. No entanto, a maioria dessas pequenas organizações ainda tem líderes eleitos e é responsável perante seus membros. Embora algumas ONGs sejam bem geridas e elejam ou nomeiem frequentemente novos líderes, a má governança é problemática para todo o setor, tanto para ONGs internacionais quanto nacionais. A maioria dos órgãos de direção das ONGs não é independente, mas seus membros são selecionados pelos fundadores da organização. Enquanto as ONGs internacionais têm conselhos constituídos no exterior, a forma como esses órgãos de governança respondem às preocupações das comunidades locais levanta questões. O Conselho das ONGs exige que estas implementem certas estruturas de governança para poderem se registrar. Em 2010, foram emitidos avisos de infração a 65 ONGs, obrigando-as a criar conselhos permanentes e a separar os poderes entre seu conselho de administração e a direção. Esses avisos foram baseados em um controle dos estatutos das ONGs; o Conselho afirma que o número teria sido maior se o controle tivesse sido

baseado nas práticas reais. A maioria das ONGs tem dificuldades em reter pessoal permanente devido à falta de financiamento sustentado, bem como às restrições impostas pelos financiadores sobre o uso dos fundos das subvenções para despesas administrativas. Assim, a maioria das organizações emprega pessoal por um período que varia de um a três anos e não pode se dar ao luxo de oferecer remunerações competitivas. Muitas ONGs têm políticas de recursos humanos, embora não sejam frequentemente implementadas. Algumas grandes ONGs têm acesso regular a serviços profissionais, enquanto as ONGs menores contratam profissionais como informáticos e contadores conforme a necessidade. Muitas ONGs contratam voluntários. Algumas organizações dependem excessivamente de voluntários, pois não têm os fundos necessários para contratar funcionários permanentes. A cultura do voluntariado não está suficientemente estabelecida. As ONGs estão mais atualizadas em tecnologia do que o governo e algumas se permitem até o luxo de destinar fundos para a compra de equipamentos. Muitos financiadores são relutantes em financiar infraestruturas e restringem as possibilidades das ONGs de se modernizarem, impondo condições rigorosas quanto ao uso dos fundos. VIABILIDADE FINANCEIRA: 4,8 De acordo com os relatórios apresentados ao Conselho das ONGs, 88% da receita das ONGs registradas provém de fontes estrangeiras. A maioria das ONGs registradas é, de fato, dependente de um único financiador estrangeiro para a maior parte de seu financiamento, que tende a ser focado em um projeto. Mesmo que várias ONGs registradas gostariam de diversificar suas fontes de financiamento, elas têm dificuldades em fazê-lo devido a um contexto altamente competitivo. A situação é extremamente diferente para as organizações de membros, como associações profissionais, esportivas e de lazer, cooperativas e grupos de proteção social. A maioria dessas organizações gera receita cobrando pelos custos de seus serviços. 4.8 4.8 1.0 3.0 5.0 7.0 Viabilidade Financeira no Quênia

 As ONGs não investiram adequadamente na captação de recursos a nível local. De acordo com o Conselho das ONGs, apenas 12% das ONGs registradas arrecadam fundos localmente. Apenas 0,4% dos fundos recolhidos pelas ONGs registradas são contribuições comunitárias. Exceto pelas organizações confessionais, a maioria das ONGs não manteve grupos locais de simpatizantes que se identificam com suas causas ou missões. Os esforços das ONGs para arrecadar fundos nas comunidades onde atuam sofrem da percepção de que as ONGs são financeiramente sólidas e não são suficientemente responsáveis por suas ações. As ONGs também são vistas como organismos financiados do exterior com programas elaborados pelos doadores, ao contrário das organizações enraizadas localmente. Embora esforços sejam feitos para desenvolver o patrocínio local, as contribuições dessas fontes são negligenciáveis. No entanto, os quenianos estão dispostos a apoiar iniciativas que recebem ampla comunicação. As ONGs também se beneficiam da contribuição não financeira dos voluntários. Embora os quenianos possam fazer contribuições generosas para ações humanitárias divulgadas, raramente apoiam organizações de advocacy e governança. Apenas algumas ONGs registradas complementam suas receitas com a renda de ativos imobilizados e dos instrumentos financeiros, como estoques. De acordo com os relatórios de 2009/2010 apresentados ao Conselho das ONGs, apenas 1% dos ativos das ONGs são mantidos na forma de estoques. Apenas doze por cento das ONGs possuem terras ou edifícios. As ONGs raramente oferecem serviços em troca de honorários. Apenas as OBCs, associações profissionais e clubes obtêm uma grande parte de sua receita de seus membros; as contribuições dos associados das ONGs são geralmente insignificantes. O Estado atribui cada vez mais contratos de serviços às ONGs. A recente transferência de finanças e serviços a nível nacional oferece às ONGs novas oportunidades de competir por fundos públicos. O Estado também concede subvenções. Em 2010, os órgãos públicos concederam às ONGs quase 1,85 bilhão KES (cerca de 19,7 milhões de dólares) em subvenções. A lei exige que as ONGs

publiquem seus estados financeiros. Algumas ONGs, a maioria organizações internacionais, têm sistemas financeiros rigorosos e publicam relatórios. A prática é diferente para as ONGs menores, devido à falta de capacidades suficientes. A maioria das pequenas ONGs, especialmente aquelas das zonas rurais, não possui nem sistemas financeiros básicos nem registros. Em alguns casos, as ONGs são forçadas pelos financiadores a implementar sistemas financeiros. As ONGs nem sempre operam de maneira transparente. Mesmo quando possuem sistemas financeiros, a vontade das ONGs de serem transparentes é limitada. Por exemplo, algumas ONGs internacionais não realizam auditorias locais. As contribuições de auditoria nem sempre atendem aos padrões básicos, o que levanta questões sobre a competência ou integridade dos auditores. No entanto, o setor melhorou consideravelmente nesse aspecto como um todo. ADVOCACIA: 3,5 A colaboração entre o Estado e as ONGs geralmente é de natureza ad hoc. No entanto, há exemplos de colaboração bem-sucedida tanto em nível nacional quanto local. As ONGs focadas em governança e na implementação da nova constituição trabalham em estreita colaboração com os tomadores de decisão para advogar por leis mais favoráveis. Durante o primeiro semestre de 2010, as OSCs 3.8 3.5 1.0 3.0 5.0 7.0 Advocacia no Quênia

QUÊNIA 77 continuaram a ensinar educação cívica sobre o projeto de constituição. Após a adoção da constituição, o discurso político se voltou para o novo sistema de governança baseado no condado, bem como para a implementação da constituição. Os atores da sociedade civil, assim como o setor privado, os parceiros de desenvolvimento e a mídia, destacaram o potencial dos novos condados como motores de crescimento econômico e democracia. As ONGs também exortaram o público a estar vigilante e a garantir uma implementação transparente da constituição. Por fim, as organizações da sociedade civil organizaram campanhas de educação cívica sobre as disposições da nova constituição para corrigir as percepções errôneas que poderiam criar conflitos e violência. Por sua vez, o Estado permite garantir a contribuição e a participação estruturada da sociedade civil na elaboração de políticas por meio de grupos de trabalho estabelecidos em diversos ministérios, comissões parlamentares e audiências públicas. As organizações de advocacy estão bem organizadas e caucuses e coalizões são visíveis. As coalizões de democracia e governança, como a Coalizão dos cidadãos pela cultura constitucional (4C), Muungano wa wanavijiji, o Programa de educação cívica do Quênia (NCEP) e o Consórcio pela Constituição e reforma da educação (CRECO) são bem conhecidas por seu trabalho em advocacy e educação cívica em nível nacional e territorial ao longo dos anos. As ONGs estão constantemente se esforçando para melhorar o contexto jurídico existente. No âmbito de uma iniciativa liderada por uma ONG, as ONGs quenianas foram amplamente consultadas e suas contribuições incluídas em um projeto de lei sobre organizações de interesse público. No âmbito dessa iniciativa, as ONGs colaboraram com vários órgãos públicos, como o Conselho das ONGs e a Comissão de reforma da lei do Quênia, para obter apoio para a adoção dessa lei. Apesar de todos esses sucessos, as ONGs enfrentam uma série de desafios ao colaborar com o Estado. Alguns deputados têm uma percepção muito negativa das ONGs. Várias ONGs, especialmente as organizações de advocacy, ainda adotam uma atitude hostil em seu engajamento com o governo. Além disso, os quadros jurídicos para a participação pública são insuficientes. As ONGs são frequentemente convidadas a participar de reuniões do governo com um prazo muito curto. Elas podem ter acesso aos mecanismos de elaboração de políticas, mas a medida em que suas propostas moldam os produtos finais é outra questão. Muitas ONGs reclamam que as relações entre as ONGs e o governo são regidas pelos três I: o governo convida as ONGs para uma reunião, informa-as sobre uma política e depois ignora suas propostas. FORNECIMENTO DE SERVIÇOS: 3,4 Embora o financiamento esteja em queda, as ONGs continuam a fornecer serviços e ainda alcançam distritos muito remotos. A linha de produtos das ONGs cobre diversos

domínios. De acordo com o Conselho das ONGs, em 2009/2010, as ONGs forneceram 27 bilhões KES (cerca de 288 milhões de dólares) em serviços de ajuda e saúde, 21 bilhões KES (cerca de 224 milhões de dólares) em serviços de HIV e AIDS e 7 bilhões KES (cerca de 74 milhões de dólares) em serviços relacionados à agricultura, água e saneamento. Embora algumas ONGs realizem avaliações de necessidades com o uso de ferramentas como as avaliações rurais participativas (ERP) para conceber seus programas, elas permanecem, no entanto, em minoria. Algumas ONGs planejam programas a partir de seus escritórios na cidade e, consequentemente, falham em alcançar efetivamente os programas comunitários. Os programas de várias ONGs são orientados pelos financiadores. Apesar dessas práticas, cada vez mais comunidades influenciam as prioridades das ONGs. 3.5 3.4 1.0 3.0 5.0 7.0 Fornecimento de Serviços no Quênia

 A maioria das ONGs trabalha para apoiar os grupos constituintes além de seus membros, para compartilhar abertamente seus produtos e para trocar amplamente informações e conhecimentos. A comercialização dos produtos das ONGs não é comum. De maneira geral, as ONGs não adotam uma abordagem comercial, tendendo mais a oferecer seus serviços gratuitamente. Algumas ONGs cobrem os custos impondo taxas, mas a maioria atende comunidades muito pobres e considera que é contraproducente cobrar dos pobres. Por outro lado, as poucas ONGs registradas que oferecem serviços comerciais ou que enfatizam programas sociais ou de desenvolvimento de capacidades cobram taxas. A maioria das organizações de membros cobra por seus serviços. O Estado reconhece o papel das ONGs em apoiar e complementar seus serviços e o compromisso e a colaboração intersetoriais são reais em termos de programas de prestação de serviços, especialmente em nível territorial. Departamentos públicos como os Ministérios da Educação, da Agricultura e da Saúde têm políticas de parceria e muitas ONGs participam de comitês de distrito, mesas redondas e outros fóruns de desenvolvimento. O Estado concede algumas subvenções às ONGs, por exemplo, o Conselho Nacional de Controle do HIV (NACC) e o programa Njaa Marufuku que visa erradicar a fome. No entanto, essas subvenções são relativamente limitadas, fornecendo apenas 1,8% da receita total para as ONGs em 2009/10. INFRAESTRUTURA: 3,7 Várias OSIs e centros de recursos de ONGs existem no Quênia e todos ganham uma parte de sua receita ao cobrar por seus serviços. Muito poucas ONGs fornecem serviços de subsídio local. Entre as fundações locais estão, entre outras, Safaricom, Chandaria e KCB. A Fundação de Desenvolvimento Comunitário do Quênia e o Pact Kenya realocam os fundos de doadores internacionais. As ONGs têm cada vez mais tendência a se constituir em redes e a compartilhar informações, mesmo que várias delas ainda adotem uma abordagem competitiva. As redes de compartilhamento de informações existem, entre outras, nas áreas de saúde, paz, governança, terras e mobilização de recursos. O Conselho Nacional das ONGs, estabelecido no âmbito da lei de coordenação das ONGs, é o organismo de cúpula nacional das ONGs registradas. Além de promover a autorregulação das ONGs, este Conselho destina-se a desempenhar um papel chave no compartilhamento de informações, mas não é capaz de cumprir efetivamente sua missão básica devido a lutas de liderança. Algumas organizações investiram consideravelmente na formação e no desenvolvimento das capacidades das ONGs. O setor inclui também consultores privados, principalmente nas cidades, que são bem formados ou têm experiência significativa. Algumas das formações oferecidas são regidas pela demanda e outras pelos financiadores. Várias pequenas ONGs não têm acesso às formações, especialmente se elas forem pagas. Além disso, o Conselho das ONGs tem um programa focado no fortalecimento da conformidade jurídica e financeira das ONGs, bem como em outros aspectos de capacidade técnica, como a governança. No entanto, ainda existem necessidades consideráveis não atendidas em termos de formação das ONGs e de assistência técnica. Segundo o Conselho das ONGs, a não conformidade das ONGs é frequentemente

devido a uma fraqueza das capacidades. O Estado investiu consideravelmente em assistência técnica para garantir que o conteúdo e a organização das formações ministradas pelas ONGs e outros atores nos setores de educação e de 3.7 3.7 1.0 3.0 5.0 7.0 Infraestrutura no Quênia

QUÊNIA 79 saúde atendam a certos padrões básicos. Nesses domínios, as ONGs são incentivadas a se consultar com o governo antes de lançar uma formação. Existem parcerias entre o Estado, o setor privado, o setor associativo e os meios de comunicação. Nessas relações, as ONGs desempenham um papel importante na identificação das lacunas e das necessidades da sociedade. De maneira geral, no entanto, a conscientização sobre os benefícios de tais parcerias parece ser baixa. Entre os exemplos de parcerias ONGs/empresas estão o Derby Maralal Camel anual, que incentiva a sensibilização sobre a desertificação e o Stanchart Marathon, que arrecada fundos para os pobres. IMAGEM PÚBLICA: 4,3 Algumas ONGs recebem cobertura midiática positiva e algumas ONGs maiores desenvolvem relações de trabalho frutíferas com os meios de comunicação. No entanto, é mais provável que os meios de comunicação cubram histórias negativas sobre as ONGs, especialmente quando os fundos foram mal administrados, em vez de suas ações positivas. Em 2010, por exemplo, os meios de comunicação relataram amplamente a história da Feed the Children, uma ONG internacional que tentou impedir o Conselho das ONGs de investigar suas contas. Os talentos redacionais capazes de captar bem a importância das atividades das ONGs são escassos nos órgãos de imprensa. As ONGs às vezes precisam pagar para obter cobertura midiática. Nas áreas rurais onde as ONGs oferecem serviços diretos, a percepção do público é geralmente boa. Em nível nacional, o público percebe o emprego em uma ONG como um negócio lucrativo. Algumas ONGs perpetuaram esse estereótipo, com agentes ou funcionários apropriando-se ou desviando fundos para seu uso pessoal. No entanto, uma empresa de pesquisa, a Synovate, classificou as ONGs como a terceira instituição que gera mais confiança, após a Comissão Interina de Eleições Livres (IIEC) e os meios de comunicação e à frente da igreja. Os funcionários, especialmente em nível municipal, dependem das ONGs e trabalham em parceria com elas no campo do desenvolvimento. As autoridades locais têm uma percepção mais positiva das ONGs do que as autoridades nacionais. Alguns atores do setor privado apoiam as ONGs em suas atividades de desenvolvimento. Se a posição oficial é que o Estado, as empresas e as ONGs são parceiras, na prática, essas relações são geralmente marcadas pela desconfiança e pela falta de compreensão e ignorância em relação ao outro. A maioria das ONGs não sabe como documentar ou relatar suas atividades adequadamente. O jargão associativo afasta os meios de comunicação e o setor privado e não é facilmente compreendido pelo público. A maioria das ONGs não tem as competências para engajar os meios de comunicação. Algumas têm boas relações com os jornalistas ou os convidam para suas atividades. A maioria dos doadores não concede recursos para a publicidade. Como resultado, exceto por algumas organizações internacionais ou organizações nacionais maiores, as ONGs raramente divulgam suas ações, pois têm orçamentos limitados e o custo da publicidade é muito alto. As ONGs registradas sob a lei das ONGs devem se submeter a um código de ética publicado. O Comitê de Assuntos Regulatórios das ONGs, um mecanismo de autorregulação que faz parte do Conselho das ONGs, é responsável por garantir o cumprimento desse código. No entanto, o Comitê não é eficaz devido a problemas dentro do Conselho das ONGs. Mesmo que o código de ética não seja amplamente compreendido ou conscientemente respeitado, esforços estão sendo feitos para promover as normas internacionalmente reconhecidas de boa governança, competência e responsabilidade. A iniciativa Viwango Quênia liderada por 4.3 4.3 1.0 3.0 5.0 7.0 Imagem Pública no Quênia

 uma OSC busca elaborar

normas setoriais, fortalecer a capacidade das OSCs para se conformar às normas e estabelecer um organismo encarregado de avaliar essa conformidade com as normas. Em 2010, a iniciativa foi registrada, elaborou normas e começou a estabelecer o mecanismo de certificação. As ONGs líderes publicam seus relatórios anuais, mas essa prática é pouco comum. Em muitos casos, as ONGs preparam relatórios anuais para atender às condições dos financiadores, em vez de por razões de boa governança interna, transparência e responsabilidade. Muitas ONGs também publicam os relatórios de auditoria de acordo com suas obrigações estatutárias.

LIBÉRIA 81 LIBÉRIA Capital: Monróvia Regime político: República População: 3.786.764 (est. julho 2011) PIB per capita (PPA): 500 $ (est. 2010) Índice de desenvolvimento humano: 182 (2011) PERENIZAÇÃO DAS ONGs: 4,8 A Libéria desfrutou de uma paz duradoura durante os últimos sete anos. No âmbito de um acordo internacional negociado e patrocinado pela comunidade internacional, as hostilidades cessaram, os serviços humanitários passaram de a ajuda ao desenvolvimento e a governança foi restabelecida tanto em nível nacional quanto local. As eleições gerais e legislativas foram realizadas, dando aos liberianos a oportunidade de votar seriamente pela primeira vez. Um programa nacional de recuperação econômica foi elaborado, com ênfase na luta contra a pobreza. As ONGs e outros atores não governamentais desempenharam um papel importante nos esforços significativos de recuperação e reconstrução realizados até agora. As ONGs fornecem uma variedade de serviços diversificados nas áreas de saúde, educação, agricultura e desenvolvimento social e comunitário, atuando às vezes como os principais prestadores de serviços. As ONGs estão cada vez mais envolvidas na governança, empoderamento econômico e proteção do meio ambiente. Em 2010, as ONGs se envolveram mais, em parceria com a Comissão Eleitoral Nacional e outras instituições, na promoção direta da democracia, para encorajar os cidadãos a participar das eleições parciais e a se inscrever e votar nas eleições de 2011. Em 2010, o serviço de coordenação das ONGs no Ministério de Planejamento e Assuntos Econômicos credenciou 192 novas ONGs, elevando para 606 o número total de ONGs credenciadas no país. As ONGs exercem 4.7 4.8 4.4 4.2 5.8 5.1 4.9 4.8 1 3 5 7 Perenização Perenização Perenização Reforçada en Progressão Entravada Notas 2010: Libéria Perenização das ONGs Contexto Jurídico Capacidade Organizacional Viabilidade Financeira Advocacy Prestação de Serviços Infraestrutura Imagem Pública 4.9 4.8 1.0 3.0 5.0 7.0 Perenização das ONGs na Libéria

82 ÍNDICE 2010 DE PERENIZAÇÃO DAS ONGs DA ÁFRICA SUBSAARIANA livremente suas atividades sem sofrer assédio ou intimidação por parte do governo. A Política nacional das organizações não governamentais (Política de ONG) de 2008 fornece o quadro regulatório necessário para as ONGs. O registro foi facilitado em 2010 com a implementação do Registro nacional das empresas, um balcão único de registro, embora o registro online, também esperado para 2010, tenha sido adiado. A cooperação entre o setor público e as ONGs locais melhorou ligeiramente no último ano, embora a maioria dos ministérios ainda não esteja em condições de envolver atores não governamentais na prestação de serviços. A maioria das ONGs locais não possui missão nem plano estratégico bem definido. A governança interna também é uma fraqueza comum. A diversidade de fundos é limitada, a maior parte do financiamento provém de doadores internacionais. A constituição de redes está evoluindo. Diversas organizações de cúpula coordenam o trabalho das ONGs internacionais e locais. Além disso, as ONGs criaram várias coalizões temáticas para realizar campanhas globais de advocacy ao longo do ano. A cobertura midiática das ONGs não reconhece o papel especial desempenhado pelo setor na sociedade. Embora a percepção do governo em relação às ONGs tenha melhorado, o público ainda tem opiniões divididas sobre o setor. CONTEXTO JURÍDICO: 4,9 O contexto jurídico

das ONGs na Libéria melhorou em 2010. A Política nacional das organizações não governamentais, adotada em 2008, está agora totalmente implementada como o principal quadro regulatório das ONGs, incluindo as ONGs internacionais. O serviço de coordenação das ONGs do Ministério do Planejamento e das Assuntos Econômicos é responsável por credenciar as ONGs, embora estas ainda precisem registrar seus estatutos no Ministério das Relações Exteriores. As ONGs são obrigadas a apresentar relatórios periódicos sobre seus programas e suas finanças, como declarações sobre as fontes e a utilização dos fundos. No entanto, o cumprimento dessa obrigação continua baixo. A implementação da Política relativa às ONGs ainda é um pouco complexa. As ONGs acham particularmente pesados e confusos os diversos níveis de registro. O Ministério do Planejamento é responsável por credenciar as ONGs, enquanto os ministérios supervisores – que anteriormente participavam do credenciamento – agora se limitam a um papel de coordenação. Esses ministérios frequentemente ultrapassam suas funções, tentando efetivamente credenciar as ONGs. O registro das ONGs e das empresas foi facilitado este ano com a implementação de um registro nacional em Monróvia. O registro diz respeito à constituição e ao registro em um balcão único, eliminando assim a necessidade de apresentar documentos separadamente em três ministérios – Relações Exteriores, Finanças e Comércio. Após uma mudança em sua direção, o serviço de coordenação das ONGs do Ministério do Planejamento adiou o lançamento de um sistema de registro online, previsto para 2010. O serviço continua a funcionar a partir de Monróvia; a ausência de delegações no restante do país apresenta problemas de registro para as ONGs baseadas em áreas rurais. 5.0 4.9 1.0 3.0 5.0 7.0 Contexto Jurídico na Libéria

LIBÉRIA 83 As ONGs são livres para operar sem sofrer intimidações. Elas não relataram nenhum assédio por parte do Estado em 2010. No entanto, houve casos em que as autoridades locais, especialmente em áreas rurais, tentaram influenciar de maneira informal as ONGs locais. As ONGs podem participar de licitações para contratos públicos do Estado. No entanto, devido a suas capacidades limitadas, as ONGs locais geralmente não conseguem aproveitar essas oportunidades, que são na maioria das vezes aproveitadas por ONGs internacionais. As ONGs são elegíveis para isenções de direitos de importação sobre itens importados para suas atividades. No entanto, o processo para obter a isenção é longo e trabalhoso. Como resultado, a maioria das organizações prefere pagar esses direitos em vez de solicitar a isenção. Não há juristas especializados para fornecer assistência jurídica às ONGs. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 5,1 Muitas ONGs foram fundadas por ONGs internacionais ou doadores estrangeiros durante a período de emergência para servir como seu órgão de execução. De fato, a maioria das ONGs locais não possui missões claramente definidas. A maioria delas também carece de habilidades em planejamento estratégico; de maneira geral, as ONGs só elaboram planos estratégicos para atender às exigências dos doadores, em detrimento de um esforço realizado pela TrustAfrica e UMCOR para introduzir o planejamento estratégico em um grupo de organizações. A governança interna continua a ser uma das principais fraquezas. Na maioria das ONGs locais, uma única pessoa – geralmente o fundador - dirige os assuntos da organização. A influência do fundador vai frequentemente até a seleção das pessoas designadas como membros do conselho de administração. Os conselhos de administração tendem a funcionar de maneira ineficaz: as reuniões são irregulares e não são registradas em atas. Devido ao seu financiamento limitado, as ONGs têm dificuldades para atrair pessoal qualificado. A maioria das ONGs não possui recursos financeiros ou flexibilidade para manter um pessoal permanente remunerado. Em vez disso, o pessoal é contratado para trabalhar em projetos específicos. Embora ter um escritório seja um requisito para o registro e credenciamento, muitas ONGs não possuem um espaço permanente. Algumas ONGs têm escritórios em prédios residenciais, às vezes em apartamentos pertencentes a um membro do conselho ou a alguém mais envolvido na

organização. O voluntariado é um fenômeno bastante novo na Libéria pós-conflito. Os esforços das ONGs para desenvolver efetivos e grupos de apoio são frágeis. Além das organizações de cúpula, algumas ONGs participam do desenvolvimento ou recrutamento de membros. VIABILIDADE FINANCEIRA: 5,8 A diversificação do financiamento é limitada. As ONGs liberianas recebem a maior parte de seus financiamentos de doadores estrangeiros. Vários doadores não confiam na capacidade e na aptidão das ONGs locais para fornecer bens e serviços; a maioria das ONGs locais, portanto, não lida diretamente com os doadores, mas passa por meio das ONGs internacionais como parceiros de implementação. 5.1 5.1 1.0 3.0 5.0 7.0 Capacidade Organizacional na Libéria

 As ONGs não têm a capacidade de mobilizar recursos significativos dentro do país. A população local está acostumada a receber apoio dos doadores e a não ser solicitada para contribuições. Algumas ONGs iniciaram programas de recuperação de custos. Um certo número de ONGs gerencia, por exemplo, cafés de internet que são custeados pelos usuários. O Estado não concede subsídios às ONGs, embora tenha havido alguns casos em que órgãos públicos, como a Comissão Eleitoral Nacional, firmaram contratos com as ONGs para a execução de tarefas específicas relativas à sua área de especialização. As empresas multinacionais que atuam nas indústrias extrativas constituem uma outra fonte emergente de financiamento, alocando recursos para atividades de desenvolvimento nas comunidades anfitriãs. A diáspora liberiana fornece às ONGs doações em espécie, como livros e suprimentos médicos. Embora sejam úteis, essas doações são, no entanto, irregulares. As organizações locais não possuem sistemas rigorosos de gestão financeira. As ONGs se preocupam com a transparência apenas para atender às exigências dos doadores; a responsabilização em relação ao público não é uma preocupação, especialmente porque não é exigida. ADVOCACIA: 4,2 A cooperação entre o setor público e as ONGs locais melhorou um pouco ao longo do ano passado. A comunicação entre os ministérios supervisores e as ONGs permaneceu aberta, especialmente nos Ministérios do Planejamento, da Saúde e dos Assuntos Internos, que têm células de coordenação com as ONGs. As ONGs desempenharam um papel fundamental na formulação da Lei sobre o estupro, que criminalizou uma infração que vem aumentando no país desde 2006. Em 2010, as ONGs, as juristas mulheres e outros grupos da sociedade civil apresentaram uma petição ao presidente, às autoridades responsáveis pela aplicação da lei e aos principais legisladores para acelerar a perseguição das infratoras e aumentar as penas para estupro. Além disso, as ações de advocacy das ONGs resultaram na criação de uma célula dentro do Ministério da Justiça para processar crimes sexuais e crimes baseados em gênero. Em nível local, duas redes de ONGs – SinoeNet e LofaNet – foram estabelecidas para trabalhar com as autoridades nos condados de Sinoe e Lofa para ajudar a fortalecer a resposta das comunidades aos esforços de recuperação nacional. Essas redes organizaram reuniões de parceria com as autoridades do condado e elaboraram planos de ação. A nova Agência Africana de Pesquisa e Desenvolvimento (NARDA) continuou a estabelecer e criar comitês de desenvolvimento em nível de condado e distrito em 2010. As ONGs também criaram coalizões sobre questões específicas para realizar amplas campanhas de advocacy. A iniciativa 'A Paz Vem de Dentro: Networking e Advocacy' reuniu trinta e três organizações da sociedade civil e o Conselho Inter-religioso da Libéria para deliberar sobre o processo de paz, é trocar ideias e experiências e avaliar as atividades anteriores da rede. No final do ano 2010, um grupo de ONGs liderado pelo Talking Drum criou o centro Liberia Media para servir como um grupo independente e não partidário de monitoramento das eleições. 5.8 5.8 1.0 3.0 5.0 7.0 Viabilidade Financeira na Libéria 4.3 4.2 1.0 3.0 5.0 7.0 Advocacia na Libéria

LIBÉRIA 85 FORNECIMENTO DE SERVIÇOS: 4,4 As ONGs fornecem uma variedade de serviços em áreas como agricultura, saúde, água e saneamento, fortalecimento de capacidades e ajuda humanitária. Há um número crescente de organizações locais atuando em áreas como governança, processo de paz, empoderamento econômico e proteção ambiental. Embora os projetos forneçam serviços valiosos, a maioria é orientada pelos financiadores. As ONGs precisam fazer mais para envolver as comunidades no processo de identificação de suas necessidades. As ONGs internacionais representam uma parte crescente dos serviços fornecidos pelo setor associativo, embora as ONGs locais permaneçam atores importantes nesse campo. Algumas ONGs têm programas de recuperação de custos. Além das ONGs que gerenciam cafés internet, aquelas que atuam no setor de saúde cobram taxas mínimas por seus serviços. O Estado nem sempre reconhece a importância de envolver as ONGs na prestação de serviços e a maioria dos ministérios ainda não inclui as ONGs na entrega de serviços. Em alguns casos, isso resulta em parcerias frutíferas. Por exemplo, um evento nas relações entre o hospital Phebe e o comitê legislativo do condado de Bong resultou na perda de uma subvenção do Estado para uma instituição local muito útil. INFRAESTRUTURA: 4,8 A infraestrutura das ONGs liberianas não mudou no ano passado. Ainda não existem centros de recursos exclusivamente dedicados ao fornecimento de informações ou serviços para as ONGs. Algumas bibliotecas, como as da USIS e de algumas universidades, furnecem algumas informações gerais para as ONGs. Enquanto isso, a NARDA e a Associação Liberiana de Planejamento Familiar (PPAL) estabeleceram salas de leitura para suas organizações membros. Durante o ano, We Care, uma ONG local, lançou um programa de biblioteca comunitária em Monróvia com a intenção de expandir para as comunidades rurais. Os grupos de cúpula ocasionalmente organizam para suas organizações membros treinamentos sobre diversos temas. Por exemplo, no início do ano, os membros do Secretariado Nacional da NARDA organizaram um treinamento em gestão financeira para aprofundar a compreensão dos membros sobre os processos orçamentários e uma reunião de planejamento com os membros da rede e as autoridades locais do condado de Lofa. Alguns escritórios de consultoria oferecem atividades de treinamento para as ONGs, muitas vezes com os recursos do financiador. Treinamentos são cada vez mais frequentemente organizados fora de Monróvia para beneficiar as organizações localizadas nos condados. A constituição de redes entre ONGs está evoluindo. O Grupo de Coordenação de Mensagens coordena as ONGs internacionais. Duas organizações de cúpula - NARDA e o Rede de ONGs de Libéria (LINNK) - coordenam o trabalho das ONGs locais; no entanto, essas organizações ainda são fracas, pois as organizações membros não têm a capacidade ou a determinação de pagar regularmente as contribuições. A NARDA também relata uma diminuição dos membros ativos. As ONGs também compartilham informações entre si por meio de boletins informativos, mensagens eletrônicas e cartas. IMAGEM PÚBLICA: 4,7 Os meios de comunicação não reconhecem o papel do setor associativo na sociedade: não há distinção entre as ONGs e as empresas e nenhum órgão de imprensa possui um serviço específico dedicado às ONGs. Estas pagam pela cobertura de suas atividades e eventos, assim como as empresas. No entanto, a rápida emergência de estações rádio comunitárias fortaleceu a cobertura midiática do setor. As ONGs raramente se envolvem em esforços de relações públicas estruturadas. Muitas delas acreditam que os resultados de seu trabalho serão realmente conhecidos com o tempo, sem esforço adicional de sua parte. O público tem uma percepção mista das ONGs. Enquanto alguns apreciam as ONGs pelo papel que desempenham na resolução de problemas comunitários, outros veem os trabalhadores das ONGs, especialmente o pessoal humanitário internacional, como kékés em VLT. As ONGs

não fizeram progressos significativos em matéria de autorregulamentação para promover a transparência. Elas não publicam regularmente seus relatórios anuais, nem se submetem a auditorias financeiras. Mais importante ainda, as ONGs ainda não têm um código de ética, apesar dos esforços feitos para elaborar um há alguns anos. 4.7 4.7 1.0 3.0 5.0 7.0 Imagem

Pública na Libéria

-- 98 de 162 --

MALI 87 4.5 4.7 3.7 3.9 5.6 4.2 4.2 4.4 1.0 3.0 5.0 7.0 Sustentabilidade das ONGs Contexto Jurídico Capacidade Organizacional Viabilidade Financeira Advocacia Fornecimento de Serviços Infraestrutura Imagem Pública Sustentabilidade Sustentabilidade Sustentabilidade Reforçada em Progresso Obstruída Notas 2010: Mali 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Sustentabilidade das ONGs no Mali MALI Capital: Bamaco Regime político: República População: 14.159.904 (est. julho 2011) PIB per capita (PPP): 1.200 $ (est. 2010) Índice de desenvolvimento humano: 175 (2011) SUSTENTABILIDADE DAS ONGS: 4,4 O Mali possui um sistema democrático descentralizado que reconhece oficialmente o papel da sociedade civil. De acordo com a Célula de Apoio ao Desenvolvimento Local (CADB) responsável pela supervisão das ONGs, o Mali abrigava 1.146 ONGs em 2010, quase uma vinte a mais desde 2009; 464 dessas ONGs publicaram seus relatórios anuais. Segundo esses relatórios, o valor total dos serviços e produtos fornecidos pelas ONGs em 2010 foi de 111.332.696.542 FCFA (cerca de 227 milhões de dólares), um aumento de 87.882.508.210 FCFA (cerca de 175 milhões de dólares) comparado a 2009. Apesar do reconhecimento total de seu papel e da liberdade de ação que desfrutam, as ONGs malienses enfrentam um número de obstáculos que dificultam sua contribuição para o processo de desenvolvimento. As ONGs são, de fato, dependentes de fundos estrangeiros, tanto bilaterais quanto multilaterais, e são institucionalmente fracas. Há uma falta de sinergia entre as ONGs, o que dificulta sua capacidade de falar com uma só voz para influenciar as políticas públicas. Por fim, a colaboração com o Estado é fraca e ineficaz. No entanto, o público geralmente tem uma boa opinião das ONGs e a lei reconhece a utilidade pública de todas as ONGs. O ano de 2010 foi relativamente produtivo para as ONGs malienses. O Fórum das OSC, composto por ONGs, pelo Estado e parceiros técnicos e financeiros, foi criado para discutir questões relacionadas à sociedade civil em nível nacional. Durante cinco anos, o governo prometeu

-- 99 de 162 --

88 ÍNDICE 2010 DE SUSTENTABILIDADE DAS ONGS DA ÁFRICA SUBSAARIANA 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Contexto Jurídico no Mali 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Capacidade Organizacional no Mali revisar a lei sobre as ONGs, bem como o acordo-quadro assinado com elas, especialmente com o objetivo de decentralizar os recursos e permitir que elas tenham acesso a eles. Essa revisão foi finalmente adotada em 2010. CONTEXTO JURÍDICO: 4,2 As ONGs são em grande parte regidas pela Lei N° 04-038 de 2004. Após três meses de funcionamento, as ONGs malienses podem assinar o acordo-quadro com o Estado que a autoriza a acessar os fundos públicos. Nenhum texto de lei permite a criação de fundações no Mali, um problema que o governo está estudando há algum tempo. As ONGs tiveram que pleitear por vários anos uma revisão da lei sobre as ONGs, que foi finalmente adotada pelo Estado em 2010. Essa emenda descentraliza a distribuição dos fundos do Estado para as ONGs, de acordo com os princípios inscritos na constituição maliana. O registro das ONGs é relativamente fácil. Foi decentralizado há quatro anos e agora é tratado pelo governador ou pelo prefeito local, em vez do Ministério da Administração. No entanto, em parte devido à alta taxa de analfabetismo que aflige o país, as OSC de base desconhecem a legislação e têm dificuldades para acessar a informação, que pode complicar seus esforços de registro. O Estado não persegue as ONGs, nem obstrui especificamente sua participação nas políticas e estratégias. As ONGs expressam regularmente sua posição em relação ao governo, aos departamentos ministeriais e à Assembleia Nacional e são frequentemente solicitadas pelo Estado para participar da implementação das estratégias de desenvolvimento. Mas, apesar dessa abertura e colaboração, as preocupações das ONGs não são sistematicamente integradas no processo de decisão final. Alguns tipos de ONGs, especialmente os signatários do acordo-quadro com o Estado, se beneficiam de disposições

fiscais favoráveis sobre doações, subvenções e algumas importações. Não existem juristas especializados ou expertise reconhecida para a problemática específica da sociedade civil no Mali. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 4,2 Os estatutos das ONGs especificam seus objetivos e atividades e as ONGs profissionais e coletivos adotam planos estratégicos. No entanto, as ONGs frequentemente se distanciam dos objetivos declarados para poder acessar o financiamento. No Mali, a maioria das ONGs possui estatutos e regulamentos internos que definem claramente suas estruturas de gestão e especificam os papéis e responsabilidades. As ONGs organizam com mais frequência reuniões estatutárias e submetem os relatórios exigidos, bem como seus balanços técnicos e financeiros. As ONGs profissionais estão cada vez mais elaborando manuais de gestão administrativa e financeira. No entanto, um grande número de ONGs não implementa efetivamente essas políticas organizacionais, o que resulta em uma falta de democracia e transparência, bem como em uma certa confusão na aplicação dos papéis e responsabilidades. Um fundador ou líder de ONG é

MALI 89 5.7 5.6 1.0 3.0 5.0 7.0 Viabilidade Financeira no Mali frequentemente considerado presidente vitalício, o que mina os esforços feitos em prol da governança democrática, da prestação de contas e da partilha de informações. Isso explica por que a gestão transparente é mais comum entre coletivos, redes e federações do que entre as ONGs. Em alguns casos, a transparência é encorajada pelas exigências contratuais exigidas pelos PTF. De forma geral, as ONGs empregam pessoal permanente e recorrem a especialistas técnicos em tempo integral ou parcial para projetos específicos. Mas alguns líderes de ONGs empregam parentes sem se preocupar com suas competências ou qualificações. Em 2010, a Agência para a Promoção do Emprego dos Jovens (APEJ) colocou 2.000 jovens voluntários em ONGs. Alguns aposentados também oferecem seus serviços voluntários às ONGs. Três quartos das ONGs carecem de recursos para adquirir equipamentos tecnológicos. As federações e as ONGs profissionais possuem equipamentos básicos (computadores, fotocopiadoras, telefones e acesso à Internet). As ONGs distantes dos centros urbanos têm menos acesso à tecnologia, embora a Internet seja geralmente disponível. VIABILIDADE FINANCEIRA: 5,6 As ONGs malienses têm acesso a múltiplas fontes de financiamento: Estado, fundos de desenvolvimento regional, contribuições das coletividades, recursos filantrópicos, contribuições de operadores econômicos, doadores privados e agências de cooperação bilateral e multilateral. Mas apesar da diversidade do apoio disponível, o setor é amplamente dependente de fundos estrangeiros e sua viabilidade financeira permanece precária. A maioria dos recursos é de fato destinada a atividades específicas; o apoio organizacional cobrindo a gestão corrente e os custos administrativos é mais difícil de obter. O financiamento global das ONGs diminuiu em 2010. De fato, os doadores estão cada vez mais concedendo os fundos diretamente ao Estado, que deve transferi-los posteriormente às ONGs. Em muitos casos, no entanto, não existe uma lei que permita às ONGs acessar esses fundos. Além disso, muitos doadores pararam de iniciar projetos no Norte do Mali. A rebelião que assola essa região torna de fato difíceis as visitas de campo, desestimulando assim os doadores que desejam distribuir e garantir eles mesmos o acompanhamento das subvenções. Um importante novo programa de apoio às ONGs começou em 2010. O Programa de Apoio às OSC (PAOSC) visa de fato fortalecer as capacidades institucionais e organizacionais das OSC malienses para melhorar os programas e as políticas de desenvolvimento do Estado. Esta iniciativa de três anos é totalmente financiada por um consórcio de doadores, incluindo o Canadá, os Países Baixos, a França, a União europeia, a Dinamarca e a USAID, totalizando quase um bilhão de FCFA (quase 2 milhões de dólares). As ONGs nem sempre possuem o conhecimento e as competências em comunicação necessárias para mobilizar recursos. Elas também devem tomar mais iniciativas para promover a adesão dos membros e o patrocínio empresarial. Apesar do uso cada vez mais frequente de sistemas de gestão financeira por ONGs

profissionais, a ausência de transparência financeira do setor como um todo continua sendo uma preocupação que não incentiva os membros, patrocinadores e empresas a fazer doações.

90 ÍNDICE 2010 DE PERPETUAÇÃO DAS ONGs DA ÁFRICA SUBSAARIANA 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Advocacy no Mali 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Prestação de Serviços no Mali ADVOCACY: 3,9 As ONGs se organizaram em várias redes e coletivos para realizar iniciativas de advocacy: Quadro nacional para a formação de paralegais, Rede Aoudaghost, Publique o que você paga, Rede de Advocacy e Lobbying (RPL), Comitê de advocacy para associações de mulheres. As iniciativas de advocacy e lobbying visam diversas instituições, incluindo o governo, os departamentos ministeriais, a Assembleia Nacional e os parceiros técnicos e financeiros (PTF). Em 2010, por exemplo, as ONGs participaram ativamente dos debates sobre a revisão da lei sobre ONGs e participaram da elaboração de políticas econômicas. Em 2010, o FCD (Fórum sobre a cooperação para o desenvolvimento), liderado pelas Nações Unidas e reunindo todos os atores de desenvolvimento no Mali, se associou a coletivos de organizações de mulheres para promover um Código da Família em favor dos direitos das mulheres malienses. Embora os esforços de advocacy realizados por este grupo tenham permitido incluir este Código na agenda da Assembleia Nacional, ele foi retirado depois pelo Estado para melhorias. As ONGs também se reuniram regularmente com o governo para discutir diferentes questões. Assim, por exemplo, o RPL convocou uma reunião entre os representantes estatais, os nove coletivos e os eleitos locais para avaliar a colaboração Estado/ONG. Ações semelhantes também foram realizadas a nível das comunas. O PAOSC, recentemente lançado, vem apoiar os esforços de advocacy pela boa governança e a transparência na gestão da ajuda pública ao desenvolvimento. As ONGs malienses se beneficiam de disposições legais que exigem que o Estado as consulte ou as envolva na elaboração de políticas. As OSC também são frequentemente chamadas a colaborar com o governo de forma informal. As ONGs participam de duas reuniões de concertação por ano com os departamentos ministeriais sobre questões compartilhadas, incluindo a redação de leis e decretos, a implementação de diversas políticas e métodos de colaboração mais eficazes. O Fórum anual da sociedade civil, que ocorre anualmente, reúne as ONGs, os PTF e os departamentos ministeriais, enquanto uma reunião de concertação anual ocorre entre o Estado e as ONGs signatárias de acordos-quadro. Os esforços de advocacy realizados pelas ONGs são dificultados por um nepotismo persistente na seleção dos representantes nas diversas comissões e grupos de trabalho, pela baixa qualidade das contribuições das ONGs nessas instâncias e pelo fato de que o Estado não leva em conta suficientemente as preocupações levantadas pelas ONGs na aplicação das decisões. As ONGs também sofrem de uma baixa capacidade em análise de políticas e não têm um conhecimento aprofundado das estratégias de advocacy apropriadas. Além disso, frequentemente apresentam argumentos inconsistentes sobre temas como a luta contra a corrupção, os processos orçamentários, a transparência, o turismo e o comércio. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: 3,7 As ONGs oferecem uma gama diversificada de produtos e serviços, incluindo serviços humanitários e serviços sociais de base em saúde, educação, água e saneamento e segurança alimentar. Elas também oferecem apoio aos atores locais nas áreas da economia, meio ambiente e governança, bem como serviços em gestão de conflitos, paz e segurança, direitos humanos e

MALI 91 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Infraestrutura no Mali gênero. As ONGs estão cada vez mais atuando na área de microfinanças. O Estado reconhece a utilidade pública dos serviços sociais básicos fornecidos pela sociedade civil e financia diretamente a participação das ONGs em projetos e programas do Estado. A qualidade dos serviços das ONGs é aceitável, mas sua quantidade diminuiu nos últimos três anos, dado que os doadores começaram a conceder

diretamente ao Estado sua ajuda, que ainda não foi transferida para as ONGs. Além disso, estas frequentemente encerram seus serviços ao menor atraso no desembolso do doador ou ao final de um projeto. As ONGs enfrentam várias restrições na prestação de serviços. Suas intervenções estão concentradas nos setores de preferência dos doadores. Elas carecem de expertise em gestão de projetos e na submissão a chamadas de propostas, e os funcionários do Estado não as formam nesse campo. Por fim, as ONGs raramente comunicam seus resultados e produtos. Ao mesmo tempo, a informação divulgada pelo Estado sobre a disponibilidade de fundos nos orçamentos departamentais é insuficiente. A baixa participação das ONGs, especialmente das associações femininas, no processo orçamentário, também impacta sua capacidade de acessar fundos públicos. As ONGs não recuperam nenhum dos custos de sua prestação de bens e serviços por meio da cobrança. Para cobrir suas despesas, elas contam mais com seus doadores, seja o Estado, as autoridades locais ou os doadores estrangeiros. INFRAESTRUTURA: 4,7 O Mali possui uma infinidade de escritórios de coordenação, coletivos, redes, federações e fóruns para promover a comunicação e a troca de informações entre as ONGs e permitir que acessem equipamentos. Todos os coletivos e as grandes ONGs possuem salas de reuniões adequadas para sessões de formação ou outras atividades em grupo. Em 2010, ações puderam ser realizadas com as coordenações regionais das ONGs graças à Internet, mesmo que a má qualidade das conexões às vezes atrase a disseminação da informação. As ONGs colaboram e estabelecem parcerias com empresas locais, o Estado e os meios de comunicação. Em termos de fortalecimento de capacidades, elas se beneficiam de vários tipos de apoio de estruturas e projetos do Estado, ONGs internacionais, empresas privadas, coletivos, ONGs, institutos de pesquisa e escolas de formação. As fundações locais, ONGs internacionais, instituições humanitárias e algumas organizações de apoio intermediário (OSI) concedem subsídios às ONGs para atividades como serviços sociais básicos, ajuda humanitária, intervenções em desastres, bem como fortalecimento de capacidades. O Centro Djoliba, que possui seções em todas as regiões do Mali, exceto nas três regiões do norte, serve como estrutura descentralizada de recursos e centro de formação para as OSC. IMAGEM PÚBLICA: 4,5 Embora o público geralmente tenha uma opinião positiva sobre o setor associativo, as populações não querem mais se mobilizar para as atividades desse setor e frequentemente questionam a capacidade das ONGs de fornecer bens e serviços concretos em áreas como água, educação e saúde.

Imagem Pública no Mali As ONG estão cada vez mais enfatizando a visibilidade de suas atividades e realizações, mas muitas vezes não conseguem promover sua imagem e estratégia. Os meios de comunicação cobrem as atividades das ONG, incluindo o lançamento ou a recepção de projetos, oficinas de formação ou de concertação, conferências de imprensa, campanhas de informação/sensibilização e algumas atividades de advocacy/lobbying. No entanto, as ONG devem pagar os mesmos preços que as empresas para qualquer cobertura midiática. Os discursos oficiais dos representantes do Estado são geralmente favoráveis às ONG. Eles apreciam de fato sua proximidade e apoio à população, bem como sua contribuição para a implementação de políticas, estratégias e programas do Estado. No entanto, alguns responsáveis públicos são críticos em relação ao uso feito pelas ONG dos recursos públicos. As empresas têm percepções diferentes sobre as ONG. As indústrias e empresas de transformação, por exemplo, geralmente conhecem pouco as ONG. Alguns escritórios de estudos e prestadores de serviços as consideram até como concorrentes desleais, pois não pagam os mesmos impostos. Não existe um código nacional de ética do setor associativo e as ONG praticam a autorregulamentação consignada em seus estatutos, regulamentos internos e manuais de procedimentos. Além disso, alguns coletivos, como as associações signatárias do acordo-quadro, elaboraram um código de ética. Alguns coletivos, como a Ação-Mopti e a REDL, publicam e

distribuem relatórios anuais e boletins de ligação. .

-- 104 de 162 --

MOÇAMBIQUE 93 MOÇAMBIQUE Capital: Maputo Regime político: República População: 22.948.858 (est. julho 2011) PIB per capita (PPA): 1.000 (est. 2010) Índice de desenvolvimento humano: 184 (2011) PERENIZAÇÃO DAS ONG: 4,8 Em comparação com muitos países africanos, o setor associativo do Moçambique é relativamente jovem. Um estudo de 2003/4 realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique revelou que 4.853 instituições sem fins lucrativos estão ativas: associações, fundações e ONG nacionais e internacionais. Embora esse número não tenha sido oficialmente atualizado, estima-se que havia mais de 5.000 instituições sem fins lucrativos no final do ano de 2010. A imagem pública em relação ao setor melhorou ligeiramente em 2010, com as organizações utilizando melhor os meios de comunicação para divulgar informações sobre suas atividades. Assim, por exemplo, o livro do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE) sobre os desafios que o país enfrenta recebeu ampla cobertura, enquanto o Centro para a Integridade Pública (CIP) despertou grande interesse da parte da mídia por suas pesquisas e publicações sobre a falta de transparência da Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI) em Moçambique. Ao mesmo tempo, o Estado e os doadores começam a dar mais peso às opiniões das ONG. Se o contexto jurídico em que atuam as ONG não mudou, as autoridades dos distritos aceleraram o processo de registro das ONG locais para permitir que elas tivessem acesso ao Fundo de Desenvolvimento dos Distritos 4.8 5.1 4.0 4.5 5.0 5.4 4.8 4.8 1 3 5 7 Perenização Perenização Perenização Reforçada en Progressão Entravada Notas 2010: Moçambique Perenização das ONG Contexto Jurídico Capacidade Organizacional Viabilidade Financeira Advocacy Prestação de Serviços Infraestrutura Imagem Pública 4.8 4.8 1.0 3.0 5.0 7.0 Perenização das ONG em Moçambique

-- 105 de 162 --

94 ÍNDICE 2010 DE PERENIZAÇÃO DAS ONG DA ÁFRICA SUBSAARIANA (DDF). Este Fundo foi criado pelo Estado para acelerar o desenvolvimento dos distritos, financiando projetos de produção de alimentos e criação de empregos. As organizações devem concluir seu processo de registro no nível do distrito para poder solicitar fundos do DDF. A participação das ONG no processo decisório nos níveis local, provincial e nacional continua a ser amplamente consultiva. Além disso, as ONG envolvidas nesses fóruns são frequentemente efetivamente controladas pelo poder político. Embora o acesso à tecnologia, como telefones móveis e computadores, continue a melhorar, as ONG ainda não os utilizam de maneira eficaz. CONTEXTO JURÍDICO: 4,8 As ONG em Moçambique estão estabelecidas e funcionam no âmbito da Lei das Associações (Lei 8/91). O registro das ONG continua a ser muito custoso em termos de tempo e dinheiro, particularmente para as associações localizadas em áreas rurais remotas, o processo de registro deverá ser realizado nas capitais regionais. Além disso, no âmbito do processo de registro, as ONG devem apresentar certidões de antecedentes criminais, que só podem ser obtidas em Maputo. Os agentes encarregados do registro ignoram sistematicamente os delays para aprovar o registro das ONG. Mesmo quando não há problemas com os documentos, o Estado pode levar até dois anos para validar o registro de uma ONG. Se o processo de registro não mudou oficialmente, as autoridades locais aceleraram nos últimos anos o processo de registro de algumas associações, particularmente as associações de agricultores e criadores de pequenos animais, em grande parte para permitir que elas tenham acesso ao DDF. Em geral, as ONG podem exercer livremente suas atividades dentro da lei, promover debates públicos e criticar abertamente o governo. O decreto 11/2005 estipula que os órgãos públicos locais têm o dever de consultar as associações locais em todo processo decisório que as envolva, para que possam defender seus interesses. Mesmo que o número de juristas na capital esteja aumentando, nenhum se especializa em questões jurídicas das ONG. A falta de apoio jurídico é ainda mais

aguda no nível das províncias e distritos onde há muito poucos advogados em geral. As ONG guiadas por interesses nacionais e comunitários e que cooperam com as autoridades nacionais ou locais na prestação de serviços, no âmbito de convenções ou acordos por escrito, podem obter o status de utilidade pública. No entanto, dado que as ONG geralmente não estabelecem relações oficiais com o governo, raras são as ONG – seu número é atualmente estimado em menos de 5% – que adquiriram esse status. As ONG de utilidade pública desfrutam de isenções fiscais limitadas. Moçambique não possui legislação relativa aos direitos das ONG que permita a estas se envolverem em atividades geradoras de receita. Como resultado, muito poucas ONG cobram por seus serviços ou vendem artigos produzidos por seus membros. Se as ONG podem licitar para os contratos públicos, raramente se beneficiam dessa oportunidade. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 5,4 As organizações comunitárias, associações comerciais e profissionais e sindicatos tendem a ter laços estreitos com seus grupos-alvo. Outros tipos de organizações geralmente têm laços mais 4.8 4.8 1.0 3.0 5.0 7.0 Contexto Jurídico em Moçambique

 fracos com seus constituintes, em parte porque são frequentemente criadas em resposta a apelos de doadores em vez de a necessidades identificadas em nível local. As únicas organizações com planos estratégicos tendem a ser ONG bem estabelecidas, que geralmente estão baseadas na capital. No entanto, essa situação está mudando graças ao Programa de Ação para uma Governança Responsável e Inclusiva (AGIR), recentemente implementado e financiado pela Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. O AGIR exige que as ONG tenham planos estratégicos para obter financiamento; este programa também ajuda as ONG a elaborar planos estratégicos. As grandes ONG às vezes têm práticas adequadas em termos de recursos humanos, como contratos e descrições de cargos. As organizações menores continuam a sofrer com a fraqueza das estruturas de gestão e uma distribuição inadequada de responsabilidades entre seus conselhos de administração e os membros do pessoal. A falta de recursos financeiros torna difícil para as ONG manterem pessoal profissional. Como resultado, um coordenador frequentemente assume toda a responsabilidade de uma ONG com o apoio do presidente. O conselho de administração, especialmente o comitê financeiro, geralmente é inativo. A maioria (75%) dos membros ativos das ONG são voluntários. Os funcionários remunerados tendem a receber salários muito baixos e não têm garantia de emprego a longo prazo devido à falta de recursos financeiros a longo prazo. Membros do pessoal local qualificado são frequentemente recrutados por instituições internacionais e do setor privado que podem oferecer salários mais altos e maior segurança no emprego. O acesso ao avanço técnico e à burocracia varia de acordo com o tamanho e a localização da ONG. As grandes organizações com apoio financeiro regular a longo prazo são capazes de adquirir e atualizar seu equipamento de informática. No nível provincial, as ONG geralmente têm acesso a computadores e telefax frequentemente de segunda mão, enquanto as ONG no nível local podem não dispor mesmo de máquinas de escrever e ter apenas acesso limitado a telefones fixos ou telefax. Essas organizações dependem de seus telefones móveis para a maioria de suas comunicações. VIABILIDADE FINANCEIRA: 5,0 Os doadores estrangeiros representam bem mais de 70% da receita das ONG. O patrocínio local, como o apoio das empresas locais e de indivíduos abastados, ainda é pouco desenvolvido. A maioria das ONG não tem acesso a fontes de financiamento diversificadas, nem dispondo de recursos suficientes para se manter viáveis além do curto prazo. A maioria das organizações sobrevive com um ou dois projetos ao mesmo tempo. Muitas organizações de base comunitária dependem de voluntários que podem receber uma pequena remuneração para garantir sua participação contínua. As ONG continuam a prestar mais contas a seus doadores do que a seus próprios constituintes. Somente as ONG que recebem apoio de um doador são capazes de realizar auditorias financeiras 5.4 5.4 1.0 3.0 5.0 7.0 Capacidade Organizacional em Moçambique 5.0 5.0 1.0 3.0

5.0 7.0 Viabilidade Financeira em Moçambique

-- 107 de 162 --

96 ÍNDICE 2010 DE PERENIZAÇÃO DAS ONG DA ÁFRICA SUBSAARIANA independentes. As ONG só implementam sistemas de gestão financeira para atender às demandas e exigências dos financiadores. A maioria das organizações não mantém vínculos sólidos com seus constituintes, beneficiários ou membros. As ONG raramente geram fundos de seus próprios membros, seja na forma de contribuições ou donativos. Embora as ONG possam solicitar fundos ao DDF, a maior parte vai para associações criadas por indivíduos próximos a partidos políticos em detrimento das ONG bem estabelecidas. ADVOCACIA: 4,5 As ONG participaram de várias campanhas de advocacia em 2010. Por exemplo, um grupo de quatro ONG continuou a monitorar a governança em seis distritos e três municípios, enquanto o CIP supervisionou as despesas públicas em quinze distritos do país. Em outubro de 2010, a Justiça Ambiental (JA) apresentou uma queixa em nome de uma coalizão de organizações, contra o governo, o parlamento e o Ponto de Contato Nacional do Reino Unido (UK NCP), sobre o projeto de uma empresa multinacional visando contornar os centros de tratamento de fumaça e gases de sua fundição de alumínio por seis meses. A MS Moçambique, uma organização dinamarquesa, cooperou com quatorze parceiros nacionais para implementar uma campanha no sul de Moçambique com o objetivo de supervisionar a distribuição e facilitar o acesso a livros escolares distribuídos gratuitamente pelo Estado às escolas primárias públicas. Esta campanha incluiu peças de teatro, debates e coleta de dados sobre o processo de distribuição nas escolas. Em nível local, as associações de agricultores participaram de forma significativa na luta contra a invasão de terras e na defesa de outros direitos fundiários, como o reflorestamento de áreas agrícolas. Existem mecanismos à disposição das ONG para permitir sua participação em diferentes níveis de decisão do Estado; no entanto, esses mecanismos tendem a ser consultivos e não deliberativos. As recomendações provenientes desses processos têm, portanto, um impacto limitado, senão nulo. As autoridades locais manipulam a seleção dos representantes da sociedade civil nos conselhos consultivos em nível distrital e municipal, o que também limita seu impacto. Em nível local, os representantes da sociedade civil, assim como os responsáveis públicos, não têm a capacidade técnica, a independência e a credibilidade necessárias para desempenhar um papel chave na governança local. As atividades de lobby estão concentradas em Maputo, com as consultas em nível distrital e local sendo limitadas. Portanto, elas não representam as necessidades das populações rurais ou não as atendem sempre. No entanto, as ONG obtiveram certo sucesso em termos de lobby em nível nacional. Por exemplo, ONG como A mulher e o direito na África Austral (WLSA), o Fórum Mulher (The Women's Forum), a Associação das mulheres, do direito e do desenvolvimento (MULEIDE), e a Associação moçambicana das mulheres de carreiras jurídicas (AMMCJ) contribuíram para a formulação e promulgação de novas leis sobre violência doméstica. Os programas mais recentes dos financiadores, como o Mecanismo de apoio à sociedade civil (MASC) e AGIR, estão focados no apoio às organizações nas áreas de governança, advocacia e monitoramento. Embora progressos estejam sendo feitos, o governo ainda tem apreensões quando as ONG supervisionam a qualidade e a quantidade dos serviços básicos e as ONG frequentemente têm dificuldades em acessar os planos e orçamentos do Estado. 4.5 4.5 1.0 3.0 5.0 7.0 Advocacia em Moçambique

-- 108 de 162 --

MOÇAMBIQUE 97 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Fornecimento de Serviços em Moçambique A Fundação para o desenvolvimento comunitário (FDC) e o Centro de aprendizagem e fortalecimento das capacidades da sociedade civil (CESC) estão à frente de um grupo de ONG locais em discussão sobre isenções fiscais para as ONG e possíveis modificações na lei sobre associações, mas ainda não propuseram nenhuma recomendação concreta. FORNECIMENTO DE

SERVIÇOS: 4,0 Um estudo realizado pelo Instituto nacional de estatísticas (INE) em 2004 e 2005 indica que os serviços prestados pelas ONG dizem respeito principalmente às áreas mais financiadas por doadores estrangeiros, como saúde, educação e desenvolvimento. Os serviços das ONG frequentemente se afastam das missões que definiram e raramente refletem as necessidades e prioridades das comunidades. Uma maioria de ONG concentra seus serviços nas comunas locais (42,4%) ou distritos (33,5%), enquanto apenas 5,7% atuam em nível nacional. Estas últimas estão todas baseadas em Maputo. Mesmo as organizações de alcance nacional não dispõem de recursos suficientes para divulgar amplamente seus produtos. Embora organizações como IESE, CIP e FDC publiquem materiais em seus sites respectivos, as ONG das localidades e distritos remotos do país não conseguem acessá-los devido ao acesso limitado à Internet. As ONG conhecem pouco a demanda do mercado por seus produtos e raramente recuperam seus custos ao cobrar taxas. INFRAESTRUTURA: 5,1 Apesar do número crescente de ONG em Moçambique, o país ainda não possui um número suficiente de organizações de apoio intermediário (OSI) e centros de recursos. Segundo um estudo nacional realizado em 2007, 58% das ONG entrevistadas consideravam a infraestrutura de apoio como sendo muito limitada, 20% afirmaram que não havia infraestrutura alguma e apenas 5% consideravam a infraestrutura do tecido associativo bem desenvolvida. Se a situação permanece amplamente a mesma, algumas organizações intermediárias surgiram recentemente. Por exemplo, em 2010, a FDC começou a oferecer treinamentos ao Fórum de monitoramento do orçamento para fortalecer suas capacidades e a realocar os fundos dos doadores internacionais para atender às necessidades identificadas localmente. O Centro de informação comunitária e de apoio à comunicação (CAICC) e o Fórum das estações de rádio comunitárias (FORCOM) aumentaram sua assistência técnica e apoio aos telecentros e estações rádio comunitárias em todo o país. O MASC, financiado pelo Departamento britânico de desenvolvimento internacional (DfID) e Irish AID, oferece desde 2008 apoio financeiro e técnico para monitoramento, advocacia, capacidade organizacional e governança interna das ONG; o programa atingiu sua velocidade de cruzeiro em 2010, tanto em relação ao número de subsídios quanto aos efeitos de seu fortalecimento de capacidades. Em 2010, o CESC apoiou a criação de organizações indígenas em nível distrital, trabalhando para fortalecer suas capacidades de participar dos programas de desenvolvimento e monitorar os orçamentos das escolas. 5.1 5.1 1.0 3.0 5.0 7.0 Infraestrutura em Moçambique

 Mais de cinquenta redes temáticas e geográficas de ONG facilitam a coordenação, compartilham informações e fornecem apoio técnico a seus membros. É o caso, por exemplo, da Rede de Criança (uma rede de ONG que trabalham com crianças), a Rede moçambicana das organizações de serviços para HIV/SIDA (MONASO), o Fórum das mulheres e a União dos agricultores (UNAC). Nos últimos cinco anos, ficou claro que muitas dessas redes carecem das capacidades internas e da estabilidade financeira necessárias para ter um maior impacto. Por exemplo, o G20 foi criado para representar a sociedade civil no observatório da sociedade civil e outros controles conjuntos onde o Estado, os financiadores e a sociedade civil se reúnem para discutir questões de desenvolvimento e monitorar os progressos. Em 2010, o G20 enfrentou problemas organizacionais que o tornaram amplamente inoperante, correndo o risco de perder possíveis financiamentos. Um dos maiores desafios que as ONG enfrentam em Moçambique é a ausência de cursos e de formadores em nível nacional sobre questões como gestão estratégica, contabilidade, gestão financeira, captação de recursos, governança interna e liderança. As parcerias intersetoriais ainda são raras, embora algumas ONG colaborem com o Estado em campanhas nacionais contra HIV/SIDA, direitos e proteção de mulheres e crianças vulneráveis e educação universal. Essas campanhas também incluem colaboração com jornais, televisão e rádio. IMAGEM PÚBLICA: 4,8 Em geral, os meios de comunicação, especialmente os meios de

comunicação independentes, mostram as ONG sob uma perspectiva positiva. Um pequeno grupo de ONG, como FDC, IESE, CIP e CESC aparece regularmente na imprensa e construiu uma boa reputação. Por exemplo, em 2010, o lançamento do livro da IESE sobre os futuros desafios do país teve uma ampla cobertura. O CIP também recebeu cobertura mediática positiva relacionada às suas opiniões sobre a indústria extrativa, integridade pública e corrupção em Moçambique. A maioria das organizações baseadas nas províncias e distritos começou a receber certa cobertura midiática recentemente, em parte porque os financiadores pressionam as ONG para que divulguem informações sobre seu trabalho na mídia, principalmente no rádio. Apesar de uma cobertura midiática limitada, a percepção pública em relação às ONG nos níveis distrital e local é positiva, pois o público considera que essas ONG tentam encontrar soluções para as necessidades básicas das comunidades locais em saúde, educação, água e saneamento. Em comparação, o governo – seja em nível central ou local – nem sempre tem uma percepção positiva das ONG. O governo vê estas como concorrentes pelos fundos dos doadores e associa à oposição política principalmente aquelas que atuam nas áreas delicadas de monitoramento e advocacia sobre a qualidade dos serviços públicos e a luta contra a corrupção. O setor privado também tem uma percepção geralmente negativa das ONG. As empresas consideram as ONG como instituições não profissionais que obtêm financiamentos “gratuitos”, enquanto elas mesmas devem pagar altos juros sobre os créditos bancários. Não há um código de ética para incentivar a transparência nas atividades das ONG, embora o CESC tenha começado a trabalhar em um código de ética em 2010. As grandes ONG produzem relatórios anuais, que destinam essencialmente a seus doadores e membros. As ONG carecem de recursos financeiros para publicar informações em jornais ou divulgar mais amplamente seus relatórios. 4.9 4.8 1.0 3.0 5.0 7.0 Imagem Pública em Moçambique

NIGÉRIA 99 4.0 5.0 4.2 3.8 5.6 4.7 5.0 4.6 1.0 3.0 5.0 7.0 Sustentação das ONGs Contexto Jurídico Capacidade Organizacional Viabilidade Financeira Advocacy Prestação de Serviços Infraestrutura Imagem Pública Sustentação Sustentação Sustentação Reforçada en Progressão Obstruída Notas 2010: Nigéria 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Sustentação das ONGs na Nigéria NIGÉRIA Capital: Abuja Regime político: República Federal População: 155.215.573 (est. julho 2011) PIB per capita (PPA): 2.00 (est. 2010) Índice de desenvolvimento humano: 156 (2011) SUSTENTAÇÃO DAS ONGs: 4,6 A Nigéria é o país mais populoso da África. Com mais de 152 milhões de habitantes, a população inclui mais de 250 grupos étnicos que falam 320 dialetos. Após obter sua independência em 1960, a Nigéria foi governada por uma série de regimes militares até 1999, quando passou a uma forma democrática de governo. A Nigéria possui abundantes reservas de petróleo e registrou um forte crescimento econômico nos últimos anos, com um crescimento de 5,5% do PIB real em 2010. No entanto, devido à corrupção e à má gestão dos setores públicos, mais da metade da população ainda vive abaixo da linha da pobreza. As ONGs nigerianas têm a opção de se registrar em nível local, estadual ou nacional, o que torna difícil estabelecer o número real de ONGs registradas no país. De acordo com a Comissão de Assuntos Sociais (CAC), 8.005 novas ONGs foram registradas em nível nacional em 2010, totalizando mais de 54.000. O contexto jurídico é favorável às ONGs e o registro se tornou mais fácil nos últimos anos. As ONGs se caracterizam por uma fraqueza nas estruturas de gestão interna e instabilidade financeira. Existem algumas fontes locais de patrocínio.

100 ÍNDICE 2010 DE SUSTENTAÇÃO DAS ONGs DA ÁFRICA SUBSAARIANA 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Contexto Jurídico na Nigéria 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Capacidade Organizacional na Nigéria O governo reconhece o valor das ONGs na prestação de serviços, embora seus produtos e serviços nem sempre reflitam as necessidades de suas comunidades. A infraestrutura associativa na

Nigéria permanece fraca. No entanto, as campanhas de advocacy realizadas pelas ONGs conseguiram influenciar a legislação, resultando em uma imagem pública geralmente positiva do setor. CONTEXTO JURÍDICO: 5,0 O contexto jurídico na Nigéria é geralmente favorável às atividades das ONGs. As ONGs nigerianas não são regidas por uma lei específica; elas se registram e operam de acordo com a lei sobre sociedades e questões relacionadas (Companies and Allied Matters Act - CAMA) de 1990. O registro das ONGs na Nigéria se tornou mais fácil recentemente devido ao fortalecimento da capacidade da CAC. Em particular, a pesquisa de nomes e outras verificações de antecedentes agora ocorrem mais rapidamente. O registro em nível estadual e local continua a ser dificultado por longas verificações de antecedentes e pelo alto custo dos serviços de advogado para facilitar o processo. A capacidade dos agentes encarregados do registro em nível estadual e local ainda é fraca. As ONGs só podem ser dissolvidas por uma decisão judicial a pedido do Conselho da ONG, de uma maioria dos membros ou da CAC. O Estado não pode dissolver uma ONG por razões políticas e as ONGs não são alvo de assédio por parte do governo ou dos partidos políticos. No entanto, embora as ONGs sejam isentas de todos os impostos, as autoridades fiscais às vezes exigem indevidamente que paguem certos tributos. Por exemplo, as empresas com fins lucrativos são obrigadas por lei a pagar impostos quando exibem seus nomes e logotipos em seus veículos oficiais ou colocam placas em seus prédios. Agentes fiscais pouco qualificados exigiram esses impostos de várias ONGs, como o Centro para Pesquisa e Documentação (CRD) e Kano, mesmo que a CAMA estipule claramente que as ONGs são isentas de todos os impostos e taxas, incluindo este. Nenhuma medida foi tomada para acabar com essa prática. As ONGs são livres para abordar questões de debate público e expressar críticas. A assessoria jurídica está disponível para as ONGs que podem arcar com isso; no entanto, nenhum advogado local é especializado na legislação das ONGs. Estas são autorizadas a gerar receita a partir da prestação de bens e serviços. Elas também podem licitar para contratos públicos, embora raramente atendam aos requisitos das chamadas de propostas. Além disso, os contatos pessoais ainda são fundamentais para obter contratos públicos na Nigéria. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 4,7 De maneira geral, as grandes ONGs localizadas nas principais cidades possuem planos estratégicos e conseguiram desenvolver grupos de interesse em torno de questões como gênero, juventude e boa governança. Por outro lado, muitas ONGs que atuam em nível local carecem de um eixo estratégico e correm o risco de desenvolver atividades com base na disponibilidade dos fundos dos doadores. Isso as impede de desenvolver grupos de interesse estáveis e de seguir sua visão e sua missão.

 Viabilidade Financeira na Nigéria Os conselhos de administração de muitas ONGs, especialmente aquelas que atuam em nível estadual ou local, não funcionam de maneira aberta e transparente. Embora algumas ONGs tenham estruturas oficiais de gestão interna, muitas delas nomeiam membros do conselho apenas para atender às condições de registro. Algumas ONGs não substituem os membros do conselho ao final de seu mandato; houve até casos em que uma pessoa continua a figurar como membro após seu falecimento. A maioria das organizações não tem uma distribuição clara de responsabilidades entre os membros do conselho e do pessoal, o que pode levar a conflitos internos. As contas geralmente só são auditadas quando exigido pelos financiadores. Muitas pequenas ONGs não conseguem manter um pessoal permanente remunerado devido a recursos insuficientes, em vez de contar com voluntários e com os membros do National Youth Service Corps (NYSC) para realizar suas operações. As maiores ONGs das principais cidades como Abuja e Lagos são mais propensas a empregar um pessoal permanente remunerado e possuem práticas adequadas de recursos humanos. O investimento no desenvolvimento das capacidades do pessoal é limitado. Muitas ONGs contratam profissionais, como contadores por exemplo, apenas quando

necessário. Assim, por exemplo, para poder licitar para contratos no âmbito da lei sobre contratos, as ONGs devem ter feito auditar suas contas nos últimos três anos. Muitas ONGs não necessitam dos serviços de profissionais de informática e muito poucas delas podem arcar com os serviços de consultores jurídicos. Somente as grandes ONGs disponibilizam para seu pessoal acesso à Internet, telefones celulares e computadores; nas organizações menores, o diretor é às vezes a única pessoa com acesso a um computador e outros equipamentos de escritório. Os membros do pessoal utilizam seus telefones e computadores pessoais para as atividades das ONGs. VIABILIDADE FINANCEIRA: 5,6 O financiamento das ONGs vem em grande parte de fontes estrangeiras. As ONGs não conseguiram atrair um apoio significativo de suas comunidades e grupos de interesse. Existem fontes locais de patrocínio na Nigéria, como a Fundação Tony Elumelu e a Fundação T.Y. Danjuma, mas poucas ONGs locais conseguiram acessá-las devido a sua falta de capacidade, especialmente em desenvolvimento de propostas de financiamento. As empresas petrolíferas apoiam algumas ONGs baseadas nos estados produtores de petróleo da Nigéria. As ONGs também recebem apoio de outras empresas em medida limitada. Muitas ONGs locais não conseguem obter recursos financeiros para se manterem viáveis além do curto prazo. As ONGs devem apresentar relatórios financeiros anuais auditados à CAC. No entanto, muitas delas continuam a desrespeitar essa lei e a CAC faz pouco para aplicá-la. Quanto às ONGs que fazem verificar suas contas, elas o fazem principalmente para atender às exigências dos financiadores. A maioria das ONGs na Nigéria não tem meios de gerar receita. Algumas organizações geram receita a partir da prestação de serviços, como treinamentos e oficinas. O Estado assina convênios com algumas ONGs, especialmente em nível nacional. Por exemplo, em 2010, o Ministério Federal das Mulheres contratou os serviços de uma ONG para implementar um projeto de empoderamento econômico das mulheres em todo o país. Além disso, o escritório do Conselheiro Especial do presidente para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) trabalha com as ONGs para acompanhar os avanços do país na realização dos ODM até 2015. A maioria dos contratos públicos, no entanto, beneficia as ONGs geridas por agentes do Estado ou seus associados.

Advocacia na Nigéria Uma porcentagem relativamente pequena de ONGs, entre 5 e 10%, são associações de membros, atuando principalmente em áreas como direitos humanos, gênero e governança. As organizações de membros coletam contribuições, embora os membros nem sempre estejam em dia com seus compromissos financeiros. ADVOCACIA: 3,8 Devido à história turbulenta da Nigéria, as ONGs são muito ativas em termos de advocacia. De fato, elas evoluíram sob regimes militares, sempre se mantendo ativas em advocacia relacionada à política, e esse impulso foi apoiado pelo surgimento da democracia no país. As relações entre as ONGs e o Estado são geralmente sólidas. A Presidência conta com um conselheiro sobre a sociedade civil e o governo colabora com as ONGs em um número de iniciativas. A sociedade civil foi ativamente envolvida no processo de emenda da lei eleitoral e alguns capítulos da constituição em 2010. As ONGs formam regularmente coalizões temáticas e realizam amplas campanhas de advocacia. O grupo de monitoramento da transição (TMG) é uma coalizão focada na boa governança na Nigéria. No início 2010, o TMG e outras coalizões, como a Aliança por eleições credíveis (ACE), conseguiram pressionar a Assembleia Nacional e o Gabinete Federal para transferir o poder para quem ocupava o cargo de vice-presidente devido a problemas de saúde do Presidente. As campanhas de advocacia das ONGs ativas também levaram em 2010 à adoção de um projeto de lei sobre pessoas com deficiência. As organizações da sociedade civil, como a Media Rights Agenda, continuaram a pressionar a Assembleia Nacional para adotar o projeto de lei sobre liberdade de informação em 2010. Após essa advocacia sustentada, alguns sinais positivos no final do ano mostraram que o projeto de lei seria adotado em breve. As ONGs

são às vezes convidadas pelo governo a participar dos processos decisórios. No entanto, se as ONGs podem ter a oportunidade de compartilhar seus comentários, é o Estado que decide, em última instância, aceitar ou rejeitar sua contribuição. Apesar de algum sucesso, como as emendas à lei eleitoral e à constituição mencionadas acima, a maioria das ONGs ainda não incorporou táticas eficazes de advocacia ou lobby em seu trabalho. As ONGs registraram alguns sucessos em advocacia em nível estadual e local, pois muitas ONGs focadas em advocacy, especialmente as mais eficazes, se dedicam a questões nacionais. O sucesso das ações de advocacy de 2010 em nível estadual inclui a adoção por alguns estados de leis sobre licitações públicas e o início por outros do processo de criação de comissões sobre os serviços das assembleias estaduais com o objetivo de supervisionar o serviço civil. Nenhum esforço de advocacy está atualmente sendo realizado por ONGs locais para promover uma reforma jurídica em favor do setor associativo na Nigéria. As ONGs resistiram a tentativas anteriores de endurecer as regulamentações de suas atividades. FORNECIMENTO DE SERVIÇOS: 4,2 As ONGs na Nigéria oferecem uma ampla gama de serviços em áreas como saúde, educação e proteção ambiental. Elas às vezes fornecem bens e serviços de acordo com as prioridades dos financiadores, sem considerar as necessidades comunitárias.

 Infraestrutura na Nigéria A maioria das ONGs tem baixas competências em marketing e desconhece a demanda por seus bens e serviços. Algumas ONGs mais desenvolvidas são capazes de identificar e desenvolver produtos para os diferentes grupos de constituintes, mas isso ainda não é uma prática comum. As ONGs raramente cobram por suas publicações, pois, na maioria dos casos, os financiadores cobrem os custos de produção e distribuição para acadêmicos, para o Estado e para as ONGs. Mesmo quando as ONGs cobram pelas publicações, seu preço de venda é mínimo e não cobre completamente os custos. Formações pagas são às vezes oferecidas. As autoridades nacionais reconhecem a vantagem de envolver as ONGs em certas atividades. As ONGs colaboraram com o Ministério Federal das Finanças para elaborar um Quadro de despesas de médio prazo para o país. Elas também participaram da formulação da Iniciativa para a transparência nas indústrias extrativas da Nigéria (NEITI). O Estado concede contratos às ONGs para a prestação de certos serviços; todavia, de maneira geral, os contratos são atribuídos apenas às ONGs que têm relações pessoais com membros do governo. Agentes públicos começaram recentemente a estabelecer suas próprias ONGs para poder se beneficiar pessoalmente desses contratos, mesmo que não se identifiquem diretamente ou publicamente com a ONG. Além disso, várias esposas de governadores também têm uma ONG; a esposa do presidente, por sua vez, dirige uma ONG chamada Iniciativa das mulheres para a mudança. INFRAESTRUTURA: 5,0 Existem algumas organizações de apoio intermediário (OSI) e um número de centros de recursos que fornecem principalmente apoio em termos de fortalecimento de capacidades e acesso à literatura e à tecnologia. A maioria desses centros de recursos está localizada nas grande cidades, o que torna mais difícil para as ONGs rurais aproveitarem plenamente os serviços que eles fornecem. Apenas algumas OSIs realizam o subvencionamento local e redistribuem o dinheiro das ONGs internacionais. Essas subvenções nem sempre atenderam adequadamente às necessidades e projetos identificados localmente. Formações são oferecidas principalmente em áreas como gestão, planejamento estratégico e empoderamento das mulheres; um número limitado de formações avançadas é oferecido em gestão estratégica, captação de recursos e outros temas. Apenas as grandes ONGs das principais cidades do país podem arcar com as formações, embora os financiadores às vezes financiem formações para pequenas ONGs. As formações são principalmente ministradas em inglês, com muito poucos módulos de formação disponíveis nas línguas locais. Várias coalizões facilitam o compartilhamento de informações entre as ONGs. Entre as principais coalizões estão o TMG, a

Associação conjunta de pessoas com deficiência (JONAPWD) e a Rede da Nigéria para o orçamento sensível ao gênero (NGBN). A maioria das ONGs implementa projetos em parceria com outras ONGs para atender às exigências de financiamento. O governo reconhece as vantagens de colaborar com as ONGs e trabalha em parceria com elas para alcançar objetivos comuns. Por exemplo, em alguns Estados da Federação, como Kano, o governo envolve as ONGs no processo orçamentário. Como

Imagem Pública na Nigéria como mencionado acima, o Ministério das Finanças trabalhou em 2010 com ONGs para elaborar um Quadro de despesas de médio prazo para o país. IMAGEM PÚBLICA: 4,0 A percepção pública em relação às ONGs melhorou ao longo dos anos, especialmente graças ao sucesso das campanhas de advocacy do setor associativo. Embora algumas pessoas ainda tenham visões negativas sobre as ONGs, o público está cada vez mais consciente do papel delas na sociedade e cada vez mais favorável às suas atividades. As ONGs nigerianas geralmente recebem uma cobertura midiática positiva, particularmente as grandes ONGs das principais cidades. Embora as ONGs tenham que pagar por suas anúncios na mídia impressa e eletrônica, o restante da cobertura midiática é gratuito. No entanto, alguns jornalistas ainda esperam subornos para cobrir as atividades das ONGs. Essas últimas reconhecem a necessidade de tornar públicas suas atividades. No entanto, muitas organizações, especialmente ONGs rurais, não têm as competências, contatos ou recursos para fazê-lo. A rivalidade tradicional entre os funcionários e as ONGs começa a diminuir. A colaboração entre as ONGs e o governo em nível estadual e federal em iniciativas como o Quadro de despesas de médio prazo para o país e o NEITI ajuda a mudar a percepção do governo em relação ao setor. No entanto, alguns agentes do Estado ainda olham para as ONGs com desconfiança, temendo que elas se interessem apenas em denunciar sua corrupção. Embora a colaboração entre as ONGs e as empresas ainda seja mínima, o setor empresarial não vê as atividades das ONGs de maneira negativa. Em muitos casos, as empresas não desejam pagar pelos serviços das ONGs, acreditando que os financiadores já pagaram por essas atividades. O CAMA fornece as normas básicas de funcionamento das ONGs registradas. Mas essas normas são todavia frequentemente ignoradas pelas ONGs e nenhum mecanismo de monitoramento ou de execução foi previsto para garantir o cumprimento dessas normas. As ONGs não foram capazes de elaborar mecanismos de regulamentação interna, como um código de ética, por exemplo, e rejeitaram tentativas anteriores visando a endurecer a regulamentação. As ONGs líderes do país publicam relatórios anuais, principalmente destinados a seus financiadores.

RUANDA Capital: Kigali Regime político: República População: 11.370.425 (est. julho 2011) PIB per capita (PPA): 1.100 $ (est. 2010) Índice de desenvolvimento humano: 166 (2011) PERENIZAÇÃO DAS ONGs: 4,5 O setor associativo em Ruanda continua a evoluir. Cerca de 2.050 ONGs registradas e ativas atuam hoje em todos os setores e regiões do país. Esse número não inclui as organizações comunitárias informais (OCI) localizadas em nível local. As ONGs funcionam livremente em um contexto político geralmente favorável. O governo considera as ONGs, especialmente aquelas envolvidas na prestação de serviços, como parceiros de desenvolvimento. Dito isso, ele frequentemente negligencia consultá-las sobre questões de política pública, o que leva essas últimas a pressionar para fazer ouvir suas vozes. Após a pressão das ONGs, vários projetos de leis e políticas foram de fato emendados em 2010. Com o apoio dos financiadores, as ONGs trabalham cada vez mais para melhorar seu sistema de gestão interna e fortalecer suas práticas de gestão financeira. O trabalho das ONGs ruandesas é cada vez mais compreendido e apreciado tanto pela população quanto pelo Estado. Apesar desses

avanços, o setor ainda precisa fortalecer a capacidade jurídica local, desenvolver mecanismos para reter o pessoal e implementar planos estratégicos baseados nas necessidades dos cidadãos. As ONGs também precisam fortalecer sua capacidade de arrecadar fundos localmente, melhorar as parcerias com o Estado e os 4.5 5.0 4.0 3.9 5.3 4.6 4.3 4.5 1.0 3.0 5.0 7.0 Perenização Perenização Perenização Reforçada em Progressão Entravada Notas 2010: Ruanda Perenização das ONGs Contexto Jurídico Capacidade Organizacional Viabilidade Financeira Advocacia Fornecimento de Serviços Infraestrutura Imagem Pública 4.5 4.5 1.0 3.0 5.0 7.0 Perenização das ONGs em Ruanda

 empresas e atrair uma ampla cobertura da mídia. Elas devem, finalmente, continuar a defender os interesses de seus grupos de interesse. CONTEXTO JURÍDICO: 4,3 Em 2010, as ONGs ruandesas continuaram a ser regidas pela Lei 20/2000 relativa às organizações sem fins lucrativos (NPO) e pela Lei orgânica 55/2008 que rege as organizações não governamentais. As organizações não registradas não têm problemas para exercer suas atividades, mesmo que geralmente não sejam admissíveis ao financiamento de doadores. O registro das ONGs é um pouco restritivo. Elas devem primeiro obter uma autorização provisória das autoridades locais ou do ministério competente, e depois se registrar no Ministério da Justiça. Uma ONG é legalmente obrigada a renovar seu registro todos os anos. Essa renovação é concedida apenas se a ONG tiver apresentado um relatório sobre os programas e as finanças ao Ministério das Coletividades Locais, que regula as ONGs locais. As ONGs não são assediadas pelo Estado e são autorizadas a atuar em todas as áreas. No entanto, os obstáculos administrativos às vezes dificultam seu trabalho. Os Fóruns de Ação Conjunta de Desenvolvimento (JADF), que incentivam a cooperação entre o setor privado, a sociedade civil e o setor privado com o objetivo de avançar o desenvolvimento em nível local, cobram, por exemplo, taxas de participação que algumas ONGs não podem pagar. Embora a participação nos JADF não seja obrigatória, as ONGs sabem que é importante para evitar sobreposições e criar sinergias. Os subsídios e a maioria das outras categorias de receitas das ONGs não são tributados. No entanto, se as empresas se beneficiam de isenções fiscais sobre os bens que compram, as ONGs não são admissíveis a essas mesmas isenções. Elas são autorizadas a licitar para contratos públicos de bens e serviços, mas não a gerar receita cobrando por seus serviços. Um projeto de lei que aborda todas essas questões continuou a ser considerado em 2010. No âmbito desse projeto de lei, as ONGs seriam reconhecidas como parceiras em questões de políticas públicas, autorizadas a realizar atividades geradoras de receita e beneficiariam de algumas isenções fiscais. Além disso, uma célula independente seria criada no Ministério das Coletividades Locais para regular as ONGs. Embora as ONGs possam obter aconselhamento jurídico, poucos juristas em Ruanda se especializam na lei que lhes diz respeito. O aconselhamento jurídico é mais facilmente acessível em áreas urbanas do que rurais. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 4,6 As ONGs ruandesas fortaleceram sua capacidade organizacional graças ao apoio de diferentes programas, como o Projeto de Fortalecimento das Capacidades da Sociedade Civil Ruandesa da Fundação Africana para o Fortalecimento das Capacidades e o Projeto de Fortalecimento da Sociedade Civil da Millennium Challenge Corporation (MCC/CSSP). No âmbito desses programas, mais de cinquenta e três ONGs ruandesas melhoraram suas capacidades operacionais e competências em termos de sensibilização e advocacy e reformularam seus conselhos 4.3 4.3 1.0 3.0 5.0 7.0 Contexto Jurídico em Ruanda 4.7 4.6 1.0 3.0 5.0 7.0 Capacidade Organizacional em Ruanda

 de administração para funcionar de maneira mais transparente. As ONGs enfrentam problemas para reter pessoal profissional. A falta de um financiamento seguro a

longo prazo resulta, de fato, em uma alta taxa de rotatividade de pessoal. Muitas ONGs dependem dos esforços de voluntários locais. A maioria das ONGs ruandesas não possui grupos de interesse bem desenvolvidos envolvidos no ciclo do projeto, desde o planejamento até a implementação. Devido à sua forte dependência do financiamento externo, as ONGs têm dificuldades em cumprir seus planos estratégicos, especialmente quando suas prioridades diferem das dos doadores. A maioria das ONGs não possui equipamentos de escritório, como computadores com acesso à Internet. VIABILIDADE FINANCEIRA: 5,3 As ONGs em Ruanda continuam a depender amplamente da ajuda financeira externa. O apoio dos doadores geralmente está ligado a projetos; o apoio institucional é difícil de obter. A maioria das ONGs obtém recursos financeiros apenas para manter suas atividades a curto prazo. O apoio financeiro local é mínimo. A adesão às ONGs permanece muito baixa, assim como as contribuições, que são concedidas a contragosto. As fontes de patrocínio que as ONGs podem explorar são raras, ou mesmo inexistentes. As ONGs tentam gerar receita através da prestação de serviços, mesmo que isso permaneça ilegal. Os contratos e subsídios das autoridades locais e do governo central também são mínimos. Diferentes programas de formação abordam a gestão financeira das ONGs, como os procedimentos em matéria de orçamento, de contratação e de contabilidade geral. Assim, as ONGs se submetem cada vez mais a auditorias independentes e algumas delas começam a entender os benefícios da transparência e da prestação de contas em seus esforços de captação de recursos. ADVOCACIA: 3,9 A advocacia das ONGs foi significativamente fortalecida em 2010. O governo se tornou mais receptivo à contribuição das ONGs às políticas públicas e estas estão mais ativas e se fazem mais ouvir nesse campo. As ONGs implementaram várias iniciativas de advocacy em 2010 em Ruanda. Elas defenderam, por exemplo, a prorrogação da missão das jurisdições gacaca, os tribunais tradicionais onde são ouvidos os casos de genocídio. Além disso, as ações de advocacy associativo resultaram em uma melhoria da lei eleitoral para permitir expressamente que as ONGs realizem o acompanhamento das eleições. Uma coalizão de ONGs ruandesas liderada pela Iniciativa Saúde e Desenvolvimento (ISD) conseguiu se opor a uma lei que teria criminalizado a homossexualidade e os trabalhadores do sexo. Ao longo do ano, as ONGs desempenharam um papel fundamental na elaboração da lei baseada na igualdade de gêneros, segundo a qual o impacto das medidas sobre homens e mulheres seria igualmente considerado. As ONGs continuaram a advogar pela adoção do projeto de lei sobre as ONGs em 2010. 5.3 5.3 1.0 3.0 5.0 7.0 Viabilidade Financeira em Ruanda 4.0 3.9 1.0 3.0 5.0 7.0 Advocacia em Ruanda

 As coalizões de defesa de interesses emergem, se organizam e se tornam politicamente ativas em resposta a problemas específicos. Por exemplo, em 2010, a organização de cúpula Pro-femmes Twese Hamwe rapidamente mobilizou apoio e elaborou uma mensagem clara de advocacy, conseguindo dissuadir as autoridades públicas de adotar uma lei que teria reduzido a idade do casamento de vinte e um para dezoito anos. No entanto, a advocacia associativa continua a ser obstaculizada por muitas deficiências. Algumas ONGs sabem bem onde focar suas preocupações; há um déficit em termos de compartilhamento de informações, coordenação e networking entre as ONGs; e as ONGs não documentam suficientemente as necessidades da população. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: 4,0 As ONGs ruandesas estão fortemente envolvidas na prestação de serviços, atuando em nível nacional em áreas como saúde, agricultura, educação, meio ambiente, infraestrutura, direitos humanos e fortalecimento de capacidades. O Estado tende a reconhecer o valor das contribuições do setor associativo, especialmente quando resultam em produtos físicos como escolas, água ou infraestrutura. As atividades de fortalecimento de capacidades e direitos humanos, por outro lado, não são valorizadas; portanto, o financiamento desses programas vem principalmente de fontes não estatais. A

prestação de serviços pelas ONGs ainda é dificultada pela sua falha em implementar sistemas de recuperação de custos. A recuperação de custos é ilegal e as ONGs afirmam que, de qualquer forma, as populações são muito pobres para se permitir pagar taxas pelos serviços. As intervenções são geralmente identificadas por doadores estrangeiros ou estruturas estatais, em vez de pelos beneficiários. INFRAESTRUTURA: 5,0 As organizações de cúpula existentes atuam como organizações de apoio intermediário (OSI) e centros de apoio às ONGs. Esses grupos publicam boletins informativos, mantêm bancos de dados de seus membros, gerenciam bibliotecas com literatura relativa às ONGs e oferecem treinamentos básicos. Eles concedem ocasionalmente subsídios às ONGs. No entanto, sua capacidade permanece fraca em termos de captação de recursos locais, o que resulta em concorrência com seus membros em nível de financiamento. Isso prejudica sua legitimidade e sua capacidade de estabelecer normas e códigos de conduta para as organizações de membros. O compartilhamento de informações dentro das redes é fraco devido à falta de fundos. Recursos são necessários para trocar informações, seja por meio de Internet, mensagens de texto ou reuniões. Capacidades locais de treinamento existem em áreas como mobilização de fundos, planejamento estratégico e gestão de ONGs. Treinamentos em sensibilização e advocacy também estão disponíveis, embora muitas vezes sejam ministrados por especialistas internacionais, tratando-se de um novo domínio de interesse em Ruanda. Os doadores às vezes exigem que os treinamentos sejam ministrados por 4.0 4.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Prestação de Serviços em Ruanda 5.0 5.0 1.0 3.0 5.0 7.0 Infraestrutura em Ruanda